



Plano de Atividades 2016

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge I.P.
Lisboa, 2016



ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA DO PRESIDENTE	4
1.1.	ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL	5
1.2.	MISSÃO, ATRIBUIÇÕES, VALORES E VISÃO	6
1.3.	ESTRUTURA ORGÂNICA	11
1.4.	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS NACIONAIS	15
1.5.	PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO	19
1.6.	PARCERIAS	24
1.7.	METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO	29
1.7.1.	Enquadramento com planos superiores institucionais	29
1.7.2.	Análise estratégica.....	30
2.	OBJETIVOS E ESTRATÉGIA.....	34
2.1.	LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	34
2.2.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	35
2.2.1.	Formulação e análise dos objetivos estratégicos	35
2.3.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS, INDICADORES E METAS	39
2.4.	OBJETIVOS OPERACIONAIS.....	40
2.5.	MECANISMOS DE COORDENAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO	42
2.6.	CONTRIBUIÇÃO PARA AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	42
3.	PARÂMETROS RELEVANTES NA ATUAÇÃO DO INSTITUTO RICARDO JORGE	44
3.1.	RECURSOS HUMANOS	44
3.2.	FORMAÇÃO.....	47
3.3.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	48
3.3.1.	Desempenho económico dos últimos três anos	48
4.	OBJETIVOS OPERACIONAIS POR UNIDADE ORGÂNICA	50
4.1.	DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	50
4.1.1.	Atribuições.....	50
4.1.2.	Objetivos Operacionais.....	50
4.1.3.	Recursos Humanos	53
4.2.	DEPARTAMENTO DE DOENÇAS INFECIOSAS	54
4.2.1.	Atribuições.....	54
4.2.2.	Objetivos Operacionais.....	54
4.2.3.	Recursos Humanos	58

4.3.	DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA.....	59
4.3.1.	Atribuições.....	59
4.3.2.	Objetivos Operacionais.....	59
4.3.3.	Recursos Humanos	62
4.4.	DEPARTAMENTO DE GENÉTICA HUMANA	63
4.4.1.	Atribuições.....	63
4.4.2.	Objetivos Operacionais.....	63
4.4.3.	Recursos Humanos	65
4.5.	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS .	66
4.5.1.	Atribuições.....	66
4.5.2.	Objetivos Operacionais.....	66
4.5.3.	Recursos Humanos	69
4.6.	DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL.....	70
4.6.1.	Atribuições.....	70
4.6.2.	Objetivos Operacionais.....	70
4.6.3.	Recursos Humanos	72
4.7.	MUSEU DA SAÚDE	73
4.7.1.	Atribuições.....	73
4.7.2.	Objetivos Operacionais.....	73
4.7.3.	Recursos Humanos	74
4.8.	DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	75
4.8.1.	Atribuições.....	75
4.8.2.	Objetivos Operacionais.....	76
4.8.3.	Recursos Humanos	77
4.9.	DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS.....	78
4.9.1.	Atribuições.....	78
4.9.2.	Objetivos Operacionais.....	79
4.9.3.	Recursos Humanos	82
4.10.	DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS	83
4.10.1.	Atribuições.....	83
4.10.2.	Objetivos Operacionais.....	84
4.10.3.	Recursos Humanos	88
4.11.	ÁREA DA QUALIDADE	89
4.11.1.	Atribuições.....	89

4.11.2.	Atividade.....	89
4.11.3.	Objetivos Operacionais.....	91
4.11.4.	Recursos Humanos	92
5.	CONCLUSÃO.....	93
6.	QUAR	94
7.	ANEXOS.....	100
7.1.	Lista de Acrónimos	100
7.2.	Objetivos Operacionais.....	103
7.2.1.	Departamento de Alimentação e Nutrição	103
7.2.2.	Departamento de Doenças Infecciosas.....	107
7.2.3.	Departamento de Epidemiologia	112
7.2.4.	Departamento de Genética Humana	117
7.2.5.	Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não Transmissíveis	121
7.2.6.	Departamento de Saúde Ambiental.....	126
7.2.7.	Museu da Saúde	129
7.2.8.	Departamento de Gestão de Recursos Humanos	130
7.2.9.	Departamento de Gestão de Recursos Financeiros	133
7.2.10.	Departamento de Gestão de Recursos Técnicos.....	137
7.2.11.	Área da Qualidade	143
7.3.	Mapa de Pessoal.....	144

1. NOTA INTRODUTÓRIA DO PRESIDENTE

Ao longo das páginas que se seguem procurámos fornecer uma ideia tanto quanto possível da missão que nos propomos desenvolver neste ano de 2016, consubstanciada em programas, projetos e atividades, razões de fundo na contribuição e finalidade última de alcançar os objetivos que em cada momento nos comprometemos.

Pese embora o documento não se inscreva por inteiro no que se convencionou ser um plano, aliás no seguimento dos anteriores, pretende intencionalmente trazer à evidência o trabalho que todos os colaboradores desta instituição se propõem realizar e, bem assim, o compromisso no âmbito do desempenho da sua tripla missão de Laboratório do Estado, Observatório Nacional de Saúde e Laboratório de Referência no sector da Saúde.

Apesar do empenhamento de todos os serviços, o presente plano enferma, ainda, da contrariedade do planeamento anual, uma vez que a aposta nos objetivos imediatistas deste tipo de planeamento se traduz numa perceção limitada dos deveres que o Instituto Ricardo Jorge tem de assumir no âmbito da sua missão e no contexto do Plano Nacional de Saúde (PNS).

Sendo natural que assim seja, entende-se, de momento, que apesar de balizado no tempo, o presente plano pressupõe a necessidade de introdução, em 2017, de uma abordagem inovadora, nomeadamente ao nível da avaliação e monitorização.

Queremos, muito particularmente, explicitar objetiva e sinopticamente a compreensão da Missão deste Instituto, refletindo neste documento a nossa opção sobre as estratégias que mais adequadamente vão ao seu encontro e das suas funções.

O Plano de Atividades 2016 é também um exercício partilhado por todos os profissionais, que se traduz num esforço necessariamente coletivo e pluridisciplinar, projetando uma (re) organização centrada nos objetivos e integração dos diferentes projetos e linhas de atividade, para que, a seu tempo, seja possível medir o progresso alcançado.

O reconhecimento a todos os profissionais dos Departamentos Técnicos Científicos, Serviços de Apoio à Investigação, Gestão e Administração pela colaboração e excelentes contributos na preparação deste Plano.

Uma palavra final de agradecimento especial à Dr.ª Ângela Correia, coordenadora da Área de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional, na conceção, organização e edição deste Plano.

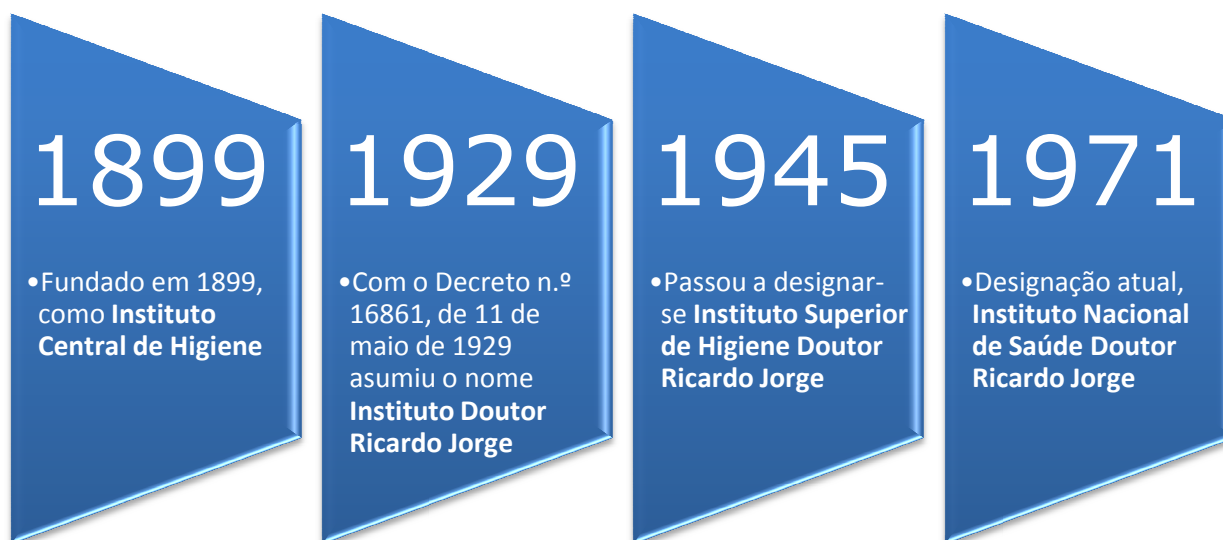
Nos termos da lei orgânica foi ouvido o Conselho Científico.

Fernando de Almeida,

Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P.

1.1. ENQUADRAMENTO ORGANIZACIONAL

A evolução do Instituto:



O Instituto Ricardo Jorge foi fundado em 1899, pelo médico e humanista Ricardo Jorge (Porto, 1858 – Lisboa, 1939), como Instituto Central de Higiene. Pelo Decreto n.º 16 861, de 11 de Maio de 1929, foi dado ao Instituto o nome do Doutor Ricardo Jorge, designação que viria a manter até 1945, ano em que passou a designar-se Instituto Superior de Higiene Doutor. Ricardo Jorge. Em 1971, depois de uma importante reforma global dos serviços de saúde, o Instituto Ricardo Jorge assumiu múltiplas competências e novas atribuições, destacando-se a investigação aplicada, a formação pós-graduada e os serviços à comunidade, como laboratório nacional de referência, recebendo a designação que atualmente detém, de Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P..

Ao longo da sua já longa história, o Instituto Ricardo Jorge tem vindo a acompanhar e a intervir ativamente no desenvolvimento científico e tecnológico que se vem registando no domínio da saúde a nível Nacional e Internacional.

A aprovação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), a par do compromisso Eficiência, veio definir as bases para uma nova orgânica do Instituto Ricardo Jorge.

A atual **Lei Orgânica do Ministério da Saúde**, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro define para o Instituto Ricardo Jorge, numa perspetiva de reestruturação a implementar, a missão, as atribuições e o quadro de dirigentes deste Instituto.

A 8 de fevereiro de 2012, é aprovada pelo Decreto-Lei n.º 27/2012, a **Lei Orgânica do Instituto Ricardo Jorge**, definindo-o, quanto à sua natureza, como um instituto público, dotado de autonomia científica, administrativa e financeira, com património próprio, que integra os serviços do Ministério da Saúde sob administração indireta do Estado estando sujeito à superintendência e tutela do Ministro da Saúde. A atual Lei Orgânica classifica o Instituto Ricardo Jorge como Laboratório de interesse estratégico nacional,

Laboratório do Estado no sector da saúde, Laboratório nacional de referência e Observatório nacional de saúde.

O estatuto de Laboratório do Estado confere-lhe um papel predominante na investigação científica e desenvolvimento científico e técnico em ciências da saúde, destacando-se em particular as ciências biomédicas e as ciências da saúde pública, abrangendo a investigação epidemiológica, do estado de saúde da população, dos determinantes da saúde, e das suas consequências, incluindo a avaliação da qualidade dos serviços de saúde pública. Paralelamente, o Instituto deve prosseguir o desenvolvimento das outras atribuições, com semelhante importância, nomeadamente, as de formação, de difusão da cultura científica, laboratório nacional de referência, de observatório nacional de saúde e de prestador de serviços à comunidade.

A Portaria n.º 162/2012, de 22 de maio aprovou **os Estatutos** que determinam a organização interna do Instituto Ricardo Jorge, identificando, designadamente, os órgãos Diretivos e estruturas de consulta e fiscalização, seis departamentos técnico-científicos e três Direções de Serviços de apoio.

A 28 de agosto de 2013 foi publicado o **Regulamento Interno** (Regulamento n.º 329/2013), que define a atual organização, funcionamento e disciplina do trabalho no Instituto Ricardo Jorge.

O Instituto Ricardo Jorge é uma instituição que desenvolve a sua atividade em várias áreas científicas, com a finalidade de promover a saúde e prevenir a doença, no âmbito da sua missão, sendo constituído por profissionais de várias carreiras designadamente, de investigação e técnico-científicas.

1.2. MISSÃO, ATRIBUIÇÕES¹, VALORES E VISÃO



O Instituto Ricardo Jorge tem como missão, contribuir para ganhos em saúde pública através de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, atividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios.

¹ Conforme Decreto-Lei n.º 27/2012 de 08 de fevereiro

Atribuições

O Instituto Ricardo Jorge tem como atribuições:

- a) Promover e desenvolver a atividade de investigação científica orientada para as necessidades em saúde pública, procedendo à gestão científica, operacional e financeira dos programas de investigação do sector da saúde pública;
- b) Promover a capacitação de investigadores e técnicos, bem como realizar ações de divulgação da cultura científica, numa perspetiva de saúde em todas as políticas;
- c) Promover, organizar e coordenar programas de avaliação, no âmbito das suas atribuições, nomeadamente na avaliação externa da qualidade laboratorial e colaborar na avaliação da instalação e funcionamento dos laboratórios que exerçam atividade no sector da saúde;
- d) Promover, organizar e coordenar programas de observação em saúde através, nomeadamente, de estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias, realizados para fins de desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença;
- e) Assegurar o apoio técnico-normativo aos laboratórios de saúde pública;
- f) Prestar assistência diferenciada em genética médica para prevenção e diagnóstico, em serviços laboratoriais;
- g) Planear e executar o programa nacional de diagnóstico precoce;
- h) Colaborar na realização de atividades de vigilância epidemiológica de doenças, transmissíveis e não transmissíveis, e desenvolver ou validar instrumentos de observação em saúde, nomeadamente através de dados laboratoriais, no âmbito de sistemas de informação, designadamente garantindo a produção e divulgação de estatísticas de saúde pública, e promovendo os estudos técnicos necessários, sem prejuízo das atribuições da Direção-Geral da Saúde e da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., nesta matéria;
- i) Assegurar a resposta laboratorial em caso de emergência biológica, de origem natural, acidental ou deliberada, sem prejuízo da coordenação da Direção -Geral da Saúde em matéria de resposta apropriada a emergências de saúde pública;
- j) Proceder à monitorização do consumo de aditivos e da exposição da população a contaminantes e outras substâncias potencialmente nocivas presentes nos alimentos, incluindo os ingredientes alimentares cujo nível de ingestão possa colocar em risco a saúde dos consumidores;
- k) Assegurar a recolha, compilação e transmissão à Direção-Geral de Agricultura e Veterinária para efeitos de comunicação à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar dos dados analíticos relativos à composição, incluindo contaminantes e outras substâncias químicas, dos géneros alimentícios e alimentos para animais;

- l) Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde e programas de saúde do Ministério da Saúde;
- m) Desenvolver ações de cooperação nacional e internacional, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições que prossegue, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em articulação com a Direção-Geral da Saúde enquanto entidade responsável pela coordenação das relações internacionais do Ministério da Saúde;
- n) Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica, a entidades dos sectores público, privado e social, a nível nacional e internacional, nas áreas das suas atribuições;
- o) Instituir prémios científicos e bolsas para a execução de atividades de I&D, como incentivo à formação científica e técnica;
- p) Assegurar a gestão e promoção do Museu da Saúde;
- q) Colaborar, em matéria de investigação científica e laboratorial, com a Direção-Geral da Saúde na definição e desenvolvimento de programas de saúde;
- r) Garantir a articulação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P., na promoção e apoio à investigação nos domínios da ciência e tecnologia das áreas da medicina transfusional, transplantação e medicina regenerativa.

Funções essenciais

As atribuições do Instituto Ricardo Jorge podem ser agrupadas pela respetiva função essencial preconizada na sua missão.



No quadro que se segue apresentam-se as atividades atinentes a cada uma das funções essenciais:

FUNÇÃO ESSENCIAL	ATIVIDADES
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação científica orientada para as necessidades em saúde pública • Gestão científica, operacional e financeira dos programas de I&D do sector da saúde pública • Instituição de prémios científicos e bolsas para a execução de atividades de I&D, como incentivo à formação científica e técnica • Colaboração em matéria de investigação científica e laboratorial com a DGS na definição e desenvolvimento de programas de saúde • Articulação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. (IPST) na promoção e apoio à I&D nas áreas da medicina transfusional, transplantação e medicina regenerativa
FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da capacitação de investigadores e técnicos com vista a melhorar as competências socioprofissionais dos recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge (formação interna) e de outros profissionais de saúde (oferta formativa), em áreas da especialidade e responsabilidade do Instituto Ricardo Jorge.
DIFUSÃO DA CULTURA CIENTÍFICA	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de ações de divulgação da cultura científica, numa perspetiva de saúde em todas as políticas • Gestão e promoção do Museu da Saúde • Desenvolvimento de ações de cooperação nacional e internacional
AValiação EXTERNA DA QUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e organizar programas de avaliação externa da qualidade laboratorial • Colaborar na avaliação da instalação e funcionamento dos laboratórios que exerçam atividade no sector da saúde
OBSERVAÇÃO EM SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • Promover, organizar e coordenar programas de observação em saúde, nomeadamente, estudos de monitorização ambiental, alimentar e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias, realizados para fins de desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença • Colaborar na realização de atividades de vigilância epidemiológica de doenças, transmissíveis e não transmissíveis, e desenvolver ou validar instrumentos de observação em saúde • Proceder à monitorização do consumo de aditivos e da exposição da população a contaminantes e outras substâncias potencialmente nocivas presentes nos alimentos • Assegurar a recolha, compilação e transmissão dos dados analíticos relativos à composição, dos géneros alimentícios e alimentos para animais • Avaliar a execução e resultados das políticas, do Plano Nacional de Saúde e programas de saúde do Ministério da Saúde • Planear e executar o programa nacional de diagnóstico precoce
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIFERENCIADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica • Prestar assistência diferenciada em genética médica para prevenção e diagnóstico, em serviços laboratoriais
ATIVIDADE LABORATORIAL DE REFERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o apoio técnico-normativo aos laboratórios de saúde pública • Assegurar a resposta laboratorial em caso de emergência biológica, de origem natural, acidental ou deliberada.

Valores

Os valores institucionais que o Instituto Ricardo Jorge preconiza, no sentido de fortalecer e dar um significado objetivo aos princípios, pelos quais, pretende ser reconhecido, são os seguintes:



Visão

Tendo em consideração o reconhecimento da competência do Instituto Ricardo Jorge como entidade de referência no sistema da saúde, pretende-se reforçar esta imagem, investindo numa procura sistemática da excelência.

EXCELÊNCIA

1.3. ESTRUTURA ORGÂNICA

O atual Estatuto estabelece um dispositivo organizativo que contempla um conjunto de **órgãos executivos**, de **aconselhamento** e **fiscalização**.

ÓRGÃOS

São órgãos do Instituto Ricardo Jorge:

- a) **O conselho diretivo**, órgão responsável pela gestão, planeamento, coordenação e avaliação da atividade do Instituto Ricardo Jorge, bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações governamentais.
- b) **O fiscal único**, que é designado e que tem as competências previstas na lei-quadro dos institutos públicos.
- c) **O Conselho de Orientação**, órgão responsável por assegurar a eficaz articulação de vários departamentos governamentais, da comunidade científica e dos sectores económicos e sociais, na atividade do Instituto Ricardo Jorge.
- d) **O Conselho Científico**, órgão responsável pela apreciação e acompanhamento das atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico do Instituto Ricardo Jorge.
- e) **A Unidade de Acompanhamento**, que exerce funções de avaliação e de aconselhamento interno, de acordo com os parâmetros definidos pelo conselho diretivo do Instituto Ricardo Jorge.
- f) **A Comissão Paritária**, que se pronuncia, a título consultivo, sobre o plano e o relatório anual de atividades do Instituto Ricardo Jorge, bem como sobre questões de natureza laboral, designadamente de organização e segurança do trabalho e formação profissional, higiene e segurança no trabalho e ação social.

ESTRUTURA INTERNA

O Instituto dispõe de unidades operativas na sede, em Lisboa, um centro no Porto (Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira) e em Águas de Moura (Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infeciosas Doutor Francisco Cambournac) que faz parte integrante do Departamento de Doenças Infeciosas.

O Instituto Ricardo Jorge está organizado em:

Departamentos técnico-científicos:

Estes departamentos concretizam as atribuições do Instituto Ricardo Jorge, através da realização de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico em ciências da saúde, atividades laboratoriais de referência, de apoio técnico-normativo aos laboratórios de saúde pública, de avaliação externa da qualidade e de organização e gestão de um biobanco, observação do estado da saúde da população e vigilância epidemiológica, difusão da cultura científica, capacitação e formação de recursos humanos e prestação de serviços diferenciados.

Departamento de Alimentação e Nutrição

- Desenvolve atividades nas áreas da segurança alimentar, toxicologia e avaliação do risco, composição de alimentos, alimentação e nutrição, estilos de vida e impacto na saúde, através de investigação e desenvolvimento, vigilância, referência, prestação de serviços diferenciados, formação, informação e consultoria.

Departamento de Doenças Infecciosas

- Desenvolve atividades nas áreas dos diversos agentes microbiológicos e da respetiva imunologia, assegura a resposta laboratorial em emergências de origem biológica e efetua estudos de vetores e doenças infecciosas, integrando o **Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas Doutor Francisco Cambournac**.

Departamento de Epidemiologia

- Desenvolve atividades nos domínios da epidemiologia e bioestatística aplicadas, incluindo a vigilância epidemiológica e a investigação em cuidados de saúde.

Departamento Genética Humana

- Desenvolve atividades no domínio dos determinantes genéticos da saúde e da doença, designadamente através de abordagens de índole epidemiológica, clínica, citogenética, bioquímica ou de genética molecular, e garante o planeamento e a execução do programa nacional de diagnóstico precoce.

Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis

- Desenvolve atividades de investigação e monitorização dos determinantes da saúde e dos fatores de risco e proteção de doenças não transmissíveis bem como de capacitação e literacia em saúde.

Departamento de Saúde Ambiental

- Desenvolve atividades na área de interação entre a saúde e o ambiente, nomeadamente através da realização de estudos de monitorização ambiental e biológica (biovigilância) de substâncias potencialmente tóxicas, tendo em vista avaliar a exposição da população ou de grupos populacionais específicos a estas substâncias.

Serviços de apoio à investigação, gestão e administração:

Direção de Gestão de Recursos Humanos

- Assegura os procedimentos relativos aos setores: de gestão de recursos humanos, que compreende as áreas, administrativa, de planeamento, de avaliação de desempenho, de segurança higiene e saúde no trabalho, de arquivo geral e expediente, e o setor de desenvolvimento de recursos humanos, que compreende as áreas, da formação interna e de bolsas.

Direção de Gestão de Recursos Financeiros

- Assegura os procedimentos relativos ao setor jurídico, ao setor de gestão financeira e contabilidade, que compreende a área da tesouraria e a da contabilidade, ao setor do aprovisionamento, património e logística, ao setor de planeamento e apoio à investigação e ao setor de gestão e apoio laboratorial.

Direção de Gestão de Recursos Técnicos

- Assegura os procedimentos relativos ao setor de instalações e equipamentos, que compreende as áreas de instalações e equipamentos e a área de segurança de pessoas e bens, o setor de tecnologias e sistemas de informação, o setor de apoio técnico especializado, que compreende as áreas, da comunicação marketing e relações externas, da qualidade, da oferta formativa, da contratualização e da biblioteca da saúde.

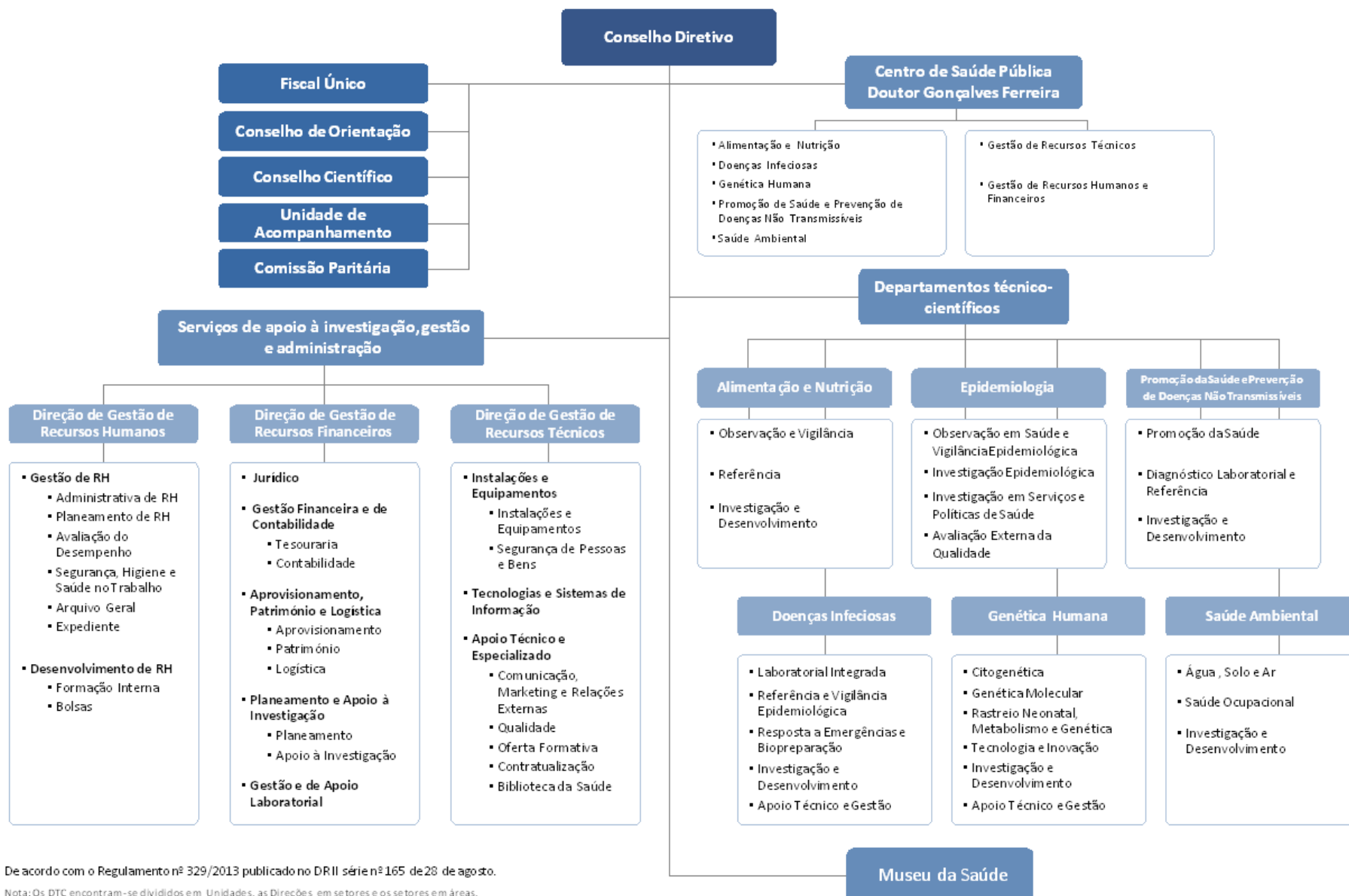
Museu da Saúde:

Museu da Saúde

- Visa preservar a memória dos serviços de saúde, assegurando o registo, inventariação, classificação, conservação, exposição e divulgação do acervo museológico.

ORGANOGRAMA DO INSTITUTO RICARDO JORGE

Conforme o Decreto-Lei n.º 27/2012 de 08 de fevereiro, que aprova a lei orgânica e a Portaria n.º 162/2012 de 22 de maio, que publica os seus estatutos.



De acordo com o Regulamento nº 329/2013 publicado no DR II série nº 165 de 28 de agosto.

Nota: Os DTC encontram-se divididos em Unidades, as Direções em setores e os setores em áreas.

1.4. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS NACIONAIS

O Instituto Ricardo Jorge desempenha as atividades que lhe estão incumbidas, enquanto entidade coordenadora ou colaboradora, no âmbito do Plano Nacional de Saúde 2012-2020.

Tabela 1 - Participação em Programas Nacionais

COORDENAÇÃO	Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial Programa Nacional de Diagnostico Precoce/Rastreio Neonatal Programa Nacional de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe
COLABORAÇÃO	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável Programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA Programa Nacional de Prevenção e Controlo de Infeção e Resistência aos Antimicrobianos Programa Nacional para as Doenças Respiratórias Programa Nacional para as Doenças Oncológicas Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo Programa Nacional para a Saúde Mental Programa Nacional para a Diabetes Programa Nacional para as Doenças Cérebro – Cardiovasculares Programa Nacional das Doenças Raras Programa de Vigilância Epidemiológica Integrada da Doença dos Legionários Programa Nacional de Acidentes Programa Nacional de Saúde Reprodutiva Programa Nacional para a Tuberculose Programa Nacional de Vacinação Programa Nacional de Controlo das Hemoglobinopatias

Para além da coordenação dos três programas elencados na **tabela 1**, o Instituto contribuiu ainda para outros 16 programas nacionais de saúde.

Dos programas nacionais em que o Instituto Ricardo Jorge participa, 9, são programas de saúde prioritários (assinalados a azul), coordenados pela DGS. O Instituto tem vindo, ao longo dos últimos anos, a participar num maior número programas. De salientar, ainda, que em alguns destes programas estão envolvidos vários departamentos deste Instituto.

Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial (PNAEQ)

O Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ) coordena e implementa desde 1978, ensaios interlaboratoriais destinados a laboratórios nacionais públicos e privados, assim como internacionais, da área clínica, genética, ambiental, microbiologia de alimentos, microbiologia de águas, anatomia patológica, farmácias, entre outros. Em 2015, o PNAEQ disponibilizou 213 programas diferentes, o que representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores.

Conta com a colaboração de peritos de reconhecida competência de diferentes hospitais, instituições e entidades nacionais e internacionais, nas suas áreas de especialidade com pareceres técnico-científicos e/ou seleção e de preparação de amostras, na avaliação do desempenho dos laboratórios participantes e das metodologias utilizadas.

A participação em programas de avaliação externa permite diagnosticar, avaliar e orientar, as ações corretivas e respetivas melhorias, contribuindo, assim, para melhorar o desempenho e a qualidade do serviço prestado, beneficiando diretamente o doente e o público em geral. De acordo com os requisitos da NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 15189 a garantia da qualidade dos resultados impõe que todos os laboratórios acreditados participem em programas de comparação interlaboratorial. Esta participação obrigatória constitui um dos elementos que permitem demonstrar a competência em cada ensaio, acreditado ou a acreditar, constituindo uma ferramenta imprescindível no Controlo da Qualidade Analítica, na medida em que a avaliação de desempenho de cada laboratório é efetuada por uma entidade independente. A introdução na rotina laboratorial de amostras de conteúdo conhecido do organizador do Programa, mas não revelado aos participantes, é a única forma de deteção de erros sistemáticos através da comparação dos seus resultados com um padrão e com os resultados de outros laboratórios.

Tem sido contemplado o aumento da diversidade dos programas divulgados de modo a ir ao encontro das necessidades dos participantes. Um envolvimento mais ativo dos participantes foi conseguido com a solicitação de resposta a questionários e participação em estudos piloto ao longo dos últimos anos.

Os objetivos para os anos seguintes são: a divulgação e participação em diferentes grupos de trabalho, nacionais e internacionais, e a cooperação com entidades como o Infarmed, ACSS, DGS, entre outras, conduzindo ao desenvolvimento de um trabalho mais abrangente nas diferentes áreas de atividade; fomentar a cooperação dentro da comunidade lusófona na implementação de programas de avaliação externa da qualidade, tendo em conta as prioridades e realidades de cada país; a participação com ações formativas em colaboração com diferentes instituições de ensino; iniciar o processo de acreditação do programa nacional de avaliação externa da qualidade e organização de reuniões científicas no âmbito da AEQ.

Programa Nacional de Diagnóstico Precoce / Rastreio Neonatal

O Programa Nacional de Diagnóstico Precoce (PNDP) teve início em 1979, por iniciativa do Instituto de Genética Médica, tendo por objetivo diagnosticar, nas primeiras semanas de vida, doenças que, uma vez identificadas, permitam o tratamento precoce que evite a ocorrência de atraso mental, doença grave irreversível ou a morte da criança (Despacho n.º 752/2010. D.R. n.º 7).

Desde o primeiro dia que um dos alicerces do PNDP é uma eficaz comunicação entre o Programa e a Sociedade, algo particularmente importante num programa de saúde pública. Nesse sentido, um dos objetivos para o corrente ano passa por melhorar a comunicação do PNDP junto dos pais estando a ser desenvolvido um novo *website*, mais apelativo e com informação revista, que em 2016 entrará em funcionamento. Paralelamente continuarão a ser divulgados os novos cartazes sobre o PNDP nos locais de colheita de amostras. Pretende-se com estas duas iniciativas aumentar o número de pais que consultam o *website* do PNDP.

A Unidade de Rastreio Neonatal, Metabolismo e Genética do Departamento de Genética Humana, no âmbito das suas atividades de suporte ao PNDP levará a cabo a implementação de novos testes de segunda linha, para o rastreio de doenças metabólicas. Com estes novos testes pretende-se atingir uma significativa diminuição do número de falsos positivos, limitando-se a ansiedade que estes criam nos pais.

De referir, também, que a abrangência dos diagnósticos disponibilizados pela unidade de Rastreio Neonatal, juntamente com o facto de estarem sediados no Instituto Ricardo Jorge, o Registo Nacional do PNDP, o Registo Português da Paramiloidose e o Registo Nacional das Doenças Lisossomais de Sobrecarga, contribui para que esta seja a instituição por excelência para acolher um Sistema Nacional de Registos de Doenças Raras.

Programa Nacional de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe

O Programa Nacional de Vigilância da Gripe (PNVG) tem como objetivo a recolha, análise e disseminação da informação sobre a atividade gripal, identificando e caracterizando de forma precoce os vírus da gripe em circulação em cada época, bem como, a identificação de vírus emergentes com potencial pandémico e que constituam um risco para a saúde pública.

A informação gerada pelo PNVG permite a orientação de intervenções em saúde pública de forma mais efetiva, nomeadamente, no estabelecimento de medidas de prevenção da doença (de que é exemplo o programa de vacinação) e de intervenção em situação de pandemia associada ao surgimento de um novo vírus da gripe.

O PNVG integra as componentes, clínica e laboratorial para a descrição da atividade gripal em cada inverno e conta com a colaboração de várias redes de vigilância que cobrem o território nacional, incluindo o continente e Ilhas Atlânticas dos Açores e Madeira:

- Rede de Médicos-Sentinela;
- Rede de Serviços de Urgência e Obstetrícia;
- Rede médicos envolvidos no Projeto Europeu multicêntrico para a monitorização da efetividade da vacina antigripal (EuroEva);
- Rede Portuguesa de Laboratórios para o Diagnóstico da Gripe;
- Rede de Unidades de Cuidados Intensivos.

A componente clínica, baseada na informação fornecida pela Rede de Médicos Sentinela, possibilita o cálculo da taxa de incidência da síndrome gripal permitindo a descrição da intensidade e evolução temporal da epidemia de gripe. A componente laboratorial tem como objetivos a deteção e caracterização dos vírus da gripe em circulação, monitorizando a sua evolução genética e antigénica e o perfil de suscetibilidade aos antivirais. Avalia igualmente a semelhança dos vírus da gripe circulantes com as estirpes vacinais recomendadas pela OMS em cada inverno.

Desde 2009 a Rede Portuguesa de Laboratórios para o Diagnóstico da Gripe realiza o diagnóstico da gripe e de outros vírus respiratórios o que permite um conhecimento mais preciso sobre a etiologia de infeções respiratórias, particularmente em casos hospitalizados e de infeção respiratória grave. Desde 2011 o PNVG integra igualmente a vigilância da gripe em Unidade de Cuidados Intensivos, sistema coordenado pela Direção Geral-da-Saúde, e que permite avaliar a severidade da doença em cada inverno.

No âmbito do PNVG, o Instituto Ricardo Jorge emite e divulga semanalmente entre outubro e maio o *Boletim da Vigilância Epidemiológica da Gripe*, atualizando toda a informação recolhida durante o período epidémico da gripe. Toda a informação clínica e laboratorial é semanalmente disponibilizada à Rede Europeia de Vigilância da Gripe coordenada pelo *European Centre for Disease Prevention and Control* (ECDC) e Organização Mundial de Saúde (OMS). Anualmente é realizada a reunião da vigilância epidemiológica da gripe e divulgado o relatório anual do PNVG que de forma detalhada sintetiza os resultados obtidos para cada época de vigilância da gripe em Portugal.

No futuro o PNVG pretende continuar a contribuir para a descrição da epidemiologia da gripe em Portugal, monitorizando a intensidade, dispersão geográfica e impacto da epidemia da gripe, pretendendo-se ainda contribuir para melhor o conhecimento dos fatores de risco associados à infeção pelo vírus da gripe.

1.5. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

A participação em grupos de trabalho é parte essencial do trabalho nas áreas, da Referência, Vigilância Epidemiológica e Investigação em Saúde, desenvolvido pelos Departamentos Técnico-científicos do Instituto Ricardo Jorge. De seguida, são elencados os grupos de trabalho, bem como as entidades coordenadoras em que os departamentos participaram no ano de 2015 que se prevê que tenham continuidade em 2016.

Tabela 2 - Participação em Grupos de Trabalho Nacionais

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Peritos das Bolsas Ricardo Jorge	Instituto Ricardo Jorge	DTC
Grupo de trabalho - Rede de Laboratórios de Saúde Pública	Instituto Ricardo Jorge	DTC
Comissão técnica de normalização - Produtos da Pesca e da Aquicultura (CT25)	Associação da Indústria Alimentar Pelo Frio	DAN
Comissão técnica - CTR04_GT7 volume	RELACRE	DAN
PortFIR - Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar – GTOMCA - Grupo de trabalho - Ocorrência Microbiológica na Cadeia Alimentar – RPIMA - Rede Portuguesa sobre Informação Microbiológica de Alimentos	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR – Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar –GTTA - Grupo de trabalho – Toxinfecções Alimentares – RPIMA - Rede Portuguesa sobre Informação Microbiológica de Alimentos	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR - Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar – GTA – Grupo de trabalho – Amostragem – RPCA – Rede Portuguesa sobre Composição de Alimentos	Instituto Ricardo Jorge	DAN
PortFIR - Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar – GTP - Grupo de trabalho - Porções	Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares	DAN
PortFIR - Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar – GTP - Grupo de trabalho - Utilizadores	Instituto Ricardo Jorge	DAN
Grupo de trabalho - INSA IP para responder a solicitações relacionadas com organismos (incluindo microrganismos) geneticamente modificados e tecnologias conexas	Instituto Ricardo Jorge	DAN/DDI/DSA
Task Force Ébola	Instituto Ricardo Jorge	DDI
Associação Portuguesa de Micologia Médica (ASPOMM)	ASPOMM	DDI/DSA
Grupo de trabalho - Diagnóstico pré-natal da Sociedade Portuguesa de Virologia	Sociedade Portuguesa de Virologia	DDI
Grupo de trabalho - Alterações Climáticas e Saúde Humana	Direção-Geral da Saúde	DDI
Grupo de trabalho - Biotérios	Instituto Ricardo Jorge	DDI
Grupo de trabalho - PARERE	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	DDI
GripeNet	Instituto Ricardo Jorge	DEP
INFOTABAC	Instituto Ricardo Jorge / Direção-Geral da Saúde	DEP

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Sistema de vigilância de ondas de calor e seus impactos na mortalidade	Instituto Ricardo Jorge	DEP
RENAC - Registo Nacional de Anomalias Congénitas	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública	APPSP	DEP
Rede de Médicos Sentinela	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Estatísticas da Saúde - Estatísticas	Conselho Superior de Estatística	DEP
Grupos de trabalho - Estatísticas da Saúde - Conceitos	Conselho Superior de Estatística	DEP
Grupo de trabalho - Estatísticas da Saúde no Ministério da Saúde	Direção-Geral da Saúde	DEP
Grupo de trabalho - INS - Inquérito Nacional de Saúde	Instituto Nacional de Estatística/ Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de Acompanhamento da Gripe	Direção-Geral da Saúde	DEP
Grupo de trabalho - Registo das Doenças Lisossomais de Sobrecarga	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho de Hematologia - Morfologia de Sangue Periférico	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho de Hematologia - Hemoglobinopatias	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Parasitologia	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Anatomia Patológica	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho - Endocrinologia	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo de trabalho – HPV- <i>Human Papiloma Virus</i>	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Grupo Biobanco.pt	Instituto de Medicina Molecular	DEP
Centro Nacional Coordenador Diagnóstico, Tratamento de Doenças Lisossomais	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Comissão de Genética Médica da Direção-Geral da Saúde	Direção-Geral da Saúde	DGH
Comissão Técnica Nacional de Diagnóstico Pré-natal	Direção-Geral da Saúde	DGH
Conselho de Coordenação de Estágios dos Técnicos Superiores de Saúde	Administração Central do Sistema de Saúde	DGH
Comissão de acompanhamento de estudantes de Doutoramento	Universidade do Algarve	DGH
Comissão de acompanhamento de estudantes de Doutoramento	Instituto de Medicina Molecular	DGH
Comissão Executiva do PNDP	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Comissão Técnica Nacional do PNDP	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Grupo de trabalho para revisão de portarias de licenciamento - Genética Médica, Anatomia Patológica e Patologia Clínica/ Análises Clínicas	Administração Central do Sistema de Saúde	DGH
Grupo de trabalho - Registo Doenças Lisossomais de Sobrecarga	Instituto Ricardo Jorge	DGH
Grupo de peritos para elaboração tabelas SNS - área da genética	Administração Central do Sistema de Saúde	DGH
Grupo de trabalho Administração Central do Sistema de Saúde - Revisão portarias de licenciamento	Administração Central do Sistema de Saúde	DGH/DEP

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Comissão das Políticas Públicas e Educação da Genética da Sociedade Portuguesa de Genética Humana	Sociedade Portuguesa de Genética Humana	DPS
Comissão Coordenadora do Conselho Científico	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Comissão Técnica - CT 87 - Tecnologias para a saúde, SC7 Laboratórios Clínicos e de Patologia	Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos	DPS/DEP
Grupo de trabalho - Hematologia do PNAEQ	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Grupo Técnico Consultivo do Tabaco	DGS	DPS
Estudo Português de Hipercolesterolemia Familiar	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Registo Nacional de Hipercolesterolemia Familiar	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Estudo Clínico, Bioquímico e Molecular da Diabetes Tipo MODY em Portugal	Instituto Ricardo Jorge	DPS
Task Force Amianto	Instituto Ricardo Jorge	DSA
Comissão Técnica de Normalização - CT42 - Segurança e Saúde do Trabalhador	CERTITECNICA	DSA
Comissão Técnica - CT28-SC4 - Vibrações e Choques	Laboratório Nacional de Energia e Geologia	DSA
Comissão Técnica - Qualidade nos laboratórios	RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal	DSA
Comissão Setorial para a Água - CS04	Instituto Português da Qualidade	DSA
Comissão Técnica - CT71-SC3 – Qualidade do ar – Ar ambiente fora dos locais de trabalho	Agência Portuguesa do Ambiente	DSA
Grupo de trabalho Técnico-Científico - GT- VSRad - Vigilância da saúde dos trabalhadores expostos a radiação ionizante	Direção-Geral da Saúde	DSA
Grupo de trabalho de contaminantes microbiológicos de areias	Instituto Ricardo Jorge	DSA/DDI
Comissão Técnica - CT04 - Metrologia - GT05 - Química	RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal	DSA

Tabela 3 - Participação em Grupos de Trabalho Internacionais

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Comissão técnica - TC23 - International Measurement Confederation	IMEKO	DAN
Expert Group on Chemical Occurrence Data	EFSA - Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar	DAN
Expert Group on Food Consumption	EFSA - Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar	DAN
INFOGEST - Improving Health Properties of Food by Sharing our Knowledge on the Digestive Process, COST Action	INRA - Institut National de la Recherche Agronomique	DAN
Childhood Obesity Surveillance Initiative	WHO - World Health Organisation /Europe	DAN
European Paediatric Task Force on Helicobacter pylori	European Helicobacter Study Group	DDI
ERINHA - European Research Infrastructure on Highly Pathogenic Agents	Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale	DDI
Quandhip - Quality Assurance Exercises and Networking on the Detection of Highly Infectious Pathogens	Robert Koch Institut	DDI
EQUATOX - Establishment of Quality Assurances for the Detection of Biological Toxins of Potential Bioterrorism Risk	Robert Koch Institut	DDI
ECMM - Confederação Europeia de Micologia Médica	ECMM	DDI
Task Force Angola	Cooperação com Instituto Nacional de Saúde Pública da República de Angola	DDI
WHO Expert Group of GISRS Surveillance on Antiviral Susceptibility	WHO - World Health Organisation	DDI
Antiviral Task Group for ERLI-NET - European Laboratory Network for Human Influenza	European Centre for Disease Prevention and Control	DDI
GHSA- Global Health Security Agenda	GHSA	DDI
+Projeto Europeu Registo Europeu de Anomalias Congénitas	EUROCAT/EU	DEP
EISN - European Influenza Surveillance Network	EISN	DEP
Joint Action on Monitoring Injury in Europe - JAMIE	EU Injury Data Base	DEP
Influenza Monitoring Vaccine Effectiveness - IMOVE	European Centre for Disease Prevention and Control	DEP
Integrated Monitoring of Vaccines Effects in Europe: a platform to measure and compare effectiveness and impact of influenza and pneumococcal vaccines and vaccination strategies in the elderly - IMOVE+	Epiconcept	DEP
Health Inequalities in Europe	EUROHEALTHNET	DEP
European Health and Life Expectancy Information System - EHLEIS	Departamento de Demografia e Saúde da Universidade de Montpellier	DEP
Grupo de trabalho - Pós Analítica	European Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine / European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine	DEP
Grupo de trabalho - Microscopia Virtual	European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine	DEP

Grupo de Trabalho	Entidade Coordenadora	DTC
Grupo de trabalho - Hematologia	European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine	DEP
Grupo de trabalho - Coagulação	European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine	DEP
Grupo de trabalho - Frequência	European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine	DEP
Grupo de trabalho - Microbiologia	European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine	DEP
Grupo de trabalho Microbiologia de Alimentos	Instituto Ricardo Jorge / Public Health England	DEP/DAN
Grupo de trabalho Microbiologia de Águas	Instituto Ricardo Jorge / Public Health England	DEP/DAN/DSA
European Microbiology Experts sub-Group (EMEG)	Comissão Europeia	DSA
Grupo de trabalho do FluMOMO	EUROMOMO	DEP
EuroMOMO	Statens Serum Institut	DEP
Influenzanet	ISI Foundation - Institute for Scientific Interchange	DEP
Public Health Policies and Services	Instituto Ricardo Jorge	DEP
Comissão de diagnóstico perinatal	Sociedade Espanhola de bioquímica clinica	DGH
ECA - European Cytogenetics Association	ECA	DGH
European Chemicals Agency	European Chemicals Agency	DGH
Senior Investigators Committee	Autism Genome Project	DPS
Joint Action on Chronic Diseases (JA-CHrodis)	Instituto Carlos III (Madrid)	DPS
ASDEU - Autism Spectrum Disorders in Europe	Instituto Carlos III (Madrid)	DPS
Knowledge and Innovation Communities (KICs) – EIT HEALTH	Faculdade de CiênciaS da Universidade de Lisboa	DPS
Rede ibero-americana de Hipercolesterolemia Familiar	Fundação de Hipercolesterolemia Familiar de Espanha	DPS
International Consortium for Personalized Medicine	Comissão Europeia	DPS
FH Collaboration Study	Sociedade Europeia de Aterosclerose	DPS
International Stroke Genetics Consortium	University of London	DPS
Psychiatric Genomics Consortium	University of Queensland	DPS
FH Children Registry	University College of London	DPS
ClinVar – FH Expert Group	Stanford University	DPS

1.6. PARCERIAS

Tabela 4 - Parcerias Nacionais

Parcerias Nacionais	DTC
Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	DAN
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	DAN
Instituto Português do Mar e da Atmosfera	DAN
GS1	DAN
Instituto Politécnico de Leiria	DAN
Josef Stefan Institute	DAN
Associação Nacional da Indústria de Alimentação Infantil e Nutrição Especial	DAN
Associação Nacional de Farmácias	DAN
Escola Nacional de Saúde Pública	DAN
Instituto de Tecnologia Química e Biológica	DAN
Centro de Estudos do Ambiente e do Mar	DAN
Faculdade de Ciências de Universidade de Lisboa	DAN
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra	DAN
Departamento de Engenharia dos Polímeros, Universidade do Minho	DAN
REQUIMTE - Rede de Química e Tecnologia	DAN
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa	DAN
Cooperação com a Universidade Atlântica	DAN
Unidade de Saúde Familiar Cidadela, Cascais	DAN
Instituto Superior de Agronomia	DAN
Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve	DAN
Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto	DAN
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	DAN
Faculdade de Ciências e Tecnologia	DAN
Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	DAN
Universidade de Aveiro	DAN
Cooperativa de Ensino Superior – Egas Moniz	DAN
Instituto Superior Técnico	DAN
PORTFIR - Plataforma Portuguesa de Informação Alimentar	DAN
Regiões de Saúde e Regiões Autónomas no âmbito do Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF)	DEP
Faculdade de Farmácia de Lisboa (nanotecnologias e nanotoxicologia)	DGH
Instituto da Soldadura e Qualidade (nanotecnologias)	DGH
Direção-Geral da Saúde (avaliação de risco)	DGH
Universidade de Aveiro (toxicologia de misturas)	DGH
Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa (toxicologia ambiental/ecotoxicologia)	DGH
Universidade Aberta (biomarcadores e integração)	DGH
Instituto Superior Técnico/Campus de Sacavém	DGH
Centro de Diagnóstico Pré-Natal do Centro Hospitalar Lisboa Central	DGH
Centro de Diagnóstico Pré-Natal do Centro Hospitalar Lisboa Norte	DGH

Parcerias Nacionais	DTC
Centro de Diagnóstico Pré-Natal do Centro Hospitalar Algarve: Centro de DPN de Faro e Centro de DPN de Portimão	DGH
Serviço de Genética do Centro Hospitalar Lisboa Central	DGH
Serviço de Genética do Centro Hospitalar de Coimbra	DGH
Serviço de Genética do Centro Hospitalar do Porto	DGH
Laboratório de doenças Metabólicas da Faculdade de Farmácia	DGH
Instituto de Biologia Molecular e Celular	DGH
Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto	DGH
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Papel das cinases WNK e Syk no tráfego da proteína CFTR	DGH
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Regulação do <i>splicing</i> alternativo dos genes Rac1 e SMN2	DGH
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa - predisposição genética à osteoporose e hipertensão arterial	DGH
Centro de Medicina Reprodutiva da Maternidade Alfredo da Costa	DGH
Universidade de Aveiro	DGH
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	DGH
Instituto de Ciências da Saúde da Universidade do Minho	DGH
Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra	DGH
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto	DGH
Centro Hospitalar de São João	DGH
Clínica Universitária de Pneumologia, Centro Hospitalar Lisboa Norte	DGH
Laboratório de Genética da Faculdade de Medicina de Lisboa	DGH
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	DPS
Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal	DPS
Instituto Gulbenkian de Ciência	DPS
IBILI - Instituto de Imagem Biomédica e Ciências da Vida	DPS
Laboratório de Citogenética, Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra	DPS
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra	DPS
Centro Hospitalar do Porto	DPS
Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga	DPS
Centro Hospitalar de São João	DPS
Centro Hospitalar de Setúbal	DPS
Hospital de Santa Maria Maior	DPS
Centro Hospitalar de Lisboa Central	DPS
Centro Hospitalar de Lisboa Norte	DPS
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental	DPS
Centro Hospitalar do Algarve	DPS
H Divino Espírito Santo	DPS
H Dr. Nélio Mendonça (Funchal)	DPS
C H Leiria Pombal	DPS
C H Barreiro Montijo	DPS
CEDOC – Centro de Estudos de Doenças Crónicas da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa	DPS
Escola Nacional de Saúde Pública	DPS
Instituto Nacional de Cardiologia Preventiva Professor Fernando de Pádua	DPS

Parcerias Nacionais	DTC
Instituto do Coração	DPS
Universidade de Aveiro	DSA
Universidade do Porto	DSA
Universidade Nova de Lisboa	DSA
Laboratório Nacional de Engenharia Civil	DSA
Universidade de Trás os Montes e Alto Douro	DSA

Tabela 5 - Parcerias Internacionais

Parcerias Internacionais	DTC
EFSA - Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar	DAN
EuroFIR - European Food Information Resource Network	DAN
Instituto Superior de Investigaciones Biológicas da Universidade Argentina de Tucuman	DAN
Instituto de Metrologia Australiano para a Metrologia da Alimentação e Nutrição	DAN
Faculdade de Zootecnia e Engenharia dos Alimentos, Universidade de S. Paulo, Brasil	DAN
IMEKO - TC 23 - Food and Nutrition Metrology	DAN
Universidade de South Wales – Sydney	DAN
Universidade Complutense de Madrid	DAN
Centro de Investigação em Saúde de Manhica - Moçambique	DAN
Council of National Research, Itália	DAN
Faculdade de Farmácia da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha	DAN
Norwegian University of Life Sciences, Oslo, Norway	DAN
CYTED/IBERCAROT- Red iberoamericana para el estudio de carotenoides como ingredientes de alimentos	DAN
MoniQA AISBL	DAN
Instituto Norueguês de Saúde Pública (FHI) (no âmbito do Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico - INSEF).	DEP
Instituto Carlos III (elaboração de um atlas Ibérico de Mortalidade por Doenças Neoplásicas)	DEP
Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais	DGH
Norwegian Institute for Air Research (NILU), Noruega	DGH
Universidade Estadual de Maringá, Brasil.	DGH
INSERM U 773, Centre de Recherche Biomédicale Bichat Beaujon CRB3, 75018 Paris, França – modelos de ratinhos no estudo da inflamação do cólon	DGH
Imperial College School of Medicine at Hammersmith Hospital, London – técnica de CHIP para o estudo do papel de Rac1 na regulação da expressão génica via BCL-6.	DGH
Ghent University, Belgium- role of CAFs (Carcinoma-associated fibroblasts) on Rac1b expression in co-cultured colorectal cells	DGH
Hospital de Barretos, Brasil - papel de WNK2 em gliomas	DGH
Hospital de Clínicas de Porto Alegre – Brasil	DGH
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil	DGH
Hospital Universitário de Belo Horizonte – Brasil	DGH
Hospital Infantil Joana de Gusmão – Florianópolis - Brasil	DGH
IRCCS - Istituto di Ricerca e Cura a Carattere Scientifico, Fondazione Stella Maris, Pisa – Itália	DGH
Ospedale Pediatrico Bambino Gesù – Roma – Itália	DGH
Hospital S. Joan de Déu – Barcelona – Espanha	DGH

Parcerias Internacionais	DTC
University Hospital Amsterdam, Academic Medical Center – Amsterdam – Holanda	DGH
University Nijmegen Medical Center – Nijmegen – Holanda	DGH
Centro de investigação Biomédica em Rede de Doenças Raras, CIBERER, Barcelona, Alemanha	DGH
Department of Biochemistry, University Medical Center Hamburg-Eppendorf, Alemanha	DGH
Centro de Biología Molecular Severo Ochoa Nicolas Cabrera, Universidad Autónoma de Madrid, Espanha	DGH
Laboratoire de Biochimie au CHU Farhat Hached- Faculté de Pharmacie de Monastir/Université de Monastir, Tunisia	DGH
Faculdade de Medicina, Universidade de Monreal, Canadá	DGH
Garvan Institute of Medical Research; Darlinghurst, Australia	DGH
Department of Pediatrics, Semmelweis University, Budapest, Hungary	DGH
Department of Biology and Biotechnology "L. Spallanzani" University of Pavia, Pavia, Italy	DGH
Departments of a Medical Genetics, University of Pécs, Pécs , Hungary	DGH
Department of Surgery-Universit, Munich, Germany	DGH
Centro de Investigação em Saúde em Angola, Caxito	DGH
Hospital Pediátrico Luís Bernardino, Luanda	DGH
Université Paris Diderot, Sorbonne Paris Cité ; laboratoire d'excellence sur le globule rouge (GR-Ex), hôpital Robert Debré et Institut national de la transfusion sanguine, Paris, France.	DGH
VU University Medical Center – Amsterdam – Holanda	DGH
University of Lund, Sweden	DGH
Biodesing Institute, State University of Arizona, USA	DGH
Rockefeller University Proteomics Resource Center, NY, USA	DGH
Proteomics Platform, Unidad de Biología Estructural – Vizcaya, Spain	DGH
Universidade Federal de São Paulo, Brasil	DGH
HMS & UC San Diego Health System's Division of Pulmonary and Critical Care, California	DGH
Universidade Federal de São Carlos, Brasil	DGH
Departamento de Patologia Clínica; Universidade de Campinas – Brasil	DGH
Weatherall Institute, Oxford – Reino Unido	DGH
BioISI - Biosystems and Integrative Sciences Institute	DPS
Trinity College, Dublin, Ireland	DPS
Goethe - Universitat Frankfurt am Main, Frankfurt, Germany	DPS
Institut Pasteur, Paris France	DPS
University of California Los Angeles, USA	DPS
Institute of Rare Diseases Research Instituto de Salud Carlos III	DPS
Fundação Hipercolesterolemia Familiar de Espanha	DPS
InCor Universidade de Medicina de S Paulo, Brasil	DPS
Faculty of Pharmacy and Biochemistry University of Buenos Aires, Lab of Lipids and Atherosclerosis, Argentina	DPS
Facultad de Medicina Universidad Autónoma de Guadalajara, México	DPS
Facultad Medicina, Universidad FASTA, Mar del Plata, Argentina	DPS
Departamento de Ciencias Fisiológicas, Universidad de Oriente, Ciudad Bolívar, Venezuela	DPS
Clínica Las Condes, Santiago de Chile, Chile	DPS
Icahn School of Medicine at Mont Sinai, New York, USA	DPS
Department of Psychiatrics, University of Toronto, Canada	DPS
Universidade da Corunha	DSA
Universidade Santa Catarinense/ Brasil	DSA

Parcerias Internacionais	DTC
Universidade de Ribeirão Preto/ S.Paulo/ Brasil	DSA
Universidade de Malange/ Angola	DSA
Acrescentar Universidade de Ljubljana, Eslovénia, , e Universidade e e. todas DSA claro	DSA
Universidade da Florida do Sul	DSA
Universidade do Hawai'i em Manoa	DSA
Universidade de Miami	DSA
Universidade de Tel Aviv	DSA

1.7. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

O Plano de Atividades explicita as ações a desenvolver no ano de 2016 para alcançar os objetivos propostos e constitui um indispensável alicerce dos processos de decisão. Este plano, deve constituir-se como um sistema aberto e atento, quer às alterações do meio envolvente, quer às que ocorrem dentro da própria organização, adotando uma postura proactiva na antecipação de soluções que melhor respondam a esses desafios.

A conceção deste documento teve subjacente um exercício de reflexão conjunta com os dirigentes das várias áreas funcionais, que vão assegurar a sua implementação, o que leva a que, por um lado, se sintam mais comprometidos e incentivados a alcançar as metas consensualizadas e por outro, que haja uma maior sintonia e articulação das várias atividades a assegurar pelo Instituto Ricardo Jorge.

Para além de se constituir como um instrumento chave no controlo de gestão, dado que o seu enfoque privilegia as dimensões estratégicas da atuação do Instituto, este documento tem como desígnio congregar os esforços de todos e de gerar consensos para a sua gestão.

Os objetivos foram projetados envolvendo a instituição como um todo, tendo em linha de conta os recursos disponíveis, as capacidades existentes e as potencialidades a desenvolver, procurando um efeito sinérgico de todos esses parâmetros.

1.7.1. Enquadramento com planos superiores institucionais

A elaboração deste plano teve em conta condicionantes e oportunidades decorrentes da estratégia do governo e, em particular, da reforma proposta para Saúde.

De acordo com o Programa do Governo XXI e com as Grandes Opções do Plano (Grandes Opções do Plano propostas para 2016-2019), os principais eixos de atuação e objetivos estratégicos para a saúde são:

- Promover a saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública
- Reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde
- Reforçar o poder do cidadão no SNS, promovendo disponibilidade, acessibilidade, comodidade, celeridade e humanização dos serviços
- Expansão e melhoria da capacidade da rede de cuidados de saúde primários
- Melhoria da gestão dos hospitais, da circulação de informação clínica e da articulação com outros níveis de cuidados e outros agentes do setor
- Expansão e melhoria da integração da Rede de Cuidados Continuados e de outros serviços de apoio às pessoas em situação de dependência
- Aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos e a motivação dos profissionais de Saúde
- Melhorar a Governação do SNS
- Melhorar a Qualidade dos Cuidados de Saúde

1.7.2. Análise estratégica

Tendo em consideração a missão e as competências atribuídas ao Instituto Ricardo Jorge foi promovida uma reflexão estratégica utilizando a metodologia da análise SWOT, onde se relacionaram os pontos fortes e fracos do Instituto, com as principais tendências do seu meio envolvente.

O resultado desta reflexão foi posteriormente trabalhado numa matriz SWOT que serviu de base para realinhar as prioridades estratégicas do Instituto Ricardo Jorge. A matriz serve, no essencial, para focar a atenção sobre a capacidade de resposta, face aos fatores do meio ambiente interno e externo que afetam o Instituto. Este instrumento estratégico pretende, de igual modo, identificar de uma forma estruturada as decisões estratégicas tendo em atenção as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

De referir que esta metodologia deve ser alvo de análise, com regularidade, para que a estratégia esteja inserida na missão do Instituto Ricardo Jorge e não coloque em causa as atribuições conferidas. De uma forma sintética, as conclusões da matriz SWOT são as seguintes:

		Pontos fortes (S)	Pontos Fracos (W)	
Fatores internos		<ol style="list-style-type: none"> 1) Produção científica de relevo 2) Recursos Humanos altamente qualificados 3) Acreditação das atividades laboratoriais 4) Forte cultura de apoio a atividades de I&D 5) Envolvimento em projetos e atividades internacionais 6) Capacidade instalada e <i>know-how</i> na orientação de formação conducente a graus académicos (Mestrados/Doutoramentos) 7) Consenso sobre o papel estratégico do Instituto Ricardo Jorge no Ministério da Saúde 8) Adaptabilidade face a situações novas e/ou emergentes 9) Cultura institucional de candidatura a financiamentos de investigação 10) Existência de uma Comissão de Ética para a Saúde 11) Existência de um Conselho Científico com funções de aconselhamento da Direção no estabelecimento de padrões e políticas institucionais 12) Projetos de Cooperação no âmbito da CPLP 13) Existência da Unidade de Acompanhamento e do Conselho de Orientação 	<ol style="list-style-type: none"> 1) GAP de competências de recursos humanos mais indiferenciados 2) Deficiente integração entre os diversos SI (Sistemas Informáticos) 3) Inadequação da plataforma informática da área clínica 4) Insuficiente <i>Benchmarking</i> interno e externo 5) Constrangimentos Financeiros 6) Procedimentos administrativos complexos e burocráticos para a aquisição de bens e serviços 7) Insuficiente articulação entre serviços / departamentos 8) Deficiente sistema de gestão, sem indicadores em tempo real, pouco investimento no planeamento, na monitorização e nas decisões estratégicas estruturais 9) Ausência de contabilidade analítica 10) Descontinuidade de opções estratégicas de médio e longo prazo 11) Ausência de uma agenda de investigação relevante para o Ministério da Saúde e por ele financiada 12) Fraca comunicação interna 13) Fraca divulgação dos resultados de I&D junto da população em geral 	
	Fatores externos		<ol style="list-style-type: none"> 1) Articulação com os Institutos Congéneres Europeus 2) Estabelecimento e consolidação de parcerias estratégicas 3) Constantes avanços na área de I&D 4) Reconhecimento do Instituto Ricardo Jorge, de uma forma global, como laboratório de referência 5) Reforço da missão do Instituto Ricardo Jorge no âmbito da reestruturação dos Laboratórios de Saúde Pública 6) Relações internacionais / CPLP 7) Criação de centros de Excelência no Instituto Ricardo Jorge – “selo ou marca” Instituto Ricardo Jorge 8) Surgimento de novos atores na área da saúde 9) Interesse reemergente da sociedade pela Saúde Pública 10) Interesse da tutela pela informação epidemiológica de apoio à decisão 11) Criação de equipas de epidemiologia de campo no seio do MS 12) Consolidação da política “O público contrata o público”, no âmbito de serviços na área clínica e de investigação epidemiológica e saúde pública. 13) Áreas de atividade do Instituto Ricardo Jorge promovidas nas <i>calls</i> do Horizonte 2020 e de outras entidades financiadoras 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Sustentabilidade do SNS 2) Enquadramento dos diplomas legais da A.P que condiciona a gestão dos recursos humanos e financeiros 3) Concorrência no recrutamento de RH 4) Perda de <i>know-how</i> por ausência de mecanismos que assegurem a transferência do conhecimento na área de I&D aquando da saída dos investigadores 5) Forte concorrência de entidades nacionais e internacionais 6) Dispersão de informação relevante em saúde pública resultado da repartição e/ou complementaridade de competências, previstas pelo atual enquadramento legal 7) Sobreposição de áreas de competência entre instituições dentro do MS 8) Descontinuidade no alargamento das áreas temáticas desenvolvidas pelo Instituto Ricardo Jorge 9) Indefinição na política da representação Nacional em organismos internacionais 10) Fragilidade no fluxo e troca de informação entre organismos do MS que o representam em fóruns internacionais e os organismos do MS que trabalham nas respetivas áreas temáticas 11) Diminuição do financiamento em I&D de acordo com as políticas nacionais
			Oportunidades (O)	Ameaças (T)

Análise dos Stakeholders

A análise dos *stakeholders* tem como objetivo avaliar o ambiente onde se insere o Instituto, sendo esta análise essencial para a definição da estratégia permitindo avaliar a influência e o forma como os outros intervenientes podem interferir na atividade.

Tabela 6 - Stakeholders

Orgão da Administração Central	Cientes de âmbito geográfico	Parceiros Nacionais	Parceiros Internacionais	Outros
Estado (Governo)	Hospitais Públicos e Privados	DGS - Direção-Geral da Saúde	OMS - Organização Mundial de Saúde	Profissionais de Saúde
Ministério da Saúde	ARS (ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde, USF - Unidades de Saúde Familiar, UCSP - Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados)	Instituto Nacional de Estatística	ECDC - European Centre for Disease Control	Estudantes
DGS - Direção-Geral da Saúde	Unidades Locais de Saúde e Delegados de Saúde Regionais	Fundação para Ciência e aTecnologia	IANPHI - International Association of National Public Health Institutes	Colaboradores/ Bolseiros do Instituto Ricardo Jorge
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	Empresas Privadas	Agência Portuguesa do Ambiente	Organizações Europeias Congéneres (Espanha, Países Baixos, Finlândia)	Fornecedores
SPMS, EPE	Outros Organismos do Estado (Escolas, Universidades, Tribunais, Estabelecimentos Prisionais e Câmaras Municipais	Laboratórios do Estado e outras instituições públicas de I&D	Organizações Internacionais Congéneres (Brasil e Angola)	Sindicatos
INFARMED, I.P.	Cidadãos (utentes do SNS e outros particulares	Fundação Calouste Gulbenkian	IMEKO	
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	Laboratórios Privados de Análises	Escola Nacional de Saúde Pública	CYTED/IBERCAROT	
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, IP	Consultórios médicos privados	Instituto de Higiene e Medicina Tropical	EuroFIR AISBL	
Ministério dos Negócios Estrangeiros		Agência Nacional de Inovação	MoniQA AISBL	

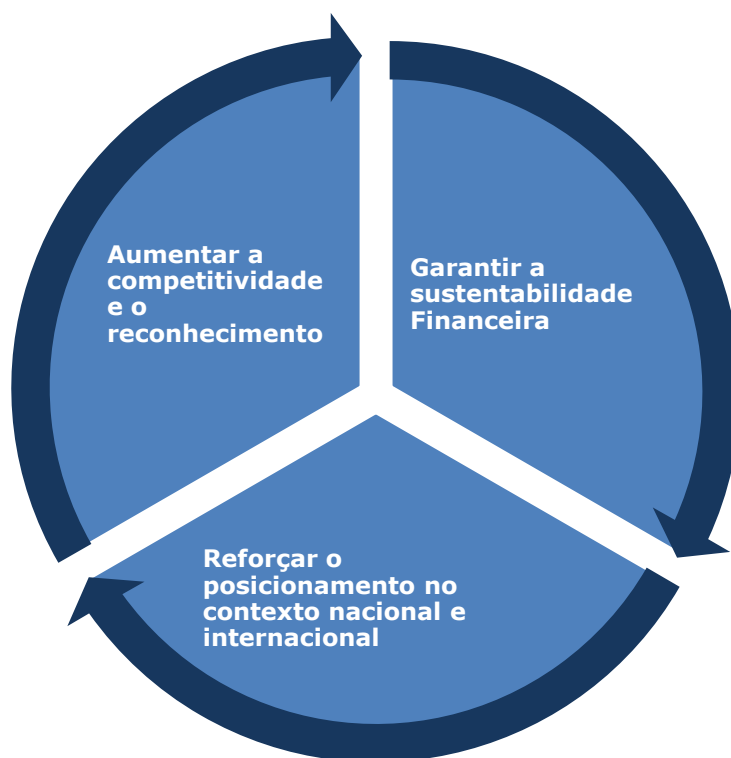
Orgão da Administração Central	Cientes de âmbito geográfico	Parceiros Nacionais	Parceiros Internacionais	Outros
Ministério da Justiça		Universidades	Universidades	
Ministério da Agricultura e do Mar		IPQ	Robert KOCH Institut	
Ministério da Economia		RELACRE	Fiocruz	
		PorFIR	Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola	
		DGAV	Instituto Carlos III	
		GS_ Portugal	Norwegian Institute for Public Health (NIPH)	
		ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	National Institute for Health and Welfare (THL)	
		Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP	RINSP - Rede de Institutos de Saúde Pública CPLP	
			CDC - Centers for diseaseControl and Prevention - USA	

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

2.1. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

O Plano Estratégico que define os objetivos do Instituto Ricardo Jorge para o biénio 2015-16 reflete a sua missão, os seus valores e a sua visão e tem em conta os desenvolvimentos no contexto nacional e internacional.

As Linhas Gerais de Orientação Estratégica, ou vetores estratégicos estão intrinsecamente ligadas à Missão e aos propósitos estratégicos e consubstanciam-se na perspetiva de alargamento da presença do Instituto Ricardo Jorge junto dos clientes/parceiros a nível nacional e internacional, assim como na melhoria da capacidade C&T disponível e das práticas associadas, sem descurar a segurança, a qualidade, a eficácia e a eficiência.

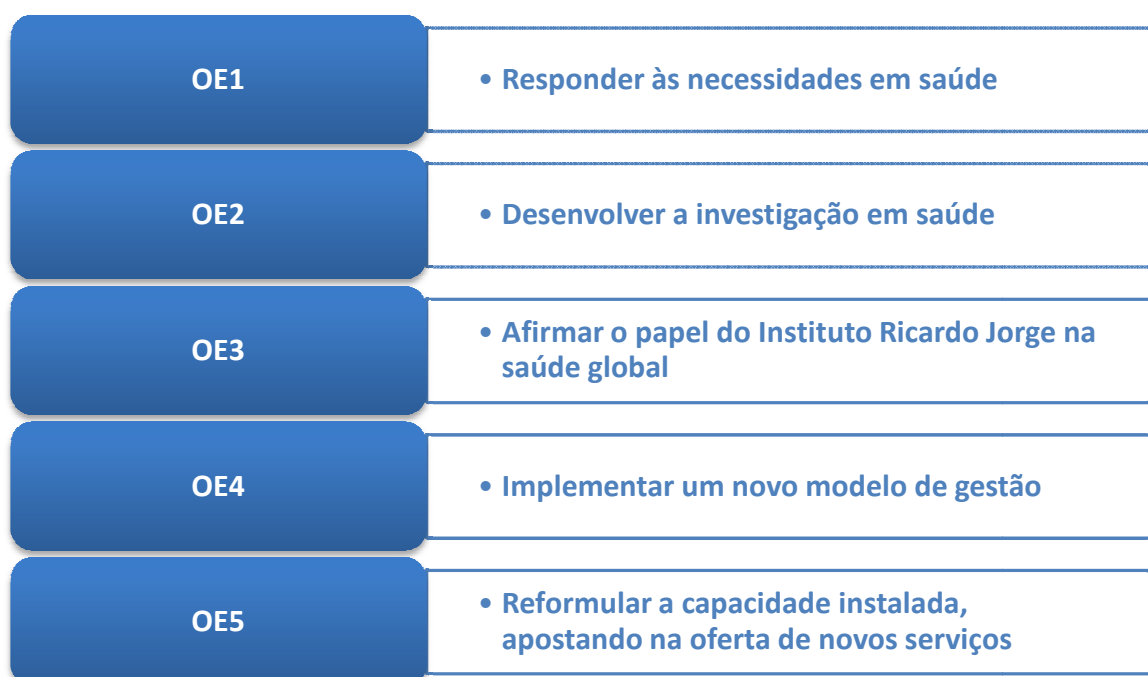


2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos que constam neste Plano foram definidos com base numa perspetiva global envolvendo todo o Instituto, procurando a desejável sinergia entre os recursos disponíveis, as capacidades existentes e as potencialidades a incrementar.

Encontram-se estruturados numa cadeia lógica, em que os objetivos estratégicos se desdobram em objetivos operacionais, a implementar pelos vários departamentos para promover a sintonia dos vários esforços e reforçar a unidade organizacional.

Tendo por base a referida estratégia, foram propostos para o ciclo de gestão que se inicia os Objetivos Estratégicos enumerados de seguida:



2.2.1. Formulação e análise dos objetivos estratégicos



O Instituto Ricardo Jorge está inserido num contexto muito específico no âmbito da Saúde. No entanto, as prioridades do Instituto devem estar alinhadas com as políticas nacionais de saúde, científica e tecnológica em cumprimento da sua missão e atribuições de Laboratório do Estado no setor da saúde. A definição destas políticas assenta em documentos estratégicos como o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano, e o Plano Nacional da Saúde.

Pontos chave:

- Alinhar o Instituto Ricardo Jorge com as políticas de saúde, científica e tecnológica;
- Alinhar o Instituto Ricardo Jorge com o Plano Nacional de Saúde;
- Obter evidência para a decisão em saúde;
- Reforçar as funções essenciais;
- Garantir os compromissos nacionais e internacionais;
- Promover a articulação com os serviços e organismos do Ministério da Saúde e de outros ministérios que tutelam áreas de interesse para o Instituto Ricardo Jorge realizando, assim, o princípio da saúde em todas as políticas.

OE2

• **Desenvolver a investigação em saúde**

As políticas saudáveis são construídas e analisadas sobre uma base robusta de evidência científica, tendo prioridade as intervenções sobre as quais existe evidência de uma favorável relação benefício/custo. A investigação em saúde é uma das funções essenciais do Instituto Ricardo Jorge e deve estar de acordo com os eixos estratégicos e com os objetivos para o sistema de saúde definidos no Plano Nacional de Saúde.

Pontos chave:

- Relançar a elaboração da Agenda de Investigação no Ministério da Saúde;
- Criar o Fórum Nacional de investigação em Saúde;
- Desenvolver o Plano de Investigação estratégica do Instituto Ricardo Jorge;
- Desenvolver investigação em ciências da saúde em todas as modalidades relevantes, nomeadamente, investigação epidemiológica, etiopatogénica, clínica e em serviços de saúde;
- Promover a transferência de tecnologias e “Know how”;
- Fomentar sistemas de informação para a investigação e redes de I&D;
- Reforçar o apoio à investigação e adequar a gestão em I&D.

OE3

• **Afirmar o papel do Instituto Ricardo Jorge na Saúde Global**

Estudos da União Europeia demonstram a relevância deste objetivo; a Saúde Global é um conceito abrangente que engloba o estado de saúde, os seus determinantes e intervenções na população mundial, que se sobrepõe aos interesses e perspetivas individuais dos países.

A liberalização dos fluxos internacionais de comércio, capitais, tecnologias e informação evoluiu de forma progressiva para uma rede de interdependência social, política e económica.

Este fenómeno, conhecido como globalização, configura uma nova forma de desenvolvimento de ações conjuntas, organização de movimentos sociais transnacionais e é uma oportunidade de intervenção nacional na agenda global.

Assim, a nível de orientação política as organizações devem realizar a planificação estratégica e operacional, responsabilização, monitorização e avaliação dos compromissos internacionais, incluindo, por exemplo, a vigilância epidemiológica, planos, programa e projetos. Devem ainda, desenvolver e executar simulações de planos de ação para situações de ameaças de saúde internacionais, quer próprios, quer integrados em estratégias de ação internacional e analisar e monitorizar o impacto da mobilidade bidirecional de pessoas e doentes: estrangeiros e migrantes quanto ao acesso, qualidade e impacto na sustentabilidade do Sistema de Saúde, bem como quanto à satisfação de necessidades de saúde específicas.

Como Laboratório do Estado, a sua vasta experiência estende-se por vários domínios, como a proteção e promoção da saúde em sentido lato, a vigilância epidemiológica, as atividades de referência, a oferta formativa e a produção e divulgação do conhecimento científico, entre outros. Assim, o Instituto Ricardo Jorge dispõe de capacidades que lhe permitem partilhar com instituições congéneres a sua experiência e saber, contribuindo para o reforço de uma mútua capacitação. Igualmente, o Instituto Ricardo Jorge desempenha e deve reforçar a sua participação na definição de políticas europeias e globais através da sua presença em organizações internacionais, e da troca de conhecimento com institutos internacionais congéneres.

Pontos chave:

- Identificar e incorporar modelos internacionais de funcionamento nas instituições, incluindo conceitos, boas práticas, processos e indicadores;
- Procurar modelos e promover a participação em processos de acreditação internacional, desenvolver formação, de forma a facilitar o reconhecimento de centros de excelência e a captação de profissionais em formação de outros países;
- Promover as discussões estratégicas e operacionais a nível internacional e a nível nacional sobre a participação portuguesa na Saúde Global.

OE4

• Implementar um novo modelo de gestão

Os ganhos de eficácia e eficiência só serão possíveis numa cultura de compromisso e exigência, investindo, numa gestão racional e criteriosa dos recursos, humanos, financeiros e organizacionais. Aqui assume particular relevância a aposta no desenvolvimento do capital humano e na modernização e simplificação administrativa do Instituto. Torna-se imperativa, uma gestão administrativa centrada na simplificação, agilidade, inovação e automatização/desmaterialização dos processos e sistemas de uma forma integrada, que promova a eficácia, a otimização dos recursos e a redução de custos.

Este objetivo induzirá o aumento da qualidade e o aperfeiçoamento dos serviços prestados internamente (entre as várias unidades orgânicas) e externamente pelo Instituto Ricardo Jorge.

Pontos chave:

- Avaliar e simplificar os processos críticos;
- Melhorar os sistemas de informação de suporte à decisão;
- Aperfeiçoar os sistemas de avaliação do desempenho da organização;
- Implementar a contabilidade analítica;
- Desenvolver processos de contratualização interna;
- Desenvolver competências comerciais e de *marketing*;
- Desenvolver um modelo integrado de Gestão de Recursos Humanos por competências.

OE5

- **Reforçar a capacidade instalada apostando na oferta de novos serviços**

Numa sociedade em constante mudança, importa que o Instituto Ricardo Jorge proceda a uma reflexão consequente sobre o seu papel na Saúde em Portugal, no âmbito da sua missão e atribuições. Neste contexto, importa repensar e definir qual a carteira de serviços que melhor serve a população e os objetivos do sistema de saúde Nacional. Esta definição permitirá reorientar a atividade do Instituto, de modo que o Instituto Ricardo Jorge possa prestar um melhor e mais adequado serviço. Um dos instrumentos que deverá instrumentalizar esta definição será o estabelecimento de contratos-programa com a Tutela.

Pontos chave:

- Responder a novas atribuições e exigências;
- Investir em novos equipamentos e garantir a sua manutenção e calibração;
- Maximizar a acreditação dos ensaios laboratoriais do Instituto Ricardo Jorge de acordo com os referenciais normativos ISO/IEC 17025 e ISO 15189;
- Iniciar o processo de certificação de alguns serviços, do Instituto Ricardo Jorge de acordo com os referenciais normativos ISO 9001 (qualidade), ISO 14001 (ambiente) e OHSAS 18001 (segurança);
- Melhorar as instalações.

2.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS, INDICADORES E METAS

A partir dos Objetivos Estratégicos, que pela sua conceção têm um carácter mais universal, são definidos objetivos específicos para o ciclo de gestão, que concretizam e clarificam os Objetivos Estratégicos.

De seguida apresenta-se um quadro que relaciona os objetivos estratégicos, os objetivos específicos, os indicadores e as metas:

OE	Objetivo Específico	Indicador	Meta 2016	Responsável
1 Responder às necessidades em Saúde	Avaliar o Plano Nacional de Saúde 2012-2020	Desenvolvimento e apresentação da metodologia de avaliação	100%	DEP
	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	Implementação do Sistema de Vigilância Laboratorial das Doenças de Declaração Obrigatória	50%	DDI
		Desenvolvimento de um sistema de monitorização ambiental de substâncias potencialmente tóxicas e/ou microrganismos (potencialmente) patogénicos	60%	DSA
	Desenvolver uma rede de laboratórios de saúde pública	Laboratórios envolvidos na rede	5	CD/DEP
		Laboratórios com participação no PNAEQ	5	DEP/PNAEQ
	Certificar o Instituto Ricardo Jorge	Cumprimento de requisito da norma de referência numa Unidade orgânica/área (%)	20%	Qualidade
2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver a agenda de I&D do Ministério da Saúde	Participação em grupo de trabalho que visa estudar e propor medidas de promoção de investigação clínica e de translação e da inovação biomédica em Portugal	1	CD
		Concursos visando áreas prioritárias	1	CD/DGRH
	Melhorar os indicadores (outputs) de I&D	Artigos publicados (aumento %)	5%	DTC
		Projetos em curso (aumento %)	10%	DTC
		Bolseiros (aumento %)	5%	DTC
	Contribuir para uma maior captação de financiamento para I&D	Financiamento externo (gestão direta) obtida para projetos de I&D (aumento %)	5%	CD/GAI
papel do Instituto Ricardo Jorge na	Apoiar os países da CPLP	Novas parcerias	2	CD/GAI
	Colaborar com institutos congéneres europeus e OMS	Novas colaborações com Institutos Nacionais de Saúde europeus	2	CD/GAI

OE	Objetivo Específico	Indicador	Meta 2016	Responsável
		Centros de colaboração da OMS	1	CD/GAI
4 Implementar um novo modelo de gestão	Implementar um sistema de custeio ajustado às necessidades do Instituto	Implementação de Contabilidade Analítica – apuramento correto dos custos diretos	36%	DRF
	Melhorar os sistemas de informação de suporte à decisão	Apresentação do documento de requisitos técnicos e funcionais do sistema de informação e gestão de análises e serviços	1	DRF
	Redefinir os processos internos, assegurando a uniformização das unidades orgânicas	Processos redefinidos	2	Qualidade
5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa	Ações de oferta formativa (aumento %)	5%	Oferta Formativa
	Investir no Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade (PNAEQ)	Programas de AEQ (aumento %)	5%	DEP/PNAEQ
		Serviços prestados no âmbito público e privado (aumento %)	5%	DEP/PNAEQ
	Reorganizar a prestação de serviços focando a atividade em áreas que permitam a autossustentabilidade	Realização um estudo global sobre a atual prestação de serviços e atividades do Instituto Ricardo Jorge	100%	Contratualização/SAL
		Apresentação de proposta para as reformas necessárias para a reorganização da atividade	100%	Contratualização/SAL
Melhorar as instalações do Instituto Ricardo Jorge	Reabilitação de laboratórios	2	DRT	

2.4. OBJETIVOS OPERACIONAIS

A partir dos objetivos estratégicos foram identificados e determinados os objetivos operacionais (OOp) das diversas Unidades Orgânicas (UO) e selecionados aqueles que melhor refletem as linhas prioritárias do Instituto Ricardo Jorge.

No quadro abaixo apresenta-se a articulação dos objetivos estratégicos com os 22 objetivos operacionais que integram o QUAR:

Objetivos Operacionais		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	Depart.	Parâm.
OOp1	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica					X	DGH	Eficiência
OOp2	Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC)	X					DEP	
OOp3	Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS	X					DEP	
OOp4	Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares	X					DAN	
OOp5	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	X					DPS	
OOp6	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras					X	DSA	
OOp7	Desenvolver a investigação estratégica		X				GAI	
OOp8	Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições	X					BIBLIOTECA	
OOp9	Promover a formação				X		DGRH	
OOp10	Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde	X					MUSEU	
OOp11	Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa					X	OF	
OOp12	Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial	X					DDI	Eficiência
OOp13	Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (INSA/DGS)	X					DDI	
OOp14	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA	X					DDI	
OOp15	Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos	X					DAN	
OOp16	Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos	X					DPS	
OOp17	Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral	X					MUSEU	Qualidade
OOp18	Melhorar o desempenho económico e financeiro				X		DRF	
OOp19	Promover a satisfação dos profissionais e clientes					X	Qual./Com.	
OOp20	Melhoria da qualidade das instalações do INSA - Sede					X	DRT	
OOp21	Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional			X			DPS	
OOp22	Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão			X			INSA	

2.5. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

O processo de monitorização visa uma gestão dinâmica da estratégia que permita uma atuação oportuna. Neste processo os elementos a monitorizar são:

- Mapa da Estratégia através do QUAR (SIADAP 1)
- Objetivos das Unidades Orgânicas
- Projetos das Unidades Orgânicas
- Indicadores de desempenho das funções essenciais e das áreas de Suporte
- Objetivos dos Dirigentes (SIADAP 2)
- Objetivos dos trabalhadores (SIADAP 3)

O Instituto Ricardo Jorge utiliza dois mecanismos de coordenação e monitorização para um adequado acompanhamento da execução da estratégia definida para este Instituto:

- Monitorização semestral da execução do Plano de Atividades, QUAR e dos indicadores de desempenho das funções essenciais e das áreas de Suporte, na qual é recolhida a informação relativa ao nível de concretização das metas estabelecidas, bem como são apurados desvios e definidas medidas corretivas a adotar;
- Reuniões de coordenação entre o Conselho Diretivo, Diretor do CGF, Diretores de Serviço, Coordenadores de Departamentos e do Museu onde são comunicados os resultados da monitorização e discutidas possíveis abordagens futuras que visem um melhor desempenho da instituição.

Face à necessidade de dar resposta ao Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Objetivos Estratégicos e Operacionais, e fornecer ao Conselho Diretivo informação que apoie as suas decisões, foram criados sistemas de recolha e tratamento da informação. Os materiais para a monitorização são preparados e distribuídos pela Área do Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Organizacional.

O processo de monitorização é suportado por uma ferramenta de Excel que garante a recolha e tratamento da informação que fica em arquivo.

2.6. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Na elaboração do presente plano o Instituto Ricardo Jorge dedicou especial atenção ao alinhamento dos seus objetivos operacionais (OOp) com as orientações estratégicas do Ministério da Saúde, nomeadamente, as que decorrem da revisão e extensão do Plano Nacional de Saúde a 2020. Estes foram delineados perspetivando o seu papel enquanto agente do Sistema de Saúde, bem como, a sua interdependências com os demais, facto que se encontra refletido nos programas de saúde prioritários em que está envolvido, bem como nas fichas de atividade, em anexo, onde se encontram descritos os OOp de todas as unidades orgânicas do Instituto.

Assim, os OOp do Instituto Ricardo Jorge encontram-se alinhados com as orientações do Ministério da Saúde que se encontram no quadro que se segue:

Nº	Orientações Estratégica do MS 2016
	1 Orientações do Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão 2020 tendo por base os eixos estratégicos, orientações para a implementação, metas e indicadores, designadamente
1.1	Eixos Estratégico - Cidadania em Saúde
1.3	Eixos Estratégico - Qualidade na Saúde
1.4	Eixos Estratégico - Políticas Saudáveis
1.5	Orientação para a Implementação - Prevenção e Controlo da Doença
1.6	Orientação para a Implementação - Promoção e Proteção da Saúde
1.7	Orientação para a Implementação - Colaboração Intersectorial
1.8	Orientação para a Implementação - Capacitação dos cidadãos
1.9	Orientação para a Implementação - Promoção de ambientes saudáveis
1.10	Orientação para a Implementação - Divulgação e implementação de boas práticas
1.11	Orientação para a Implementação - Fortalecimento da Saúde Global
	2 Orientações Programáticas dos Programas de Saúde Prioritários e demais programas nacionais - articulação com os Programas Nacionais da DGS ou de outras instituições do MS, em vigor
2.1	Programa Nacional para a Diabetes
2.2	Programa Nacional para a Saúde Mental
2.3	Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA
2.4	Programa Nacional para as Doenças Oncológicas
2.5	Programa Nacional para as Doenças Respiratórias
2.6	Programa Nacional para as Doenças Cérebro- Cardiovasculares
2.7	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável
2.8	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo
2.9	Programa Nacional de Vacinação
2.11	Outros
	3 Programa do XXI Governo Constitucional - O Programa do Governo e prioridades assumidas, bem como as medidas previstas nas suas seções
3.1	Eixo 1 - Promover a saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública
3.2	Eixo 2 - Reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde
3.3	Eixo 3 - Reforçar o poder do cidadão no SNS, promovendo disponibilidade, acessibilidade, comodidade, celeridade e humanização dos serviços
3.7	Eixo 7 - Aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos e a motivação dos profissionais de Saúde
3.8	Eixo 8 - Melhorar a Governação do SNS
3.9	Eixo 9 - Melhorar a Qualidade dos Cuidados de Saúde

3. PARÂMETROS RELEVANTES NA ATUAÇÃO DO INSTITUTO RICARDO JORGE

Nesta secção serão apresentados os vários parâmetros considerados relevantes na atuação do Instituto.

3.1. RECURSOS HUMANOS

No ano de 2015 o Mapa de Pessoal contemplava 506 postos de trabalho, no entanto, o Instituto Ricardo Jorge dispunha, em dezembro de 2015, para a concretização das atividades, de 473 trabalhadores, mais 13 do que em 2014. A proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2016 contempla 517 postos de trabalho, mais 11 do que aqueles que estavam aprovados para 2015.

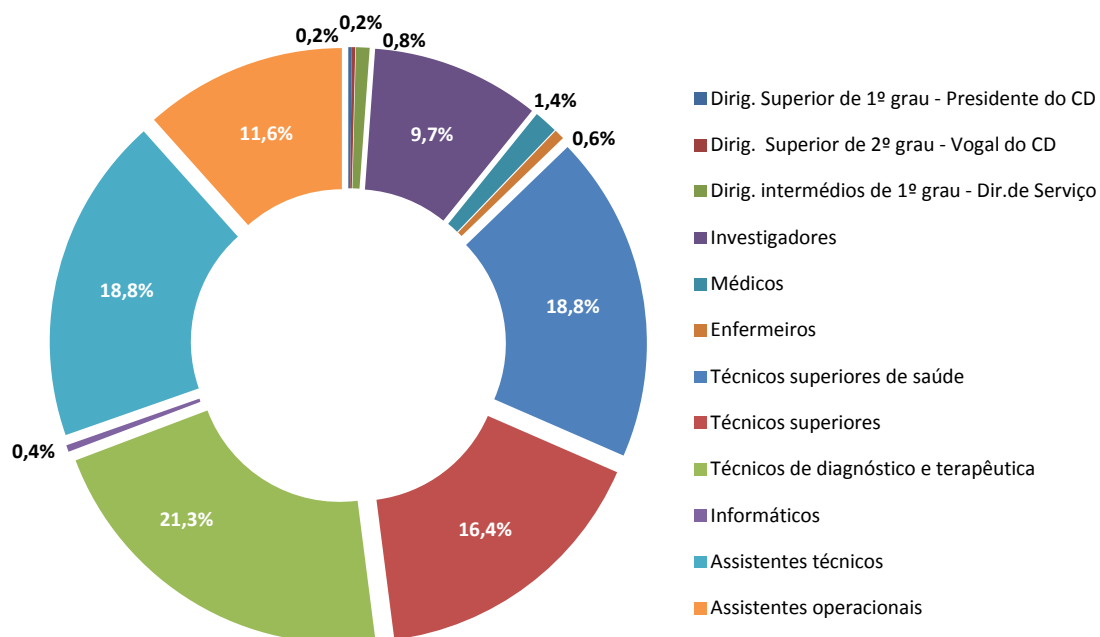
Grupo profissional

Para 2016 o grupo dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica é o que apresenta o maior número de trabalhadores, com **110** (21,0%), logo seguido do grupo dos Técnicos Superiores de Saúde e dos Assistentes Técnicos, ambos com **97** (19 %) trabalhadores. É, contudo, o grupo dos Técnicos Superiores aquele que prevê um maior crescimento face ao ano de 2015, com a previsão de mais 12 trabalhadores.

Tabela 7 - Recursos Humanos por grupo profissional

Grupo Profissional	Ano Económico			
	2013	2014	2015	2016 PT (s) Aprovados
Dirig. Superior de 1º grau - Presidente do CD	1	1	1	1
Dirig. Superior de 2º grau - Vogal do CD	1	1	1	1
Dirig. Intermediários de 1º grau - Dir. de Serviço	4	4	4	4
Investigadores	49	46	45	50
Médicos	6	6	5	7
Enfermeiros	2	2	2	3
Técnicos Superiores de Saúde	87	90	92	97
Técnicos Superiores	49	62	73	85
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	103	97	104	110
Informáticos	2	2	2	2
Assistentes Técnicos	95	93	87	97
Assistentes Operacionais	62	56	57	60
Total	461	460	473	517

Gráfico 1 - Recursos Humanos por grupo profissional previstos no Mapa de Pessoal de 2016



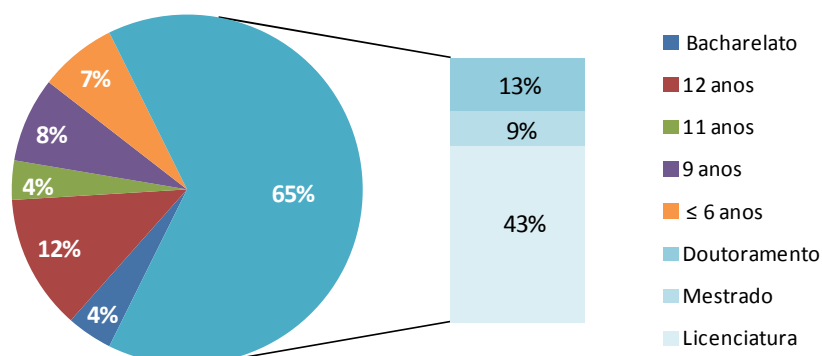
Nível de escolaridade

Sobre o nível de escolaridade dos recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge, salientam-se os **306** elementos com habilitações superiores (licenciatura, mestrado e doutoramento), que em 2015 representavam **65%** dos recursos humanos, o que representa um incremento deste grupo de 4% face ao ano anterior.

Tabela 8 - Recursos Humanos por nível de escolaridade 14/15

Nível de escolaridade	Nº de RH		Varição
	2014	2015	2014/2015
Até 12º Ano	146	147	1
Bacharelato	20	20	0
Licenciatura	199	203	4
Mestrado	38	41	3
Doutoramento	57	62	5
Total	460	473	13

Gráfico2 - Recursos Humanos por nível de escolaridade



Género e Escalão etário

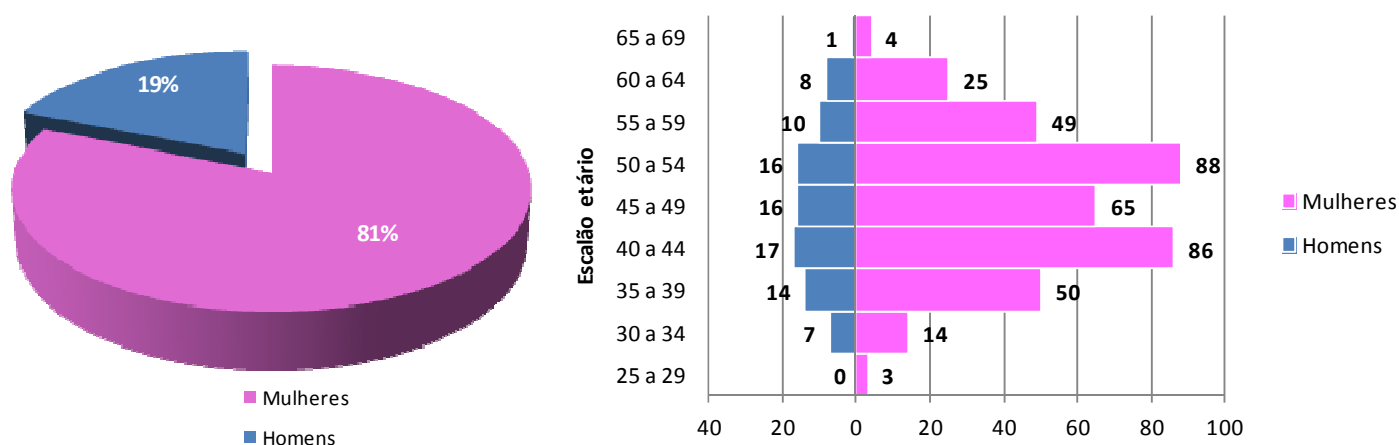
O género feminino, representa 81% da população dos trabalhadores Instituto Ricardo Jorge.

A maioria dos trabalhadores do Instituto Ricardo Jorge tem mais de 45 anos, representando 60% da população. Sendo o escalão etário dos 50 aos 54 anos o que tem maior expressão, concentrando, aproximadamente, ¼ dos trabalhadores.

Tabela 9 - Recursos Humanos por género/escalão etário

Escalão etário	Nº de RH		
	Homens	Mulheres	Total
25 a 29	0	3	3
30 a 34	7	14	21
35 a 39	14	50	64
40 a 44	17	86	103
45 a 49	16	65	81
50 a 54	6	88	104
55 a 59	10	49	59
60 a 64	8	25	33
65 a 69	1	4	5
Total	89	384	473

Gráficos 3 e 4 - Recursos Humanos por género/escalão etário



3.2. FORMAÇÃO

Para os próximos dois anos, à semelhança do ocorrido em anos anteriores a elaboração dos Planos de Formação é concretizada numa perspetiva de otimização dos recursos, de modo a possibilitar o investimento nos recursos humanos salvaguardando a necessária contenção orçamental. As linhas orientadoras prioritárias para a formação do Instituto Ricardo Jorge são as seguintes:

- Adequar a formação ministrada às necessidades dos serviços e trabalhadores- identificar as competências lacunares dos trabalhadores e respetivas necessidades formativas, em concordância com as competências requeridas para o desempenho no posto de trabalho;
- Reforçar a capacidade instalada – no que respeita ao sistema integrado de qualidade implementado no Instituto Ricardo Jorge, consolidando competências na aplicação dos referenciais normativos e dos procedimentos existentes;
- Apoiar a investigação científica – promovendo o desenvolvimento de competências técnicas na área científica, no âmbito das metodologias de investigação em Saúde e de tecnologias emergentes (bioinformática, ómicas, imagiologia);
- Assegurar o acesso à formação profissional a todos os trabalhadores em funções públicas do Instituto- garantir o cumprimento da formação inicial, de carácter obrigatório, destinada aos trabalhadores que iniciam funções públicas e prosseguir o investimento na formação contínua transversal, com especial incidência para as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), competências comunicacionais e aprendizagem da organização e metodologias de trabalho adequadas ao serviço;
- Promover a difusão do conhecimento dentro do Instituto Ricardo Jorge – através da partilha entre os colaboradores de experiência e conhecimentos adquiridos, quer em contexto de investigação e formação, quer no contexto administrativo e de organização;
- Reforçar a utilização das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) no âmbito da formação - promover a utilização das novas metodologias de formação, como seja o caso do e-learning e b-learning (formação à distância e mista) e consequentemente reduzir os custos associados, agilizando e generalizando o acesso ao conhecimento;

- Avaliar o impacto da formação na qualidade dos serviços prestados - melhorar a metodologia de avaliação do impacto da formação na produtividade do trabalhador e do serviço, prevendo a transferência das aprendizagens para o posto de trabalho e incidindo na informação de retorno, de modo a promover o aumento da produtividade dos trabalhadores.

3.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.3.1. Desempenho económico dos últimos três anos

Da análise económica do Instituto Ricardo Jorge nos últimos três anos, 2013 a 2015 (os valores relativos ao ano de 2015 são provisórios), verifica-se que a estrutura dos custos aumentaram em 2015 após uma diminuição até ao ano de 2014, enquanto na estrutura dos proveitos verificou-se um decréscimo no ano de 2015. Os custos tiveram uma taxa de crescimento de 1,5% em 2014 e de 2,7% em 2015. Passaram de um valor de 23.409M€ em 2014 para um valor de 23.621M€. A componente mais significativa dos custos são as despesas com o pessoal que têm uma participação de 55% do total dos custos. Em seguida, são os fornecimentos e serviços externos com uma participação de 18,9% do total dos custos. Relativamente aos proveitos, verifica-se uma taxa de crescimento de 4,3% em 2014 para uma taxa de crescimento negativa de -1,4% em 2015. Passaram de um valor de 24.395M€ em 2014 para 23.812M€ em 2015. A componente mais significativa dos proveitos são as transferências correntes obtidas, que têm uma participação de 81% do total dos proveitos. Em seguida, são as vendas e prestações de serviços com uma participação de 17,9% do total dos proveitos.

Tabela 10 - Demonstração de Resultados 2012-2015

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
CUSTOS								
61 - CMVMC	5.000	19,3%	3.573	15,0%	4.144	18,0%	4.116	17,4%
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	4.395	16,9%	3.870	16,3%	3.808	16,6%	4.473	18,9%
64 - Custos com o Pessoal	12.940	49,8%	13.169	55,4%	12.890	56,1%	13.093	55,4%
66 - Amortizações do Exercício	2.287	8,8%	1.956	8,2%	1.528	6,6%	1.281	5,4%
Outros custos	1.348	5,2%	1.194	5,0%	613	2,7%	658	2,8%
Total de Custos	25.970	100,0%	23.762	100,0%	22.983	100,0%	23.621	100,0%
PROVEITOS								
71 - Vendas e Prestações de Serviços	5.167	20,5%	4.391	18,8%	4.515	18,7%	4.252	17,9%
74 - Transferências correntes obtidas	18.669	74,0%	17.478	74,8%	19.268	79,8%	19.305	81,1%
79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.213	4,8%	611	2,6%	151	0,6%	125	0,5%
Outros proveitos	167	0,7%	892	3,8%	205	0,8%	130	0,5%
Total de Proveitos	25.216	100,0%	23.372	100,0%	24.139	100,0%	23.812	100,0%

Fonte: Relatório de Gestão

Relativamente ao Orçamento do Instituto Ricardo Jorge nos últimos três anos, verifica-se um crescimento de 18,58% em 2015 que corresponde a um aumento de 4.481.537€ e um decréscimo de 6.9% em 2016 que corresponde a uma diminuição de 1.996.932€.

Em relação às fontes de financiamento, dado que a organização do orçamento do Instituto Ricardo Jorge sofreu alterações em 2014, as receitas gerais mantem-se constantes em relação a 2015. O valor Orçamentado nas Receitas Próprias é constante, verificando-se uma diminuição nas outras fontes de financiamento.

Tabela 11 – Dotações Orçamentais

Fonte de Financiamento	2014	2015	2016
Receitas Gerais	16.584.275	16.584.275	16.584.275
Receitas Próprias	7.112.308	7.886.737	7.886.737
Transferências AP	422.422	1.126.987	551.476
Outras	0	3.002.543	1.581.122
Total	24.119.005	28.600.542	26.603.610

Fonte: DGO

4. OBJETIVOS OPERACIONAIS POR UNIDADE ORGÂNICA

De seguida encontram-se descritos os planos de ação das unidades orgânicas do Instituto Ricardo Jorge apresentando-se em primeiro lugar os planos dos departamentos Técnico-científicos e Museu da Saúde, seguidos dos Serviços de apoio à investigação, gestão e administração. De referir que os recursos humanos considerados são os existentes a 31 de dezembro de 2015.

4.1. DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

4.1.1. Atribuições

Ao Departamento de Alimentação e Nutrição (DAN) compete:

- a) Promover, coordenar e realizar investigação e desenvolvimento em alimentação e nutrição, identificando as necessidades e estabelecendo as respetivas prioridades, nomeadamente as fixadas pelo Ministério da Saúde, acordo com as estratégias nacionais e internacionais, que reforcem os programas nacionais e a internacionalização;
- b) Promover, coordenar e implementar programas de observação em saúde associados à alimentação e avaliar o risco e benefício para fins do desenvolvimento de planos de prevenção e controlo da doença;
- c) Assegurar a recolha, compilação e transmissão à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, para efeitos de comunicação à Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, dos dados analíticos nacionais relativos à composição, incluindo contaminantes e outras substâncias químicas, dos géneros alimentícios e alimentos para animais;
- d) Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde, nos domínios da segurança alimentar e nutrição, através da implementação de novas metodologias, do estudo epidemiológico laboratorial de doenças de origem alimentar, da prestação de serviços diferenciados, incluindo ensaios analíticos, produção de materiais de referência, e da organização de programas de avaliação externa da qualidade laboratorial.

4.1.2. Objetivos Operacionais

O DAN tendo em conta as suas atribuições reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (QUAR 2016 R)	Transmissões de dados à EFSA (<i>European Food Safety Authority</i>)	3
Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (QUAR 2016 R)	Ajuste das ferramentas de avaliação do consumo e definição do método de amostragem (em meses)	11
Garantir os compromissos nacionais e internacionais	Realizar as tarefas de atualização acordadas anualmente da Tabela da Composição de Alimentos acordadas no âmbito do projeto EUMenu (%)	80
Assegurar a participação em programas, planos, redes e grupos de trabalho em resposta a solicitações nacionais e internacionais (MS, DGS, OMS, EFSA, PNAAS, DGAV, ASAE, IMEKO, EuroFIR AISBL, INSP Angola, OGM)	N.º de respostas /N.º de solicitações (%)	90
Desenvolver instrumentos de vigilância epidemiológica	Implementação de estudo de dieta total piloto (4 anos)- Fase1 (3 anos) - colheita, preparação e análise de amostras de 18 grupos de alimentos) (%)	33
Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Documentos submetidos ao GOC	2
Garantir a recolha e o reporte atempado da informação e evidência, no âmbito da vigilância epidemiológica laboratorial das toxinfecções alimentares para as redes nacionais e internacionais	Resposta a solicitações (%)	90
Desenvolver e dar continuidade à parceria INSA-PHE na organização e coordenação do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia de Alimentos e Águas	Esquemas disponibilizados	14
Assegurar a resposta laboratorial em caso de toxinfecções alimentares e outras emergências biológicas no âmbito alimentar, de origem natural, acidental ou deliberada	Resposta a solicitações (%)	90

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde, nos domínios da segurança alimentar e nutrição, através da implementação de novas metodologias	Novos ensaios implementados	1
Assegurar a prestação de serviços diferenciados nas áreas química e microbiologia dos alimentos, dos materiais em contacto e materiais de referência	Resposta a solicitações (%)	85
Consolidar e dar continuidade ao processo de melhoria contínua da qualidade	Ensaio constantes do certificado de acreditação	126
Alinhar as prioridades do INSA com as prioridades de saúde	Projetos de I&D em desenvolvimento	3
Publicação de artigos em revistas científicas internacionais	Artigos publicados	10
Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Realização da Reunião anual PortFIR (Taxa de satisfação %)/nº iniciativas)	90
Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Bolseiros existentes	10
	Mestrandos a serem orientados	8
	Doutorandos a serem orientados	9
	Atividades de docência (Nº de aulas lecionadas)	25
	Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	12
Desenvolver investigação em saúde pública	Projetos de I&D em desenvolvimento	23
Desenvolver e/ou manter a cooperação com Instituições nacionais e internacionais	Instituições a colaborar	39

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Promover a qualificação dos Recursos Humanos	Doutorandos a serem orientados	4
Promover formação interna	Organizar os “Encontros com Ciência no DAN”	10

4.1.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DAN contempla 49 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DAN
Investigadores	5
Técnicos Superiores de Saúde	11
Técnicos Superiores	11
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	17
Assistentes Técnicos	2
Assistentes Operacionais	3
Total	49

4.2. DEPARTAMENTO DE DOENÇAS INFECIOSAS

4.2.1. Atribuições

Ao Departamento de Doenças Infeciosas (DDI) compete:

- e) Promover, coordenar e realizar atividades e projetos de investigação em doenças infecciosas, seus agentes e determinantes;
- a) Contribuir para o planejamento da agenda de investigação em Saúde;
- b) Colaborar na vigilância epidemiológica das doenças infecciosas, na sua componente laboratorial, em articulação com as redes nacionais e internacionais;
- c) Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria na área das doenças infecciosas e seus agentes e vetores;
- d) Atuar na avaliação do risco biológico de emergência em saúde pública;
- e) Coordenar as atividades dos biotérios.

4.2.2. Objetivos Operacionais

O DDI tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	Implementação do Sistema de Vigilância Laboratorial das Doenças de Declaração Obrigatória (% de doenças cobertas)	50
Garantir a atividade laboratorial prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Programas nacionais em que o DDI participa	9
	Bases de dados mantidas atualizadas e divulgadas	12
	Publicação de Boletins/Relatórios	20

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (QUAR 2016 R)	Manter o número de redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (QUAR 2016 R)	22
	Redes internacionais de referência/vigilância laboratorial para as quais se contribui com dados laboratoriais	15
	Elaboração de boletins informativos	56
Agilizar a colaboração com os organismos centrais	Participação em reuniões para agilizar a colaboração	12
Assegurar a vigilância epidemiológica Laboratorial em Portugal	Realização das reuniões das Redes Nacionais de Vigilância Laboratorial	7
Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Bolseiros	15
	Dissertações de mestrado	6
	Teses de doutoramento	4
	Estágios inseridos no internato médico em infeciologia	8
	Estágios inseridos em projetos	15
Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria	Laboratórios a efetuar serviços	26
Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Novos ensaios implementados no âmbito do diagnóstico	16
	Novos ensaios implementados no âmbito da tipagem	15

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Dar continuidade e reforçar a implementação de programas de avaliação externa de qualidade	Programas	22
Desenvolver o serviço de biobancos	Organização do sistema de biobanco interno ao DDI (%)	50
Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde	Projetos de I&D	30
	Publicações científicas em jornais com <i>peer review</i>	40
Difundir os resultados da investigação desenvolvida através de publicações de artigos em revistas nacionais e internacionais <i>peer review</i>	Artigos a submeter	20
Realizar iniciativas de oferta formativa com o objetivo da divulgação do conhecimento científico	Comunicações em congressos	15
Promover a oferta de cursos de formação nas áreas de diagnóstico	Ações de formação	5
Promover a oferta formativa na área da biossegurança e transporte de substâncias infecciosas	Ações de formação	4
Captação e/ou manutenção de formandos pós-graduados	Formandos	2
Assegurar o controlo financeiro do departamento através da utilização de metodologias de avaliação	Relatório anual de execução	1
Desenvolver contactos e estabelecer potenciais parcerias com outras organizações, em concreto instituições de saúde e de ensino superior da área da saúde	Parcerias	4
Melhorar a articulação em matéria de relações internacionais	Colaboração e assessoria do INSA aos PALOP e apresentação de relatório de evolução da cooperação (numero de relatórios)	9

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Difundir a cultura científica (estágios)	Estágios/ações de formação realizadas no âmbito de programas de colaboração com países da CPLP	4
Manter o apoio ao LNR para tuberculose da Guiné-Bissau	Manter a colaboração	1
Frequentar ações de formação internas e/ou externas para reforço da qualificação dos elementos	Ações frequentadas	175
Apostar na acreditação de metodologias desenvolvidas no departamento	Metodologias acreditadas	10
Manutenção da acreditação de metodologias	Metodologias acreditadas	72
Coordenar as atividades dos biotérios	Biotérios sob coordenação	3
Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (QUAR 2016 R)	Relatório de notificação laboratorial de micro-organismos multirresistentes	2
Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (QUAR 2016 R)	Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA, para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA	12
	Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	2

4.2.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DDI contempla 115 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DDI
Investigadores	21
Técnicos Superiores de Saúde	22
Técnicos Superiores	13
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	29
Assistentes Técnicos	10
Assistentes Operacionais	20
Total	115

4.3. DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA

4.3.1. Atribuições

Ao Departamento de Epidemiologia (DEP) compete:

- a) Promover a identificação de necessidades de conhecimento nos domínios da observação em saúde, da vigilância epidemiológica, de investigação epidemiológica, incluindo epidemiologia clínica e investigação em serviços de saúde;
- b) Desenvolver, gerir e manter instrumentos de observação em saúde e sistemas de vigilância epidemiológica, quer por iniciativa própria quer em colaboração com outros departamentos do Instituto Ricardo Jorge, ou entidades externas;
- c) Produzir indicadores referentes aos estados de saúde e de doença da população e os respetivos determinantes, bem como para a vigilância epidemiológica;
- d) Realizar investigação epidemiológica, incluindo de epidemiologia clínica e investigação em serviços de saúde;
- e) Realizar previsões e delinear cenários sobre a ocorrência de situações ou eventos de saúde ou de doença.

4.3.2. Objetivos Operacionais

O DEP tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico	Relatório Científico	2
	Artigos científicos (submissão)	2
	Organização de reunião científica	1
Desenvolver o projeto “Evolução e tendências da doença crónica e suas consequências na população portuguesa” ECOS, Médicos-Sentinela	Artigos científicos (submissão)	1
Iniciativa de oferta formativa no âmbito da investigação epidemiológica e saúde pública	Cursos	4

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Desenvolver o Projeto "Policy Instruments and Tools"	Relatório	1
	Artigos científicos (submissão)	1
Desenvolver o Projeto "Impactes da crise económica na saúde"	Artigos científicos (submissão)	1
Assegurar a gestão e reforçar o sistema de vigilância EVITA (Epidemiologia e Vigilância dos Traumatismos e Acidentais)	Atualização da base de dados (em meses)	11
Gerir o sistema de vigilância ÍCARO (Importância do Calor, Repercussões sobre os Óbitos), assegurando a vigilância diária do impacto do calor sobre a mortalidade	Boletins de vigilância epidemiológica	152
Observação da saúde dos portugueses utilizando o 5º Inquérito Nacional de Saúde em colaboração com o INE	Relatório de Observação em saúde	1
Gerir a rede "Médicos-Sentinela": assegurar a manutenção e reforço do sistema	Organização de reunião anual	1
Assegurar a vigilância epidemiológica da gripe em Portugal (componente clínica)	Boletins de vigilância epidemiológica	39
	Envio de dados para o sistema TESSy	52
Assegurar a gestão do Sistema de Vigilância Diária da Mortalidade (VDM)	Boletins de vigilância epidemiológica	250
	Envio de dados para o EUROMOMO	52
Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em Casa Observamos Saúde" .ECOS (QUAR 2016 R)	Relatório científico e de gestão «Vacinação antigripal da população portuguesa, em 2015-2016: cobertura e algumas características do ato vacinal» (em meses)	7
Uma observação da saúde dos portugueses através do painel de famílias ECOS	Relatório científico	2
Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (QUAR2016 R)	Atualização da base de dados de 2014/2015 (em meses) (QUAR2016 R)	11

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
	Artigos científicos (submissão)	1
Participar no Registo Europeu de Anomalias Congénitas (EUROCAT)	Atualização e envio da base de dados	1
Desenvolver o projeto I-MOVE+ <i>Integrated Monitoring of Vaccines Effects in Europe: a platform to measure and compare effectiveness and impact of influenza and pneumococcal vaccines and vaccination strategies in the elderly</i>	Artigos científicos (submissão)	1
	Elaboração de Relatório científico	1
Adesão à terapêutica anticoagulante oral em doentes com fibrilhação auricular	Recolha de dados	1
Desigualdades sociais em saúde	Artigos científicos (submissão)	1
Avaliar o Plano Nacional de Saúde 2012-2020	Desenvolvimento e apresentação da metodologia de avaliação (meses)	5
Desenvolver uma rede de laboratórios de saúde pública	Laboratórios envolvidos na rede	5
	Laboratórios com participação no PNAEQ	5
Coordenação do Programa Nacional de avaliação externa da qualidade, acompanhamento das necessidades, expectativas e desempenho dos laboratórios participantes e sempre que possível recolher informação com entidades internacionais.	Coordenação dos programas de AEQ	30
	Promoção de programas de AEQ	1
	Serviços prestados no âmbito público e privado	260
	Dar continuidade às parcerias com entidades congêneres, <i>Labquality</i> , ECAT, PHE, SBAC/PNCQ	193
	Colaborar com entidades reguladoras no âmbito de AEQ	2
Continuar a implementar um sistema de gestão da qualidade, tendo como referencia a norma ISO 17043	Elaboração e aprovação do plano, Implementação do Plano	1
Implementar e consolidar a cooperação com os Países de Língua portuguesa, no âmbito do	Colaboração na organização do congresso bienal	1

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
controlo de qualidade	Elaboração de um projeto de AEQ para CPLP (taxa de execução)	50
	Desenvolver contactos e estabelecer parcerias internacionais com organizadores de Programas de AEQ dos CPLP	2
Colaborar com as instituições de ensino para o apoio à formação pós graduada nas áreas de epidemiologia/saúde pública e controlo de qualidade	Apoio na elaboração de teses de mestrado e relatórios de estágios	3

4.3.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DEP contempla 17 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DEP
Investigadores	1
Médicos	4
Enfermeiros	2
Técnicos Superiores de Saúde	1
Técnicos Superiores	4
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	1
Assistentes Técnicos	4
Total	17

4.4. DEPARTAMENTO DE GENÉTICA HUMANA

4.4.1. Atribuições

Ao Departamento de Genética Humana (DGH) compete:

- a) Executar investigação e desenvolvimento nas modalidades relevantes, em linha com as prioridades estratégicas do Ministério da Saúde;
- b) Assegurar, no domínio da genética, as funções de laboratório nacional de referência;
- c) Realizar rastreios e testes genéticos de base laboratorial e, em colaboração com o departamento de epidemiologia, a organização e gestão dos respetivos registos e coleções de produtos biológicos.

4.4.2. Objetivos Operacionais

O DGH tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Garantir a atividade prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Amostras analisadas no âmbito do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	80.000
	Relatórios do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	1
Assegurar a realização de serviços diferenciados de tipo laboratorial e clínico	Ensaio de sequenciação de DNA e genotipagem	35.000
Contribuir para a manutenção das receitas próprias na prestação de serviços diferenciados	Testes genéticos na área da genética molecular no âmbito das patologias para as quais presta serviços	1.250
	Testes genéticos realizados na área da Citogenética (Pré-Natal, pós-natal, oncológica e de citogenética molecular)	1.500
	Implementação de novos testes genéticos	8
	Reuniões com profissionais de saúde de diferentes Unidades de Saúde	6

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
	Testes de diagnóstico/monitorização pré e pós-natal de doenças hereditárias do metabolismo	8.000
Difundir a cultura científica na área da genética humana	Visitas de estudo para alunos do ensino secundário	6
	Materiais de divulgação (folhetos, etc.)	4
	Exposição didática do DGH (validação dos materiais científicos recolhidos)	1
	Ações de comunicação científica pública	15
Estabelecer ou aprofundar colaborações C&T bilaterais ou multilaterais	Colaborações nacionais bilaterais	21
	Colaborações internacionais bilaterais	26
	Colaborações internacionais em rede	6
	Colaborações nacionais em rede	2
Promover o desenvolvimento de metodologias altamente especializadas em áreas inovadoras (saúde ambiental e nutrição) e pouco utilizadas a nível europeu	Implementação da metodologia de <i>next-generation sequencing</i>	2
Desenvolver I&D em doenças genéticas, genotoxicologia ambiental e genómica funcional	Artigos em revistas internacionais com arbitragem científica	28
Contribuir para as atividades previstas nos Programas de Saúde Prioritários	Estabelecer colaboração (doenças oncológicas, respiratórias, etc.)	1
Divulgar em públicos-alvo selecionados resultados científicos inovadores e aplicações nos cuidados de saúde e prevenção da doença	Participação em reuniões científicas	50
	Organização de reuniões científicas	4
Melhorar os indicadores (outputs) de I&D	Projetos financiados e iniciados no ano	3
	Teses de mestrado e doutoramento	8

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Realizar ações de formação destinadas a profissionais de saúde ou a estudantes pré- e pós-graduados	Participação em programas pós-graduados	7
	Ações de formação	10
Assegurar, no domínio da genética, as funções de laboratório nacional de referência	Avaliação do desempenho dos laboratórios que participam na avaliação externa da qualidade organizada pelo EMQN	1
Reforçar as estratégias de acreditação de qualidade dos diferentes exames laboratoriais	Testes genéticos acreditados pelo IPAC	4
Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadores	Amostras realizadas	500
Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica (QUAR 2016 R)	Metodologias implementadas	13

4.4.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DGH contempla 77 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados.

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DGH
Investigadores	11
Técnicos Superiores de Saúde	31
Técnicos Superiores	6
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	20
Assistentes Técnicos	7
Assistentes Operacionais	2
Total	77

4.5. DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

4.5.1. Atribuições

Ao Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis (DPS) compete:

- a) A investigação dos determinantes biológicos, comportamentais e ambientais que contribuem para a promoção da saúde ou para o desencadeamento de doenças não transmissíveis, assim como para um melhor tratamento e prognóstico dos doentes, incluindo a organização e gestão das respetivas bases de dados e coleções de produtos biológicos;
- b) A avaliação diagnóstica do estado de saúde da população e da efetividade de intervenções no âmbito da promoção da saúde, produzindo evidência científica para a elaboração de linhas orientadoras com impacto em políticas públicas saudáveis;
- c) A promoção e divulgação da cultura científica, contribuindo para melhorar a literacia em saúde do cidadão, e a capacitação de investigadores e profissionais de saúde;
- d) A aplicação de resultados de investigação e a implementação de novas metodologias em áreas de referência, com vista ao diagnóstico e prevenção de doenças não transmissíveis.

4.5.2. Objetivos Operacionais

O DPS tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional (QUAR 2016)	Novos projetos	1
Determinar valores de referência ou percentis para a população portuguesa	Nº de parâmetros avaliados	8
Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (QUAR 2016 R)	Projetos	3

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Elaborar suportes de informação para a promoção da literacia em saúde e divulgação do conhecimento científico junto da população (ex: brochuras, factsheets...)	Suportes de informação produzidos	2
Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (QUAR 2016 R)	Grau de implementação do registo Nacional de Hipercolesterolemia Familiar (%)	50
Garantir a atividade laboratorial prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Testes de rastreio e confirmação laboratorial no âmbito das hemoglobinopatias	600
Obter a acreditação de ensaios na área das hemoglobinopatias, segundo a NP EN ISO 15189:2014	Nº de ensaios acreditados	4
Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Novos ensaios implementados	5
Potenciar o aumento das receitas próprias através da promoção dos serviços existentes	Novas brochuras e folhetos elaborados para promoção de serviços	4
Desenvolver projetos de observação e vigilância na população portuguesa com componente laboratorial	Estudos epidemiológicos em curso	3
Desenvolver investigação nas áreas de trabalho do departamento	Projetos em promoção da saúde	2
	Projetos na área das doenças cérebro e cardiovasculares	6
	Projetos na área da saúde mental	6
Desenvolver projetos de investigação com ligação à indústria e/ou PME's.	Novos projetos	1
Colaborações em redes internacionais na área da prevenção das doenças não transmissíveis e educação para a saúde	Redes de investigação	6

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública e biomedicina	Alunos de pós-graduação e pós-doutorandos	15
Elaborar relatórios de progressão e relatórios finais de projetos científicos e/ou relatórios de bolsas de doutoramento	Relatórios realizados	8
Divulgar o conhecimento científico	Artigos em revistas da especialidade indexadas no PUBMED	19
	Artigos em revistas não indexadas no PUBMED	16
	Dissertações (mestrado e doutoramento)	4
Promover a oferta formativa interna	Iniciativas de oferta formativa organizadas internamente	10
Promover a divulgação da cultura científica	Atividades do <i>Experimentarium</i> da Saúde e Visitas de Estudo	7
Promover a formação profissional	Estágios na área de atividade do departamento	5
Participar em programas de formação e reuniões científicas em áreas de especialização do departamento	Palestras proferidas por convite (inclui aulas a convite)	10
Promover a participação ativa dos investigadores e formandos em conferências da especialidade, com apresentação de trabalhos.	Trabalhos apresentados na forma de poster	22
	Trabalhos apresentados na forma de comunicação oral	7
Preparar candidaturas para financiamento	Candidaturas submetidas para financiamento externo nacional	3
	Candidaturas submetidas para financiamento externo internacional	5
Apoiar os Programas Nacionais Prioritários através de investigação laboratorial diferenciada	Novos projetos	2

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Produzir conhecimento visando a elaboração de documentos nos domínios de competência do INSA que possibilitem as melhores decisões em saúde pública	Relatórios	7

4.5.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal para o DPS contempla 31 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DPS
Investigadores	4
Médicos	1
Técnicos Superiores de Saúde	10
Técnicos Superiores	2
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	11
Assistentes Técnicos	1
Assistentes Operacionais	2
Total	31

4.6. DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL

4.6.1. Atribuições

Ao Departamento de Saúde Ambiental (DSA) compete:

- a) Estudar os fatores de risco de natureza ambiental e ocupacional com impacto na saúde humana, numa perspectiva preventiva e de proteção relativamente à exposição;
- b) Promover a elaboração de planos de contingência para situações de emergência na área da saúde ambiental e ocupacional, incluindo a comunicação do risco;
- c) Promover redes temáticas e parcerias, incrementando a colaboração interinstitucional, quer a nível nacional, quer internacional;
- d) Propor medidas corretivas ou preventivas de apoio à decisão técnica e de política de saúde na área da saúde ambiental e ocupacional;
- e) Identificar as necessidades de investigação e desenvolvimento em saúde ambiental e ocupacional, estabelecendo as respetivas prioridades, de acordo com as prioridades e estratégias nacionais e internacionais, nomeadamente as fixadas pelo Ministério da Saúde.

4.6.2. Objetivos Operacionais

O DSA tendo em conta as suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica - sistema de monitorização ambiental de substâncias potencialmente tóxicas e/ou microrganismos (potencialmente) patogénicos	Teste ao sistema de monitorização através de uma experiência piloto	1
Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR2016 R)	Novos ensaios analíticos implementados	5
	Parcerias com entidades públicas ou privadas para a prestação de serviços em domínios prioritários da saúde pública	5

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
	Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (QUAR2016 R)	198
Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde no domínio da Doença dos Legionários	Reporte atempado da informação laboratorial relativa à vigilância epidemiológica da Doença dos Legionários na sua componente ambiental (em %)	85
	Novas estirpes de Legionella de origem humana e ambiental conservadas (em %)	85
Potenciar o aumento das receitas próprias através da promoção dos serviços existentes	Iniciativas de oferta formativa organizadas	14
	Elaboração de folhetos informativos de forma a promover a satisfação de clientes	1
Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde	Projetos de I&D em desenvolvimento	9
	Publicações efetuadas	30
	Orientação de teses de mestrado ou doutoramento	7
Desenvolver medidas com interesse para a saúde pública	Participação em comissões técnicas / grupos de trabalho	15
	Iniciativas de divulgação do conhecimento científico dirigidas à comunidade em geral	4
Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica	Análises realizadas (mEuros)	450
	Pareceres técnicos/Relatórios realizados	150
Melhorar a qualificação dos recursos humanos	Formação de recursos humanos (% de colaboradores com formação)	80

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Realizar iniciativas de divulgação do conhecimento científico dirigidas a comunidade científica	Congressos /conferências Internacionais	2
Participar na organização de programas de avaliação externa da qualidade em colaboração com o PNAEQ	Programas de avaliação externa da qualidade	16
Estabelecer/ incrementar parcerias interinstitucionais	Ações em colaboração com outras instituições	9

4.6.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DSA contempla 56 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DSA
Investigadores	3
Técnicos Superiores de Saúde	14
Técnicos Superiores	9
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	19
Assistentes Técnicos	4
Assistentes Operacionais	7
Total	56

4.7. MUSEU DA SAÚDE

4.7.1. Atribuições

Ao Museu da Saúde (MuS) compete:

- a) Proceder ao registo, inventariação e classificação do acervo que lhe está afeto, mantendo atualizados todos os registos documentais referentes às novas incorporações do espólio museológico;
- b) Conservar preventivamente o acervo museológico que lhe está afeto e zelar pela sua segurança, bem como propor ações ou medidas de restauro;
- c) Expor o acervo museológico que lhe está afeto, no âmbito do programa museológico superiormente definido;
- d) Divulgar o acervo museológico e promover a divulgação das suas atividades;
- e) Propor superiormente ações de incorporação de novos testemunhos patrimoniais que contribuam para o enriquecimento do acervo museológico.

4.7.2. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o MuS definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (QUAR 2016)	Novos registos de inventário e estudo das peças	300
Política de incorporações de espólios ou coleções	Relatório de orientação técnica e/ou de novas incorporações	1
Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral (QUAR 2016 R)	Nº de Exposições e outros eventos realizados	2
Apresentar mensalmente uma peça museológica	Peças divulgadas	10
Definição do programa museológico	Relatório de orientação técnica	1

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Organização das reservas e conservação preventiva das peças	Relatório de orientação técnica	1
Registo fotográfico das peças inventariadas	Registos	300

4.7.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do MuS contempla 1 posto de trabalho, inserido no grupo profissional apresentado com o quadro abaixo:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores MuS
Técnicos Superiores	1
Total	1

4.8. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

4.8.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Humanos (DGRH) compete:

- a) Proceder à gestão e administração dos recursos humanos, desenvolvendo as metodologias e os instrumentos de planeamento que permitam a gestão previsional daqueles recursos;
- b) Sistematizar as políticas de recursos humanos tendo em vista a manutenção atualizada do manual de recursos humanos;
- c) Promover a identificação de competências críticas, para as diferentes áreas de atividade do Instituto Ricardo Jorge, tendo em vista a progressiva gestão por competências;
- d) Elaborar, coordenar e acompanhar os programas de formação interna;
- e) Assegurar a atualização das bases de dados de recursos humanos do Instituto Ricardo Jorge;
- f) Elaborar o balanço social;
- g) Implementar e gerir o sistema de avaliação e gestão de desempenho;
- h) Desenvolver e manter os conteúdos do portal de recursos humanos;
- i) Promover e assegurar a comunicação interna das políticas e processos de recursos humanos;
- j) Prestar apoio aos bolseiros de investigação, desenvolvimento tecnológico ou de formação conexas com essas áreas;
- k) Organizar os processos de candidatura a bolsas Ricardo Jorge;
- l) Executar as atividades de expediente geral e distribuição de correspondência;
- m) Organizar e manter o arquivo geral do Instituto Ricardo Jorge;
- n) Coordenar e assegurar as atividades de estafeta, internas e externas;
- o) Assegurar o atendimento telefónico;
- p) Gerir a frota automóvel e garantir o seu funcionamento.

4.8.2. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o DGRH definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Avaliar os serviços de suporte	Aplicação de questionário aos colaboradores do INSA (meses)	10
	Tratamento dos dados (meses)	11
	Elaboração de relatório	1
Desenvolver o projeto de construção do Mapa do Talento do INSA, IP	Taxa de concretização (Definição das Competências inerentes aos PT(s) da DGRH) %	10
Proceder à gestão do arquivo intermédio	Taxa de documentação em depósito avaliada %	5
Desenvolver ferramentas de gestão para reprografia	Relatório de controlo de trabalhos da reprografia (relativo ao ano n-1)	1
Elaborar do Plano de Formação	Aprovação (meses)	3
Promover a formação (QUAR 2016)	Taxa de participação dos colaboradores do INSA em ações de formação (%)	80
Melhorar o processo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores do INSA	Implementação do modelo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores: "Projeto Tutor" (taxa de aplicação%)	70
Promover a comunicação interna	Apresentação de propostas	2
Melhorar o acesso ao registo biométrico	Instalação de um equipamento na área do refeitório/bar	1

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Desenvolvimento de conteúdos para o novo <i>site</i>	Atualização e reorganização dos conteúdos alusivos aos RH (meses)	7
Abertura de concurso de Bolsas Ricardo Jorge	Bolsas	10
Elaborar matrizes de avaliação do risco laboratorial	N.º de matrizes elaboradas	15
Elaborar ações inspetivas no âmbito da Higiene e Segurança	N.º de ações realizadas expressas em <i>check list</i>	10
Realizar ações de informação/formação sobre riscos laborais	N.º de ações de informação/formação realizadas	12
Elaborar e manter atualizados os mapas de registos de acidentes e incidentes (%)	Registos efetuados	100
Elaborar relatório de auditoria de gestão de resíduos	Relatórios efetuados	1

4.8.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DGRH contempla 36 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DGRH
Dirigentes-Direção Intermédia 1º Grau	1
Técnicos Superiores de Saúde	1
Técnicos Superiores	8
Coordenadores Técnicos	1
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	1
Assistentes Técnicos	14
Assistentes Operacionais	10
Total	36

4.9. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

4.9.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Financeiros (DRF) compete:

- a) Elaborar o projeto de orçamento anual, analisar e controlar periodicamente a sua execução geral e por unidades funcionais e propor alterações;
- b) Controlar a execução orçamental da despesa;
- c) Controlar o sistema contabilístico que identifica analiticamente os custos e proveitos associados às unidades funcionais;
- d) Assegurar o registo de todos os factos relevantes em termos orçamentais e contabilísticos, nomeadamente os procedimentos contabilísticos inerentes ao sistema de contabilidade geral e analítica;
- e) Organizar, elaborar e manter atualizados os registos patrimoniais e contabilísticos;
- f) Garantir o cumprimento das obrigações fiscais;
- g) Efetuar a gestão de fundos, proceder à cobrança das receitas e taxas provenientes da sua atividade e ao pagamento das despesas;
- h) Promover a constituição, reconstituição e liquidação de fundos permanentes;
- i) Efetuar a gestão das receitas;
- j) Emitir autorizações de pagamento;
- k) Elaborar a conta de gerência e o relatório de gestão anual;
- l) Elaborar análises económico -financeiras;
- m) Promover a cobrança atempada de receitas e efetuar o seu depósito regular;
- n) Elaborar os processos de aquisição;
- o) Assegurar a gestão administrativa dos procedimentos em conformidade com a lei;
- p) Assegurar a gestão financeira dos projetos de investigação do Instituto Ricardo Jorge;
- q) Colaborar na execução dos contratos de empreitada, de fornecimento de bens e serviços, locação e assistência técnica;
- r) Manter atualizado o inventário de bens móveis e imóveis afetos à instituição;

- s) Efetuar a gestão previsional de bens consumíveis necessários às atividades do Instituto Ricardo Jorge, em articulação com os respetivos serviços;
- t) Assegurar a gestão de *stocks* dos bens necessários à atividade do Instituto Ricardo Jorge;
- u) Proceder à armazenagem dos bens e à sua distribuição pelos serviços;
- v) Coordenar a atividade de prestação de serviços a pessoas singulares e coletivas públicas ou privadas, assegurando a entrega de resultados, relatórios e pareceres às mesmas;
- w) Assegurar colheitas, receção e triagem de produtos para análise nas áreas de intervenção do Instituto Ricardo Jorge;
- x) Assegurar a execução de contratos, acordos e figuras afins relacionados com a prestação de serviços;
- y) Assegurar a divulgação interna da informação geral que respeite a matéria da sua competência.

4.9.2. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o DRF definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Implementar um sistema de custeio ajustado às necessidades do Instituto	Implementação de Contabilidade Analítica – apuramento correto dos custos diretos (%)	25
Assegurar a realização da orçamentação com os Departamentos Técnico-científicos baseado em metas de desempenho	Construção, em articulação com os DTC(s) de uma previsão orçamental anual em função do volume de serviço a assegurar por estes	4
	Elaboração de reporte trimestral da execução orçamental ao Conselho Diretivo	4
Assegurar a gestão eficiente do orçamento do INSA e respetiva prestação de contas	Elaboração de relatórios de controlo orçamental, com a listagem das variáveis monitorizadas, até dia 20 do mês n+1	9
Melhorar o desempenho económico-financeiro (QUAR 2016)	Manter o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (em dias)	30

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
	Elaboração trimestral de relatório de avaliação económico financeira até ao dia 25 do mês n+1	2
Melhorar a gestão do património	Atualização do cadastro dos bens imobilizados (%)	25
Melhoria dos procedimentos para a realização de contratos relativos à aquisição/manutenção de bens e serviços	Prazo médio para lançamento do concurso desde da data de obtenção do cabimento (em dias)	5
	Prazo médio para adjudicação após a receção do relatório final (em dias)	5
Reorganizar a prestação de serviços focando a atividade em áreas que permitam a autossustentabilidade	Estudo global sobre a atual prestação de serviços e atividades do INSA (%)	100
	Proposta para as reformas necessárias para a reorganização da atividade (%)	100
Simplificar o processo de gestão de projetos	Elaboração do Procedimento relativos às aquisições por projetos de I&D	1
Elaborar pedidos de pagamento de projetos	Pedidos de Pagamento	45
Desenvolver a investigação estratégica (QUAR 2016)	Projetos de I&D a iniciar no ano	20
	Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (meses)	11
Assegurar a monitorização do Plano de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Elaboração de relatórios periódicos de monitorização do Plano	2
	Revisão do Plano %	100
Divulgação da legislação relevante para o INSA	Disponibilização diária, sob a forma digital, de diplomas legais %	80

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Assegurar a compilação e tratamento da informação solicitada pelo CD dentro dos prazos estipulados por este	Trabalhos (relatórios, planos, apresentações, etc.) elaborados a pedido do CD entregues dentro do prazo estipulado (%)	75
Melhorar o processo de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto	Criação/revisão dos indicadores de atividade do INSA (%)	80
	Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação (%)	80
Assegurar a execução do processo de planeamento estratégico e operacional, monitorizando o desempenho das diversas U.O.	N.º de monitorizações dos indicadores do QUAR 2016, em articulação com as diversas UO	2
	N.º de monitorizações dos indicadores do PA 2016 e PE 2015-2016, em articulação com as diversas U.O.	2
	N.º de monitorizações dos indicadores das Funções Essenciais e das Atividades de Suporte, relativos ao ano de 2016, em articulação com as diversas U.O.	2
Elaborar os documentos de gestão	Plano de Atividades (PA) 2016	1
	Quadro de Avaliação e Responsabilização 2016 (QUAR)	1
	Relatório de Atividades 2015 (RA)	1
Promover a comunicação interna	Apresentação de propostas	2

4.9.3. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do DRF contempla 60 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DRF
Dirigentes-Direção Intermédia 1º Grau	1
Técnicos Superiores de Saúde	1
Técnicos Superiores	9
Coordenadores Técnicos	1
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	5
Assistentes Técnicos	35
Assistentes Operacionais	8
Total	60

4.10. DIREÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS

4.10.1. Atribuições

À Direção de Gestão de Recursos Técnicos (DRT) compete:

- a) Assegurar a receção, registo, classificação e catalogação de toda a documentação técnico -científica do Instituto Ricardo Jorge;
- b) Organizar e manter o arquivo técnico -científico do Instituto Ricardo Jorge;
- c) Organizar e manter um sistema de documentação e informação técnico -científica;
- d) Velar pelo espólio bibliográfico do Instituto Ricardo Jorge, propondo, para o efeito, as medidas necessárias à sua conservação e recuperação;
- e) Promover a divulgação do espólio bibliográfico do Instituto Ricardo Jorge, apoiando, na área da pesquisa, todos os utilizadores;
- f) Promover a cooperação com outras instituições de documentação e informação técnico -científica, em especial na área da saúde;
- g) Zelar pelo arquivo documental histórico do Instituto Ricardo Jorge;
- h) Gerir a atividade editorial do Instituto Ricardo Jorge;
- i) Garantir o funcionamento e gerir a reprografia;
- j) Gerir a rede informática do Instituto Ricardo Jorge, e as aplicações e equipamentos necessários ao seu funcionamento;
- k) Implementar e assegurar a articulação e integração em rede das aplicações informáticas;
- l) Assegurar as infraestruturas tecnológicas adequadas aos serviços do Instituto Ricardo Jorge, e fazer a respetiva gestão;
- m) Participar no desenvolvimento de aplicações informáticas necessárias ao desempenho das atribuições do Instituto Ricardo Jorge;
- n) Prestar apoio técnico e formativo aos utilizadores das tecnologias de informação e comunicação;
- o) Gerir e garantir a manutenção da rede de telecomunicações de dados e de voz;
- p) Assegurar tecnicamente o funcionamento do *site* do Instituto Ricardo Jorge;
- q) Assegurar e avaliar as infraestruturas necessárias à instalação de equipamentos em todos os edifícios do Instituto Ricardo Jorge, bem como o seu adequado funcionamento;

- r) Coordenar os procedimentos relativos à manutenção das instalações técnicas especiais, equipamentos, edifícios, parques e jardins do Instituto Ricardo Jorge;
- s) Acompanhar a fiscalização de obras realizadas no Instituto Ricardo Jorge, por entidades externas;
- t) Apoiar os restantes serviços no lançamento de concursos e apreciação de propostas que tenham por objetivo a realização de obras ou contratos de aquisição, manutenção ou conservação de instalações e equipamentos;
- u) Assegurar a exploração otimizada das instalações técnicas especiais, bem como promover a eficiência energética;
- v) Prestar assessoria técnica em matérias atinentes às instalações e equipamentos tendo presente a promoção do ambiente;
- w) Incentivar e propor a celebração de contratos, acordos e figuras afins com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, acompanhando a respetiva execução;
- x) Apoiar os processos de contratualização interna;
- y) Produzir informação mensal sobre o acompanhamento dos contratos e dos processos de contratualização interna;
- z) Assegurar a coordenação dos projetos do Instituto Ricardo Jorge, com apoios comunitários.

4.10.2. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, o DRT definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Melhoria da qualidade das instalações do INSA Sede (QUAR 2016)	Reabilitação de laboratórios	2
Aquisição de equipamentos	Instalação de unidades de climatização (substituição de equipamentos de climatização obsoletos em laboratórios do INSA Sede) nº de laboratórios	2

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Melhoria da segurança das instalações do INSA Sede	Elaboração de projeto de arquitetura para adequar os Edifícios Sede à implementação do projeto de especialidade das Medidas de Autoproteção.	1
Melhorar os sistemas de informação de suporte à decisão	Apresentação do Anexo Técnico do Cadernos de Encargos, para o lançamento de um Concurso Público para a aquisição de um Sistema de Informação de Gestão de Análises e Serviços	1
Desenvolver as potencialidades do Sistema de Gestão Documental (EMC <i>Documentum</i>)	Processos desmaterializados	4
	Ações de formação	3
Desenvolver as potencialidades do Sistema de Gestão Integrado do Circuito do Medicamento	Armazéns Avançados implementados	2
Aumento do nível de cobertura da Rede <i>Wireless</i>	Nível de cobertura %	70
Atualização do <i>hardware</i> dos postos de trabalho	Substituição de computadores	50
Melhorar os sistemas de informação para recolha e armazenamento de dados no âmbito da atividade dos DTC	Apresentação de relatório de apreciação das várias soluções em análise	1
Rentabilização do número de equipamentos de cópia e impressão, através da centralização da função em locais estratégicos	Instalação dos equipamentos nos locais definidos	30
Redução dos custos associados ao serviço de comunicações de dados em local fixo	Redução do valor da mensalidade do novo contrato (%)	40
Analisar a atividade e evolução da área da contratualização	Relatório	4

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Reorganizar a prestação de serviços focando a atividade em áreas que permitam a autossustentabilidade	Estudo global sobre a atual prestação de serviços e atividades do INSA (%)	100
	Proposta para as reformas necessárias para a reorganização da atividade (%)	100
Atualizar e enriquecer o acervo documental, de acordo com as necessidades de informação do INSA	Proposta de assinaturas de revistas e de base de dados, aquisição de manuais e normas técnicas; incorporação de fundos históricos (%)	85
Aumentar a disponibilidade e acessibilidade à informação bem como a capacidade de resposta do serviço e o conhecimento do acervo, mantendo atualizadas as bases de dados partilhadas em rede e consolidando o tratamento documental de fundos patrimoniais	Processamento bibliográfico	800
Dar resposta a pedidos de informação internos e externos, reforçando as parcerias com serviços congéneres com o objetivo da partilha de informação	Pedidos de informação respondidos (%)	85
Incrementar a qualidade dos serviços através da produção e acesso a recursos e serviços eletrónicos, promovendo a Biblioteca Digital e a gestão do Repositório Científico de Acesso Aberto do INSA, reforçando a qualidade do sistema e a colaboração com o repositório nacional	Estatística de utilização do repositório (pesquisas, <i>downloads</i> e consultas)	1,000.000
	Implementação de requisitos da Norma de Referência ISO 16363 para Certificação do repositório (%)	40
Promover a biblioteca como centro de informação e referência nacional em saúde pública, através de iniciativas de divulgação do acervo e de desenvolvimento de competências de informação	Atividades de extensão cultural/ divulgação do acervo e ações de capacitação/ formação de utilizadores	90
Fomentar a produção literária e o apoio à edição através da execução e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições (QUAR 2016)	Publicações editadas e apoiadas, solicitadas (%)	85
	Publicação do “Boletim Epidemiológico Observações” (QUAR 2016)	6

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
	Receita da comercialização de edições (euros)	2.000
Zelar pelo fundo arquivístico histórico	Colaboração/participação em trabalhos em articulação com a DGLAB (%)	85
Elaboração de conteúdos informativos	Novos destaques informativos para a página do Instituto na Internet	295
	Edições da <i>newsletter</i> eletrónica do Instituto	41
	Colocação de conteúdos em Redes Sociais	295
	Divulgação de <i>Press Releases</i>	8
Disponibilização de informação	Disponibilização diária de um resumo de imprensa aos dirigentes e responsáveis de serviço/unidade do Instituto	251
Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa (QUAR 2016)	Ações de oferta formativa (aumento %)	5
Promover a oferta formativa	Gerar receita com oferta formativa (em milhares de euros)	60.000
Divulgar a Oferta Formativa do INSA em eventos de formação e atualização científica promovidos por entidades externas	Eventos com divulgação direta e indireta da oferta formativa	5
Investir na oferta formativa junto de outros países, em particular da CPLP	Inscrições com pagamento de estudantes e profissionais de saúde de outros países	20
Proporcionar cursos de formação à distância na plataforma de <i>e-learning</i> do INSA	Cursos à distância	3

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Renovar a imagem gráfica dos suportes de divulgação da Oferta Formativa e do INSA forma +	Templates novos	6

4.10.3. Recursos Humanos

A proposta de quadro de pessoal para o DRT contempla 23 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados.

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DRT
Dirigentes-Direção Intermédia 1º Grau	1
Técnicos Superiores	8
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	1
Informáticos	2
Assistentes Técnicos	6
Assistentes Operacionais	5
Total	23

4.11. ÁREA DA QUALIDADE

Embora a Área da Qualidade, de acordo com o regulamento interno do Instituto Ricardo Jorge integre o Setor de Apoio Técnico Especializado, pertencente à Direção de Gestão de Recursos Técnicos, dado o seu âmbito transversal, considerou-se pertinente tratá-la num ponto à parte, apresentando um ponto de situação relativo à atividade desenvolvida nesta área, bem como dos objetivos a alcançar nos próximos dois anos.

Para alcançar a excelência a que nos propomos é fundamental para o Instituto investir na melhoria contínua do seu desempenho, tornando-se imperativo definir uma política de qualidade que apoie a o Conselho Diretivo nos processos de decisão quanto ao caminho a percorrer.

4.11.1. Atribuições

À Área da Qualidade compete:

- a) Desenvolver os procedimentos necessários à implementação de uma cultura da qualidade no Instituto Ricardo Jorge;
- b) Coordenar a implementação do sistema de gestão da qualidade do Instituto Ricardo Jorge, nos vários referenciais normativos e promover a definição de diretrizes com vista à melhoria contínua da qualidade, potenciando a melhoria do desempenho dos serviços;
- c) Organizar e manter o sistema documental da qualidade, incluindo a promoção da elaboração e atualização do Manual de Colheitas e a organização e manutenção do arquivo das normas usadas nos laboratórios do Instituto Ricardo Jorge;
- d) Promover, orientar e acompanhar os contratos referentes ao controlo do equipamento laboratorial, de acordo com o plano elaborado no âmbito do sistema de gestão da qualidade;
- e) Planear, executar e acompanhar auditorias internas da qualidade, bem como acompanhar as auditorias externas da qualidade;
- f) Promover e organizar a instrução dos processos de Certificação e Acreditação do Instituto Ricardo Jorge.

4.11.2. Atividade

A área da Qualidade, coordena e implementa sistemas de gestão da Qualidade do Instituto Ricardo Jorge, nomeadamente, a acreditação de ensaios.

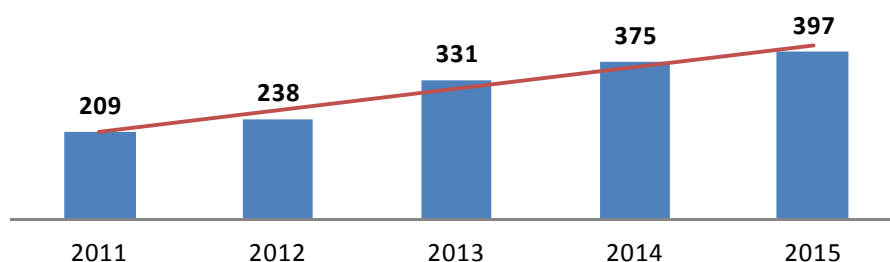
Em 2015 o Instituto Ricardo Jorge tem acreditados 397 ensaios (inclui análises clínicas e testes genéticos), pelas normas NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 1589, o que representa um aumento de 6% do número de ensaios acreditados, face ao ano de 2014 e de 90 %, em relação ao ano de 2011.

Tabela 12 - Evolução da acreditação de ensaios no Instituto 2011-2015

ANO	DAN L	DAN P	DSA L	DSA P	DDI L	DDI P	DDI CEVDI	DGH L	DGH P	DPS L	DPS P	Total INSA
2011	39	12	70	82	6	0	0	0	0	0	0	209
2012	43	15	70	97	13	0	0	0	0	0	0	238
2013	79	24	90	100	25	0	0	11	2	0	0	331
2014	81	24	90	104	49	14	0	11	2	0	0	375
2015	85	26	90	105	55	16	2	16	2	0	0	397
2016*	94	27	96	107	63	21	2	16	2	4	0	432

* Previsão (com os recursos de 2015)

Evolução do nº de ensaios acreditados de 2011 a 2015



A acreditação de ensaios, permite ganhar e transmitir confiança na execução de determinadas atividades técnicas, ao confirmar a existência de um nível de competência técnica mínimo, reconhecido internacionalmente, ou seja, é o **reconhecimento da competência técnica do Instituto Ricardo Jorge perante terceiros** para efetuar a atividade específica de avaliação da conformidade (realização de ensaios).

O facto do processo de acreditação ser regido por **normas internacionais**, permite a existência de Acordos de Reconhecimento Internacionais (EA & IAF & ILAC)² entre os organismos de acreditação, facilitando a **livre circulação de bens e serviços abrangidos pelas acreditações**.

Na realização de determinados ensaios nas áreas alimentares e de saúde ambiental, a acreditação é, mesmo, legalmente exigida.

² EA: *European cooperation for Accreditation* (www.european-accreditation.org), no espaço europeu;
 - ILAC: *International Laboratory Accreditation Cooperation* (www.ilac.org), no espaço mundial de laboratórios e inspeção;
 - IAF: *International Accreditation Forum* (www.iaf.nu), no espaço mundial de certificação

As ações que se preconizam para anos seguintes visam:

- Incrementar do número de ensaios acreditados da acreditação por DTC: Acreditação pela Norma NP EN ISO/IEC 17025, para os ensaios das áreas de Alimentação e Nutrição e Saúde Ambiental e a Acreditação pela Norma NP EN ISO 15189, para as análises clínicas e testes genéticos;
- Implementar um sistema de gestão da Qualidade, certificação pela norma ISO 9001, de alguns serviços;
- A implementação de um sistema integrado qualidade, ambiente e segurança;
- Fomentar o apoio da qualidade a par da cooperação dentro da comunidade lusófona no apoio na acreditação de ensaios pelas normas NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 1589, a par da cooperação técnica existente.

4.11.3. Objetivos Operacionais

Com o objetivo de responder às suas atribuições, reconhecidas nos Estatutos do Instituto Ricardo Jorge, a Área da Qualidade definiu como objetivos operacionais para 2016:

Objetivo Operacional	Indicador	Meta
Certificar o INSA	Cumprimento de requisito da norma de referência numa Unidade orgânica/área (%)	20
Aumentar o nº de ensaios acreditados	Novos ensaios acreditados	25
Promover a satisfação dos profissionais e clientes (QUAR 2016)	Relatórios referentes a avaliação da satisfação dos clientes e reclamações	1
Adotar uma política clara e racional para a acreditação dos ensaios laboratoriais	Levantamento dos ensaios, análises clínicas e testes genéticos oferecida pelo INSA (%)	85
Redefinir os processos internos, assegurando a uniformização das unidades orgânicas	Processos redefinidos	2

4.11.4. Recursos Humanos

O quadro de pessoal para a Área da Qualidade contempla 3 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos profissionais que se encontram abaixo elencados:

Grupo Profissional	Nº de trabalhadores DRT
Técnicos Superiores	1
Técnicos Superiores de Saúde	1
Assistentes Técnicos	1
Total	3

5. CONCLUSÃO

Dando corpo às orientações para a elaboração do Plano de Atividades aqui apresentado, os objetivos estratégicos e operacionais de todos os Departamentos Técnico Científicos e Direções de Serviços do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. encontram-se, dentro do possível, alinhados com os objetivos estratégicos do MS, como forma a dar resposta adequada às necessidades em saúde pública, promovendo ganhos mensuráveis; definindo uma agenda de investigação e desenvolvimento tecnológico; fomentando a investigação em Saúde com o reforço da capacidade humana e infraestrutural instalada; apostando na requalificação e oferta de novos serviços, bem como adequando e desenvolvendo um novo modelo de gestão que, em conjunto e de forma coerente, assistam no fortalecimento do papel do Instituto Ricardo Jorge a nível nacional e como *player* reconhecido na saúde global.

O estatuto de Laboratório do Estado confere ao Instituto Ricardo Jorge um papel predominante na investigação científica e desenvolvimento experimental em ciências da saúde, destacando-se em particular as ciências biomédicas e as ciências da saúde pública, incluindo a investigação epidemiológica, os determinantes da saúde e a avaliação da qualidade dos serviços de saúde pública. Simultaneamente, o Instituto Ricardo Jorge possui atribuições, como Laboratório Nacional de Referência, Observatório Nacional de Saúde e prestador de serviços diferenciados à comunidade. A missão e as atribuições são cumpridas de acordo com o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano, o Plano Nacional de Saúde e neste, com os Programas de Saúde Prioritários.

O Instituto Ricardo Jorge dispõe de capacidades que lhe permitem, em articulação com outros serviços do Ministério da Saúde e outras instituições congéneres, contribuir para a produção de evidência científica. O conhecimento gerado e os saberes adquiridos e salvaguardados ao longo dos anos constituem um valioso legado técnico-científico com repercussões na esfera social e da governação, devendo reforçar a sua participação na definição de políticas europeias e globais através da sua presença em organizações internacionais e na CPLP, e da troca de conhecimento com institutos internacionais congéneres.

No quadro da promoção da inovação e competitividade, transversal aos objetivos operacionais aqui explanados, tem-se em conta a natureza e densidade da sua ligação a estas organizações, estimulando a capacidade de iniciativa individual, por forma a valorizar, o seu potencial humano e as infraestruturas físicas e patrimoniais (como na divulgação do acervo do Museu da Saúde), reforçando a sua atividade quanto aos referidos processos de criação científica e difusão do conhecimento em saúde e consolidando a implementação do sistema de Gestão da Qualidade.

O Instituto Ricardo Jorge pretende investir na melhoria contínua do seu desempenho, sempre baseado numa cultura de compromisso e exigência, apostando para isso numa rigorosa afetação dos recursos às atividades que se propõe desenvolver e aumentando a eficácia dos Sistemas de Informação, por forma a criar um sistema de monitorização das suas atividades chave, fiável e em tempo real.

6. QUAR



ANO: 2016

Ministério da Saúde

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.

MISSÃO: Contribuir para ganhos em saúde pública através de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, actividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios. DL N.º27/2012.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

DESIGNAÇÃO

OE 1: Responder às necessidades em saúde

OE 2: Desenvolver a investigação em Saúde

OE 3: Afirmar o papel do INSA na saúde global

OE 4: Implementar um novo modelo de gestão

OE 5 : Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

EFICÁCIA													40%
OOp1: Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica (OE5) (R)											Peso: 15%		
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
1.1. Número de Metodologias implementadas	n.a	n.a	n.a	15	13	13	4	30	100%				
OOp2: Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (OE1) (R)											Peso: 15%		
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
2.1. Atualização da base de dados de 2014/2015 (em meses)	11	11	11	11	12	11	1	9	100%				
OOp3: Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS (OE1) (R)											Peso: 15%		
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
3.1. Relatório científico e de gestão "vacinação antigripal da população portuguesa, em 2014-2015: cobertura e algumas características do ato vacinal" (em meses)	9	9	11	11	7	7	1	5	100%				

OOp4: Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (OE1) (R)													Peso: 15%	
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
4.1. Ajuste das ferramentas de avaliação do consumo e definição do método de amostragem (em meses)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	11	1	9	100%					
OOp5: Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (OE1) (R)													Peso: 15%	
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
5.1. Grau de implementação do registo Nacional de Hipercolesterolemia Familiar (%)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	50	10	70	100%					
OOp6: Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (OE5) (R)													Peso: 10%	
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
6.1. Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de Ensaios)	n.a	n.a	158	194	195	198	12	215	100%					
OOp7: Desenvolver a investigação estratégica (OE2)													Peso: 5%	
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
7.1. Projetos de I&D a iniciar no ano	14	20	76	22	23	20	5	30	50%					
7.2. Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses)	n.a	1	1	0	0	11	1	9	50%					
OOp8: Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições (OE1)													Peso: 4%	
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
8.1. Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (Número)	n.a	2	6	6	6	6	1	8	100%					
OOp9: Promover a formação (OE4)													Peso: 2%	
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
9.1. Taxa de participação dos colaboradores do INSA, IP em ações de formação (em %)	n.a	n.a	77	76	76	80	10	95	100%					
OOp 10: Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (OE1)													Peso: 2%	
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
10.1. Novos registos de inventário e estudo das peças	n.a	450	581	435	298	300	50	600	100%					
OOp 11: Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa (OE5)													Peso: 2%	
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	
11.1. Ações de oferta formativa (aumento %)	n.a	n.a	n.a	4	5	5	2	8	100%					

EFICIÊNCIA													40%
OOp12: Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (OE1) (R)													Peso: 50%
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
12.1. Manter o número de redes nacionais de referência/vigilância laboratorial	n.a	7	10	14	22	22	2	25	100%				
OOp13: Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (OE1) (INSA/DGS) (R)													Peso: 15%
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
Número de Relatórios de Notificação laboratorial de micro-organismos multirresistentes	n.a	n.a	3	3	2	2	1	5	100%				
OOp14: Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (OE1) (R)													Peso: 15%
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
14.1. Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por infeção VIH/SIDA (nº)	n.a	n.a	12	12	12	12	0	12	50%				
14.2. Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	n.a	n.a	2	2	2	2	1	4	50%				
OOp15: Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (OE1) (R)													Peso: 10%
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
15.1. Número de Reportes da Transmissão de dados à EFSA (European Food Safety Authority)	3	2	4	3	4	3	1	5	100%				
OOp16 Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (OE1) (R)													Peso: 10%
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
16.1. Número de Projetos	n.a	n.a	n.a	n.a	3	3	1	5	100%				
QUALIDADE													20%
OOp17: Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral (OE1) (R)													Peso: 30%
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
17.1. Número de Exposições e outros eventos realizados	n.a	1	3	3	3	2	1	4	100%				
OOp18: Melhorar o desempenho económico e Financeiro (OE4)													Peso: 15%
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
18.1. Manter o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (em dias)	n.a	n.a	24	37	16	30	15	14	50%				
182. Número de relatórios trimestrais de avaliação económico financeira	n.a	n.a	4	4	3	2	1	4	50%				

OOp19: Promover a satisfação dos profissionais e clientes (OE5)											Peso: 15%		
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
19.1. Número de Relatórios referentes a avaliação da satisfação dos clientes e reclamações	1	1	2	2	1	1	0	1	100%				

OOp20 Melhoria da qualidade das instalações do INSA - Sede (OE5)											Peso: 15%		
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
20.1. Reabilitação de laboratórios	n.a	n.a	n.a	n.a	2	2	1	4	100%				

OOp21: Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional (OE3)											Peso: 15%		
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
21.1. Novos projetos	n.a	n.a	n.a	n.a	1	1	0	1	100%				

OOp22: Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão (OE3)											Peso: 10%		
INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
22.1. Nº de novos indicadores	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	2	1	4	100%				

TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS												
											PLANEADO %	EXECUTADO %
EFICÁCIA											40%	
OOp1: Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigaç											15%	
OOp2: Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (OE1) (R)											15%	
OOp3: Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em casa Observamos Saúde", ECOS (OE1											15%	
OOp4: Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (OE1) (R)											15%	
OOp5: Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (OE1) (R)											15%	
OOp6: Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (OE5) (R)											10%	
OOp7: Desenvolver a investigação estratégica (OE2)											5%	
OOp8: Fomentar a produção de documentação técnico-científica e o apoio à edição através e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições											4%	
OOp9: Promover a formação (OE4)											2%	
OOp 10: Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (OE1)											2%	
OOp 11: Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa (OE5)											2%	
EFICIÊNCIA											40%	
OOp12: Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (OE1) (R)											50%	
OOp13: Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (OE1) (INSA/DGS) (R)											15%	
OOp14: Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (OE1) (R)											15%	
OOp15: Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (OE1) (R)											10%	
OOp16: Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (OE1) (R)											10%	

QUALIDADE	20%
OOp17: Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral (OE1) (R)	30%
OOp18: Melhorar o desempenho económico e Financeiro (OE4)	15%
OOp19: Promover a satisfação dos profissionais e clientes (OE5)	15%
OOp20: Melhoria da qualidade das instalações do INSA - Sede	15%
OOp21: Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional (OE 3)	15%
OOp22 Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão (OE3)	10%
Taxa de Realização Global	100%

RECURSOS HUMANOS - 2016

DESIGNAÇÃO	EFETIVOS (E)	EFETIVOS (F)	PONTUAÇÃO	RH	RH	DESVIO	DESVIO EM %
	31-12-2016	31-12-2016		PLANEADOS	REALIZADOS		
Dirigentes - Direção Superior	2		20	40			
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa	4		16	64			
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Informática)	85		12	1020			
Coordenadores Técnicos (inclui Chefes de Secção)	2		9	18			
Técnicos de Informática	2		8	16			
Assistentes Técnicos	95		8	760			
Assistentes Operacionais	60		5	300			
Outros, especifique			-	-			
Investigadores	50		12	600			
Médicos	7		12	84			
Enfermeiros	3		12	36			
Técnicos Superiores de Saúde	97		12	1164			
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	110		12	1320			
Totais	517			5.422			

Efetivos no Organismo	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016 (E)
Nº de efetivos a exercer funções	517	518	461	460	473	517

RECURSOS FINANCEIROS - 2016 (Euros)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	ORÇAMENTO	DESVIO	DESVIO EM %
	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUTADO		
Orçamento de Funcionamento	23.823.424,00 €				
Despesas com Pessoal	13.316.114,00 €				
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	9.559.452,00 €				
Outras Despesas Correntes e de Capital	947.858,00 €				
PIDDAC	-				
Outros Valores	500,00 €				
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	23.823.924,00 €				

INDICADORES	FONTES DE VERIFICAÇÃO
1.1. Número de Metodologias implementadas	Relatório de atividades de 2016
2.1. Atualização da base de dados de 2014/2015 (em meses)	Base de Dados RENAC
3.1. Relatório científico e de gestão "vacinação antigripal da população portuguesa, em 2014-2015: cobertura e algumas características do ato vacinal" (em meses)	Relatório "Vacinação antigripal da população portuguesa, em 2014-
4.1. Ajuste das ferramentas de avaliação do consumo e definição do método de amostragem (em meses)	Relatório de atividades de 2016
5.1. Grau de implementação do registo Nacional de Hipercolesterolemia Familiar (%)	Relatório de atividades de 2016
6.1. Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (Número de Ensaios)	Relatório de atividades de 2016
7.1. Projetos de I&D a iniciar no ano	Relatório de atividades de 2016
7.2. Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (em meses)	Relatório de atividades de 2016
8.1. Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (Número)	Boletins Epidemiológicos "Observações"
9.1. Taxa de participação dos colaboradores do INSA, IP em ações de formação (em %)	Relatório Anual de Formação
10.1. Novos registos de inventário e estudo das peças	Relatório de atividades de 2016
11.1. Ações de oferta formativa (aumento %)	Relatório de atividades de 2016
12.1. Manter o número de redes nacionais de referência/vigilância laboratorial	Relatório de atividades de 2016
13.1. Número de Relatórios de Notificação laboratorial de micro-organismos multirresistentes	Relatório de notificação laboratorial de microorganismos
14.1. Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA	Relatório de Notificação de casos VIH e SIDA para o Programa
14.2. Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente
15.1. Número de Reportes da Transmissão de dados à EFSA (European Food Safety Authority)	EFESA (European Food Safety Authority)
16.1. Número de Projetos	Relatório de atividades de 2016
17.1. Número de Exposições e outros eventos realizados	Relatório de atividades de 2016
18.1. Manter o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (em dias)	Relatório de atividades de 2016
18.2. Número de relatórios trimestrais de avaliação económico financeira	Relatório de atividades de 2016
19.1. Número de Relatórios referentes a avaliação da satisfação dos clientes reclamações	Relatório anual do grau de satisfação dos utentes/clientes
20.1. Reabilitação de laboratórios	Relatório de atividades de 2016
21.1. Novos projetos	Relatório de atividades de 2016
22.1. Nº de novos indicadores	Portal da Transparência do SNS

7. ANEXOS

7.1. Lista de Acrónimos

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AEQ	Avaliação Externa da Qualidade
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APORMED	Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos
APPSP	Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública
ARS	Administração Regional de Saúde
ASPOMM	Associação Portuguesa de Micologia Médica
C&T	Ciência e Tecnologia
CECA	Centro de Estudos de Ciência Animal, Universidade do Porto
CGF	Centro de Saúde Pública Dr. Gonçalves Ferreira
CESAM	Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, Universidade de Aveiro
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAN	Departamento de Alimentação e Nutrição
DDI	Departamento de Doenças Infeciosas
DEP	Departamento de Epidemiologia
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGH	Departamento de Genética Humana
DGS	Direção-Geral da Saúde
DGV	Direção-Geral de Veterinária
DPS	Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não transmissíveis
DSA	Departamento de Saúde Ambiental
DTC	Departamento Técnico Científico
EA	European cooperation for Accreditation
ECA	European Cytogenetics Association

ECDC	European Centre for Disease Prevention and Control
ECMM	Confederação Europeia de Micologia Médica
EFLM	European Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine
EFSA	Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar
EISN	European Influenza Surveillance Network
EMQN	European Molecular Genetics Quality Network
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EQALM	European Organization for External Quality Assurance Providers in Laboratory Medicine
EUPHA	European Public Health Association
EUROCAT	European Surveillance of Congenital Anomalies
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FCUL	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FIPA	Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares
GPPQ	Gabinete de Promoção do Programa Quadro de I&DT
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IAF	International Accreditation Forum
IANPHI	International Association of National Public Health Institutes
IBILI	Instituto de Imagem Biomédica e Ciências da Vida
IMM	Instituto de Medicina Molecular
ILAC	International Laboratory Accreditation Cooperation
INE	Instituto Nacional de Estatística
INRA	Institut National de la Recherche Agronomique
IPQ	Instituto Português da Qualidade
IPST	Instituto Português do Sangue e da Transplantação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade
ITN-IST	Instituto Tecnológico e Nuclear – Instituto Superior Técnico
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
MGM/OGM	Microrganismos geneticamente modificados/Organismos geneticamente modificados

MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PHE	Public Health England
PNAEQ	Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado
SAL	Setor de Gestão e de Apoio Laboratorial
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SPGH	Sociedade Portuguesa de Genética Humana
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SSI	Statens Serum Institut
THL	National Institute for Health and Welfare
UE	União Europeia

7.2. Objetivos Operacionais

7.2.1. Departamento de Alimentação e Nutrição

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DAN c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a produção, recolha, compilação e transmissão de dados analíticos sobre ocorrência de substâncias químicas em alimentos (QUAR 2016 R)	Eficácia	Transmissões de dados à EFSA (European Food Safety Authority)	Resultado	2	4	3	4	3	1	5	DAN	AO		DGAV, ASAE, INIAV, IPMA	2.7
INSA j)	1 Responder às necessidades em Saúde	Implementar um sistema de monitorização da ingestão de aditivos alimentares (QUAR 2016 R)	Eficácia	Ajuste das ferramentas de avaliação do consumo e definição do método de amostragem (em meses)	Realização				12	11	1	9	DAN	AO		JSI (Eslovénia)	2.7
INSA j)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir os compromissos nacionais e internacionais	Eficácia	Realizar as tarefas de atualização acordadas anualmente da Tabela da Composição de Alimentos acordadas no âmbito do projeto EUMenu (%)	Realização			70	70	80	15	100	DAN	AO		UMUP	2.7
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Assegurar a participação em programas, planos, redes e grupos de trabalho em resposta a solicitações nacionais e internacionais (MS, DGS, OMS, EFSA, PNAAS, DGAV, ASAE, IMEKO, EuroFIR AISBL, INSP Angola, OGM)	Eficácia	N.º de respostas /N.º de solicitações (%)	Realização	80	100	100	95	90	5	100	DAN	AO			2.7

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DAN c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver instrumentos de vigilância epidemiológica	Eficácia	Implementação de estudo de dieta total piloto (4 anos)- Fase1 (3 anos) - colheita, preparação e análise de amostras de 18 grupos de alimentos) (%)	Realização			33	33	33	0	33	DAN	AO			2.7
INSA m)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Eficácia	Documentos submetidos ao GOC	Realização	6	5	2	2	2	1	4	DAN	AO		GS1 Portugal	1.7
DAN c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a recolha e o reporte atempado da informação e evidência, no âmbito da vigilância epidemiológica laboratorial das toxinfecções alimentares para as redes nacionais e internacionais	Eficiência	Resposta a solicitações (%)	Realização	100	100	100	100	90	5	100	DAN	AO		DGAV e EFSA	1.11
DAN d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Desenvolver e dar continuidade à parceria INSA-PHE na organização e coordenação do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia de Alimentos e Águas	Qualidade	Esquemas disponibilizados	Realização	7	12	12	14	14	1	16	DAN	AO	PHE	IPMA	3.1
DAN d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a resposta laboratorial em caso de toxinfecções alimentares e outras emergências biológicas no âmbito alimentar, de origem natural, acidental ou deliberada	Eficácia	Resposta a solicitações (%)	Realização	100	100	100	100	90	5	100	DAN	AO			2.7

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DAN d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde, nos domínios da segurança alimentar e nutrição, através da implementação de novas metodologias	Eficácia	Novos ensaios implementados	Realização	18	5	2	4	1	2	4	DAN	AO			2.7
DAN d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Assegurar a prestação de serviços diferenciados nas áreas química e microbiologia dos alimentos, dos materiais em contacto e materiais de referência	Eficácia	Resposta a solicitações (%)	Realização	100	100	100	100	85	10	100	DAN	AO			2.7
DAN d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Consolidar e dar continuidade ao processo de melhoria contínua da qualidade	Qualidade	Ensaio constantes do certificado de acreditação	Resultado	58	102	96	108	126	1	128	DAN	AO			1.3
DAN a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Alinhar as prioridades do INSA com as prioridades de saúde	Eficácia	Projetos de I&D em desenvolvimento	Realização		4	3	3	3	1	5	DAN	AO			2.7
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Publicação de artigos em revistas científicas internacionais	Eficácia	Artigos publicados	Realização			19	13	10	2	13	DAN	AO			2.7
INSA m)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver os trabalhos do programa PortFIR	Eficácia	Realização da Reunião anual PortFIR (Taxa de satisfação (%)/nº iniciativas)	Resultado			100	99	90	5	100	DAN	AO		GS1 Portugal	1.7
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Eficácia	Bolsistas existentes	Realização	3	13	15	19	10	2	13	DAN	ASPFP			2.7
				Mestrados a serem orientados	Realização	4	5	11	10	8	2	11	DAN	ASPFP			2.7

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Doutorandos a serem orientados	Realização	3	5	5	8	9	1	11	DAN	ASPFP			2.7
				Atividades de docência (Nº de aulas lecionadas)	Realização		75	60	44	25	10	45	DAN	ASPFP			2.7
				Organização de workshops/seminários/ Reuniões Científicas	Realização		15	5	9	12	1	14	DAN	AO			2.7
DAN a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver investigação em saúde pública	Eficácia	Projetos de I&D em desenvolvimento	Realização	19	22	23	26	23	3	27	DAN	ASPFP			2.7
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver e/ou manter a cooperação com Instituições nacionais e internacionais	Eficácia	Instituições a colaborar	Realização		18	30	38	39	2	42	DAN	AO			1.7
INSA m)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover a qualificação dos Recursos Humanos	Eficácia	Doutorandos a serem orientados	Realização		1	2	3	4	1	6	DAN	AO			3.7
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover formação interna	Eficácia	Organizar os "Encontros com Ciência no DAN"	Realização	11	11	11	11	10	1	12	DAN	AO			2.7

7.2.2. Departamento de Doenças Infecciosas

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA h)	1 Responder às necessidades em Saúde	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica	Eficácia	Implementação do Sistema de Vigilância Laboratorial das Doenças de Declaração Obrigatória (% de doenças cobertas)	Realização			30	50	50	10	70					1.5; 3.9
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a atividade laboratorial prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Eficiência	Programas nacionais em que o DDI participa	Realização		11	10	9	9	2	15	DDI	AO			2.3; 2.5
				Bases de dados mantidas atualizadas e divulgadas	Realização		10	12	12	12	2	15	DDI	AO			2.3; 2.5
				Publicação de Boletins/Relatórios	Realização		7	9	29	20	5	30	DDI	AO			2.3; 2.5
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar as redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (QUAR 2016 R)	Eficiência	Manter o número de redes nacionais de referência/vigilância laboratorial (QUAR 2016 R)	Realização	7	10	14	22	22	2	25	DDI	AO			3.9
				Redes internacionais de referência/vigilância laboratorial para as quais se contribui com dados laboratoriais	Realização		15	15	15	15	2	18	DDI	AO			3.9
				Elaboração de boletins informativos	Realização		52	80	69	56	10	70	DDI	AO			3.9
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Agilizar a colaboração com os organismos centrais	Eficiência	Participação em reuniões para agilizar a colaboração	Realização		15	15	19	12	4	20	Jorge Machado	AO			1.3
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a vigilância epidemiológica Laboratorial em Portugal	Eficiência	Realização de reuniões das Redes Nacionais de Vigilância Laboratorial	Realização	1	9	10	5	7	2	15	DDI	AO			3.9

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)	
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública	Eficácia	Bolseiros	Realização		7	27	27	15	4	20	DDI	AO			3.7	
				Dissertações de mestrado	Realização		6	7	7	6	2	10	DDI	AO				3.7
				Teses de doutoramento	Realização		4	4	6	4	2	10	DDI	AO				3.7
				Estágios inseridos no internato médico em infecciologia	Realização		5	11	7	8	3	12	DDI	AO				3.7
				Estágios inseridos em projetos	Realização		12	32	12	15	3	20	DDI	AO				3.7
DDI d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Realizar prestação de serviços diferenciados e consultoria	Eficiência	Laboratórios a efetuar serviços	Realização		26	30	26	26	2	30	DDI	AO			1.3	
DDI d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Eficácia	Novos ensaios implementados no âmbito do diagnóstico	Realização		16	24	4	16	6	24	DDI	AO			1.3	
				Novos ensaios implementados no âmbito da tipagem	Realização		19	20	5	15	5	21	DDI	AO				1.3
INSA d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Dar continuidade e reforçar a implementação de programas de avaliação externa de qualidade	Eficácia	Programas	Realização	10	16	24	22	22	4	30	DDI	AO			1.3	
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver o serviço de biobancos	Eficácia	Organização do sistema de biobanco interno ao DDI (%)	Realização		30	40	45	50	10	100	Fátima Martins	AO			1.5	
DDI a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde	Eficácia	Projetos de I&D	Realização		26	34	37	30	5	40	DDI	AO			1.5	

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Publicações científicas em jornais com <i>peer review</i>	Realização		14	49	65	40	5	65	DDI	AO			1.5
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Difundir os resultados da investigação desenvolvida através de publicações de artigos em revistas nacionais e internacionais <i>peer review</i>	Eficácia	Artigos a submeter	Realização		22	21	25	20	10	31	DDI	AO			1.5
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Realizar iniciativas de oferta formativa com o objetivo da divulgação do conhecimento científico	Eficácia	Comunicações em congressos	Realização	2	7	12	82	15	10	30	DDI	AO			1.5
INSA b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a oferta de cursos de formação nas áreas de diagnóstico	Eficácia	Ações de formação	Realização		2	4	8	5	2	10	Maria João Simões	ASPFP			3.7
DDI e)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a oferta formativa na área da biossegurança e transporte de substâncias infecciosas	Eficácia	Ações de formação	Resultado	2	3	4	5	4	1	6	Sofia Nuncio	AO			3.7
DDI a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Captação e/ou manutenção de formandos pós-graduados	Eficiência	Formandos	Realização		2	4	2	2	1	4	Maria Luísa Jordão	AO			3.7
DDI c)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar o controlo financeiro do departamento através da utilização de metodologias de avaliação	Eficiência	Relatório anual de execução	Realização		1	1	1	1	0	1	Fátima Martins	AO			3.8

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DDI a)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver contactos e estabelecer potenciais parcerias com outras organizações, em concreto instituições de saúde e de ensino superior da área da saúde	Eficiência	Parcerias	Realização		3	4	5	4	1	6	DDI	AO			1.11
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Melhorar a articulação em matéria de relações internacionais	Eficácia	Colaboração e assessoria do INSA aos PALOP e apresentação de relatório de evolução da cooperação (numero de relatórios)	Realização	11	11	0	18	9	1	12	DDI	AO			3.2
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Difundir a cultura científica (estágios)	Eficácia	Estágios/ações de formação realizadas no âmbito de programas de colaboração com países da CPLP	Realização		4	4	5	4	2	10	Maria João Simões	AO			3.2
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Manter o apoio ao LNR para tuberculose da Guiné-Bissau	Eficiência	Manter a colaboração	Resultado		1	1	1	1	0	1	Anabela Santos Silva	AO			3.2
INSA b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Frequentar ações de formação internas e/ou externas para reforço da qualificação dos elementos	Eficácia	Ações frequentadas	Realização		28	32	189	175	20	200	DDI	AO			3.7
DDI d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Apostar na acreditação de metodologias desenvolvidas no departamento	Qualidade	Metodologias acreditadas	Realização		11	37	9	10	5	20	DDI	AO			1.3
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Manutenção da acreditação de metodologias	Qualidade	Metodologias acreditadas	Realização	5	12	23	63	72	5	80	DDI	AO			1.3
DDI f)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Coordenar as atividades dos biotérios	Eficácia	Biotérios sob coordenação	Realização		3	3	3	3	1	5	Maria João Alves	AO			3.8

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Melhorar a monitorização da informação sobre resistências aos antimicrobianos (QUAR 2016 R)	Eficiência	Relatório de notificação laboratorial de micro-organismos multirresistentes	Realização		3	3	2	2	1	5	Manuela Caniça	AO			3.9
DDI c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar e promover a vigilância epidemiológica e a monitorização da infeção por VIH/SIDA (QUAR 2016 R)	Eficiência	Relatórios mensais dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para o Programa Nacional por Infeção VIH/SIDA	Realização		12	12	12	12	0	12	Helena Cortes Martins	AO			2.3; 3.9
			Eficiência	Relatório anual (referente ao ano anterior) e semestral (referente ao ano em curso) dos casos notificados de infeção por VIH e SIDA para divulgação geral	Realização		2	2	2	2	1	4	Helena Cortes Martins	AO			2.3; 3.9

7.2.3. Departamento de Epidemiologia

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DEP b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico	Eficácia	Relatório Científico	Realização				0	2	1	4	UIE				3.1
				Artigos científicos (submissão)	Realização				0	2	1	4					3.1
				Organização de reunião científica	Realização				0	1	0	1					3.1
DEP c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver o projeto "Evolução e tendências da doença crónica e suas consequências na população portuguesa" ECOS, Médicos-Sentinela	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado			4	1	1	0	1	UIE	AO			1.5
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Iniciativa de oferta formativa no âmbito da investigação epidemiológica e saúde pública	Eficiência	Cursos	Realização	2	4	5	3	4	1	6	UIE	AO			3.7
DEP d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Policy Instruments and Tools"	Eficácia	Relatório	Resultado	1	1	1	1	1	0	1	UISPS	ASPPF	OMS	OMS	1.11
				Artigos científicos (submissão)	Resultado				0	1	0	1					
DEP d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver o Projeto "Impactes da crise económica na saúde"	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado			0	2	1	0	1	UISPS	AO			3.2

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a gestão e reforçar o sistema de vigilância EVITA (Epidemiologia e Vigilância dos Traumatismos e Acidentais)	Eficácia	Atualização da base de dados (em meses)	Realização	11	-	11	11	11	1	9	ONSA	AO	MS	Departamentos de Saúde Pública das Regiões	2.11
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Gerir o sistema de vigilância ÍCARO (Importância do Calor, Repercussões sobre os Óbitos), assegurando a vigilância diária do impacto do calor sobre a mortalidade	Eficácia	Boletins de vigilância epidemiológica	Resultado	126	152	153	149	152	10	164	ONSA	AO		Instituto Português do Mar e da Atmosfera	2.11
DEP b)	2 Responder às necessidades em Saúde	Observação da saúde dos portugueses utilizando o 5º Inquérito Nacional de Saúde em colaboração com o INE	Eficácia	Relatório de Observação em saúde	Realização				0	1	0	1					3.1
DEP b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Gerir a rede "Médicos-Sentinela": assegurar a manutenção e reforço do sistema	Eficiência	Organização de reunião anual	Resultado	1	1	2	1	1	0	1	ONSA	AO			2.1, 2.2, 2.5, 2.6, 2.8, 2.11
DEP c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Assegurar a vigilância epidemiológica da gripe em Portugal (componente clínica)	Eficácia	Boletins de vigilância epidemiológica	Resultado	52	52	40	37	39	2	52	ONSA	AO			2.5
				Envio de dados para o sistema TESSy	Resultado	52	-	52	53	52	0	52	ONSA				
DEP c)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Assegurar a gestão do Sistema de Vigilância Diária da Mortalidade (VDM)	Eficácia	Boletins de vigilância epidemiológica	Resultado	249	253	251	253	250	20	300	ONSA	AO			2.11
				Envio de dados para o EUROMOMO	Resultado	52	-	52	52	52	0	52	ONSA				

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DEP b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Obter evidência para a decisão em saúde pública através da utilização de instrumentos de observação, nomeadamente da amostra de famílias portuguesas "Em Casa Observamos Saúde". ECOS (QUAR 2016 R)	Eficácia	Relatório científico e de gestão «Vacinação antigripal da população portuguesa, em 2015-2016: cobertura e algumas características do ato vacinal» (em meses)	Resultado	9	11	11	7	7	1	5	ONSA	AO			2.5
DEP b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Uma observação da saúde dos portugueses através do painel de famílias ECOS	Eficácia	Relatório científico	Realização	3	2	3	1	2	1	4	ONSA	AO	Financiamento pelo INSA		2.1, 2.2, 2.5, 2.6, 2.8, 2.11
DEP b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Manter atualizado o Registo Nacional de Anomalias Congénitas (RENAC) (QUAR2016 R)	Eficiência	Atualização da base de dados de 2014/2015 (em meses) (QUAR2016 R)	Realização	11	11	11	12	11	1	9	ONSA	AO			2.11
				Artigos científicos (submissão)	Resultado				0	1	0	1					2.11
DEP b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Participar no Registo Europeu de Anomalias Congénitas (EUROCAT)	Eficácia	Atualização e envio da base de dados	Realização				1	1	0	1	ONSA				2.11
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver o projeto I-MOVE+ Integrated Monitoring of Vaccines Effects in Europe: a platform to measure and compare effectiveness and impact of influenza and pneumococcal vaccines and vaccination strategies in the elderly	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Resultado				0	1	0	1					
				Elaboração de Relatório científico	Realização				0	1	0	1					

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Adesão à terapêutica anticoagulante oral em doentes com fibrilhação auricular	Eficácia	Recolha de dados	Realização				1	1	0	1	UIE	ANC			2.7
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desigualdades sociais em saúde	Eficácia	Artigos científicos (submissão)	Realização				1	1	0	1	UISP	ANC			3.2
INSA m)	1 Responder às necessidades em Saúde	Avaliar o Plano Nacional de Saúde 2012-2020	Eficácia	Desenvolvimento e apresentação da metodologia de avaliação (meses)	Realização					5	1	3	DEP				1
INSA c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver uma rede de laboratórios de saúde pública	Eficiência	Laboratórios envolvidos na rede	Resultado					5	1	7	CD/DEP				1.3, 1.7
				Laboratórios com participação no PNAEQ	Resultado					5	1	7	PNAEQ				1.3, 1.7
INSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Coordenação do Programa Nacional de avaliação externa da qualidade, acompanhamento das necessidades, expectativas e desempenho dos laboratórios participantes e sempre que possível recolher informação com entidades internacionais.	Eficácia	Coordenação dos programas de AEQ	Realização			30	29	30	1	32	PNAEQ		IPOIx, CHLO, CHLN, FFUL, CHLC, SKML; ECAT, Alfaloc, Quidgest		2.11
				Promoção de programas de AEQ	Realização				1	1	0	1	PNAEQ				2.11
				Serviços prestados no âmbito público e privado	Realização			284	293	260	30	293	PNAEQ				2.11
				Dar continuidade às parcerias com entidades congêneres, Labquality, ECAT, PHE, SBAC/PNCQ	Realização			129	184	193	1	195	PNAEQ		Labquality, ECAT, PHE, SBAC/PNCQ		2.11

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Colaborar com entidades reguladoras no âmbito de AEQ	Realização				2	2	1	4	PNAEQ		ACSS, Infarmed, OF, OM		2.11
INSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Continuar a implementar um sistema de gestão da qualidade, tendo como referencia a norma ISO 17043	Qualidade	Elaboração e aprovação do plano, Implementação do Plano	Resultado				1	1	0	1	PNAEQ		Labquality, ECAT, PHE,		2.11
INSA c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Implementar e consolidar a cooperação com os Países de Língua portuguesa, no âmbito do controlo de qualidade	Eficácia	Colaboração na organização do congresso bienal	Realização				1	1	0	1	PNAEQ	ANC	SBAC, CPLP		2.11
				Elaboração de um projeto de AEQ para CPLP (taxa de execução)	Realização				50%	50	0	50	PNAEQ	ANC	SBAC, CPLP		
				Desenvolver contactos e estabelecer parcerias internacionais com organizadores de Programas de AEQ dos CPLP	Realização				2	2	1	4	PNAEQ	ANC	SBAC, CPLP		
DEP d)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Colaborar com as instituições de ensino para o apoio à formação pós graduada nas áreas de epidemiologia/saúde pública e controlo de qualidade	Eficácia	Apoio na elaboração de teses de mestrado e relatórios de estágios	Realização				3	3	1	4	PNAEQ	ANC	Faculdade de Farmacia de Lisboa, Faculdade de Eng Gestão Industrial, Instituto Superior de Saude Egas Moniz		2.11

7.2.4. Departamento de Genética Humana

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DGH c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a atividade prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Eficácia	Amostras analisadas no âmbito do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	Resultado	88.000	82.571	83.100	85.856	80.000	5.000	90.000	URN	AO			2.4, 2.5, 2.6, 2.11
				Relatórios do Programa Nacional de Diagnóstico Precoce	Resultado	1	1	1	1	1	0	1	Laura Vilarinho	AO			1.5, 2.11
DGH c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a realização de serviços diferenciados de tipo laboratorial e clínico	Eficácia	Ensaio de sequenciação de DNA e genotipagem	Resultado	29.626	37.653	36.251	39.048	35.000	5.000	42.000	UTI	AO			1.5
INSA f)	1 Responder às necessidades em Saúde	Contribuir para a manutenção das receitas próprias na prestação de serviços diferenciados	Eficiência	Testes genéticos na área da genética molecular no âmbito das patologias para as quais presta serviços	Resultado		1.269	1.208	1.332	1.250	250	2.000	UMO	AO			
				Testes genéticos realizados na área da Citogenética (Pré-Natal, pós-natal, oncológica e de citogenética molecular)	Resultado		1.380	2.348	3.080	1.500	100	2.000	UCI	AO			
				Implementação de novos testes genéticos	Resultado			17	22	8	2	20	DGH	AO			1.3, 1.5
				Reuniões com profissionais de saúde de diferentes Unidades de Saúde	Realização		4	6	8	6	1	10	DGH	AO			1.3, 1.5
				Testes de diagnóstico/monitorização pré e pós-natal de doenças hereditárias do metabolismo	Resultado		8.771	9.593	11.753	8.000	1.000	10.000	URN	AO			1.3, 1.5
DGH b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Difundir a cultura científica na área da genética humana	Eficácia	Visitas de estudo para alunos do ensino secundário	Realização		9	9		6	2	12	DGH	AO			1.1
				Materiais de divulgação (folhetos, etc.)	Realização		2	3	6	4	1	6	DGH	AO			1.1

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Exposição didática do DGH (validação dos materiais científicos recolhidos)	Realização			1	1	1	0	1	DGH	AO			1.1
				Ações de comunicação científica pública	Realização			2	48	15	5	30	UID	AO			1.1, 1.5
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Estabelecer ou aprofundar colaborações C&T bilaterais ou multilaterais	Eficácia	Colaborações nacionais bilaterais	Realização			28	39	21	4	30	UID	AO			1.1, 1.5
				Colaborações internacionais bilaterais	Realização			37	37	26	5	40	UID	AO			1.1, 1.5
				Colaborações internacionais em rede	Realização			5	8	6	1	10	UID	AO			1.1, 1.5
				Colaborações nacionais em rede	Realização			1	4	2	1	5	UID	AO			1.1, 1.5
DGH a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Promover o desenvolvimento de metodologias altamente especializadas em áreas inovadoras (saúde ambiental e nutrição) e pouco utilizadas a nível europeu	Eficácia	Implementação da metodologia de <i>next-generation sequencing</i>	Realização		1	2	9	2	0	2	UTI	ASPFP			1.1, 1.5
DGH a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver I&D em doenças genéticas, genotoxicologia ambiental e genómica funcional	Eficácia	Artigos em revistas internacionais com arbitragem científica	Realização			36	42	28	5	40	UID	AO			1.1, 1.5
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Contribuir para as atividades previstas nos Programas de Saúde Prioritários	Eficácia	Estabelecer colaboração (doenças oncológicas, respiratórias, etc.)	Realização			2	3	1	1	4	UID	AO			1.1, 1.5

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DGH a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Divulgar em público-alvo selecionados resultados científicos inovadores e aplicações nos cuidados de saúde e prevenção da doença	Eficácia	Participação em reuniões científicas	Realização			42	62	50	8	60	DGH	AO			1.1, 1.5
				Organização de reuniões científicas	Realização			6	6	4	1	10	DGH	AO			1.1, 1.5
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Melhorar os indicadores (outputs) de I&D	Eficácia	Projetos financiados e iniciados no ano	Realização	32		5	7	3	1	10	DGH	ASPFP			1.1, 1.5
				Teses de mestrado e doutoramento	Realização			9	11	8	2	15	UID	AO			1.1, 1.5
DGH b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Realizar ações de formação destinadas a profissionais de saúde ou a estudantes pré- e pós-graduados	Eficácia	Participação em programas pós-graduados	Realização			9	7	7	1	10	UID	AO			1.1, 1.5
				Ações de formação	Realização			46	24	10	6	45	DGH	AO			
DGH b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Assegurar, no domínio da genética, as funções de laboratório nacional de referência	Qualidade	Avaliação do desempenho dos laboratórios que participam na avaliação externa da qualidade organizada pelo EMQN	Realização			2	1	1	0	1	UMO	AO			1.3
DGH b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Reforçar as estratégias de acreditação de qualidade dos diferentes exames laboratoriais	Eficiência	Testes genéticos acreditados pelo IPAC	Realização		0	10	2	4	2	15	DGH	AO			1.3, 1.5
DGH c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadores	Eficácia	Amostras realizadas	Resultado	800	205	920	611	500	300	900	UTI	ASPFP			1.3, 1.5

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA f)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Desenvolvimento, validação e implementação de novas metodologias aplicadas às áreas de diagnóstico, terapêutica, saúde ambiental, registo de doenças raras ou de aplicação geral em investigação biomédica (QUAR 2016 R)	Eficácia	Metodologias implementadas	Realização			17	13	13	4	30	UID	AO			1.3, 1.5

7.2.5. Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças não Transmissíveis

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DPS a)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver projetos de investigação em consórcio internacional (QUAR 2016)	Qualidade	Novos projetos	Resultado				1	1	0	1	UID	ASFPF			1.11
DPS b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Determinar valores de referência ou percentis para a população portuguesa	Qualidade	Nº de parâmetros avaliados	Realização				8	8	3	10	UDR/UID	AO		Faculdade de Ciências da UL	1.3
DPS d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver projetos de investigação/translação em medicina personalizada: farmacogenética e monitorização de fármacos (QUAR 2016 R)	Eficiência	Projetos	Realização	1	1	1	3	3	1	5	UPS/UID/UPSPDNT	AO		Faculdade de farmácia, IGC	1.3
DPS c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Elaborar suportes de informação para a promoção da literacia em saúde e divulgação do conhecimento científico junto da população (ex: brochuras, factsheets...)	Qualidade	Suportes de informação produzidos	Impacte		4	5	1	2	1	4	UPS/UID/UPSPDNT	ASFPF			1.1
INSA h)	1 Responder às necessidades em Saúde	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica (QUAR 2016 R)	Eficácia	Grau de implementação do registo Nacional de Hipercolesterolemia Familiar (%)	Realização					50	10	70	UDR/UID	AO		Sociedade Portuguesa de Cardiologia; Sociedade Portuguesa de Aterosclerose; Sociedade Portuguesa de Pediatria	1.5

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do IMS (O)
DPS d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Garantir a atividade laboratorial prevista nos Programas Nacionais nos quais o INSA participa	Eficácia	Testes de rastreio e confirmação laboratorial no âmbito das hemoglobinopatias	Resultado	600	581	505	525	600	200	800	UDR	AO		Laboratórios de Saúde Pública e Laboratórios de Análises Clínicas Públicos e Privados, IPST (BPCCU)	1.5
DPS d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Obter a acreditação de ensaios na área das hemoglobinopatias, segundo a NP EN ISO 15189:2014	Qualidade	Nº de ensaios acreditados	Resultado				0	4	1	6	UDR	AO		Gabinete de Qualidade INSA	3.9
DPS d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras	Eficácia	Novos ensaios implementados	Resultado	4	4	2	3	5	2	8	UDR/UID	AO			3.4
DPS d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Potenciar o aumento das receitas próprias através da promoção dos serviços existentes	Eficácia	Novas brochuras e folhetos elaborados para promoção de serviços	Impacte	2	5	2	3	4	1	6	UDR/UID/UPSPDNT	AO			3.4
INSA h)	1 Responder às necessidades em Saúde	Desenvolver projetos de observação e vigilância na população portuguesa com componente laboratorial	Qualidade	Estudos epidemiológicos em curso	Realização	2	5	2	2	3	1	4	DPS	ASFPF		CHUC, Instituto Saúde Carlos III, países parceiros do ASDEU	1.5, 3.1
DPS a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver investigação nas áreas de trabalho do departamento	Eficiência	Projetos em promoção da saúde	Realização		3	2	1	2	1	4	UPS/UID	AO		DGS, Instituto Saúde Carlos III, colaboradores europeus	1.10

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Projetos na área das doenças cérebro e cardiovasculares	Realização	3	3	4	6	6	1	8	UID	ASPFP		IMM, Centro Hospitalar de Setúbal; Hospital de S João, Porto; Hospital Sta Maria, Lisboa; Hospital de Sto António, Porto; Hospital da Univ. Coimbra; Médicos do EPFH	2.6
				Projetos na área da saúde mental	Realização	3	4	4	5	6	2	9	UID	ASPFP		CHUC, FC (UL), Hospital Beatriz Ângelo, diversas instituições europeias e internacionais	2.2, 3.1
DPS a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver projetos de investigação com ligação à indústria e/ou PME's.	Qualidade	Novos projetos	Realização				3	1	0	1	UID	ASPFP			1.7
INSA m)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Colaborações em redes internacionais na área da prevenção das doenças não transmissíveis e educação para a saúde	Eficiência	Redes de investigação	Realização	3	4	4	4	6	2	9	UID/UPSPDNT	ASPFP		Rede Ibero-americana de FH, Metastroke, CPLP; Diversas instituições europeias, EC;	1.6, 1.11, 3.1
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Promover o desenvolvimento de competências em saúde pública e biomedicina	Eficiência	Alunos de pós-graduação e pós-doutorandos	Resultado	13	10	10	15	15	2	18	UID/UPSPDNT	ASPFP		ENSP (UNL), FC (UL), University of Califórnia at Davies, IMM	3.7
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Elaborar relatórios de progressão e relatórios finais de projetos científicos e/ou relatórios de bolsas de doutoramento	Eficácia	Relatórios realizados	Resultado			6	6	8	2	11	UID	AO			3.9

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Divulgar o conhecimento científico	Eficácia	Artigos em revistas da especialidade indexadas no PUBMED	Resultado				16	19	5	25	UID/UPSPDNT	AO			3.9
				Artigos em revistas não indexadas no PUBMED	Resultado				5	16	4	21	DPS	AO			3.9
				Dissertações (mestrado e doutoramento)	Resultado				4	4	1	7	UID	AO			3.9
DPS c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a oferta formativa interna	Eficiência	Iniciativas de oferta formativa organizadas internamente	Estrutura	8	9	7	9	10	3	14	DPS	AO			3.7
DPS c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Promover a divulgação da cultura científica	Qualidade	Atividades do <i>Experimentarium</i> da Saúde e Visitas de Estudo	Impacte	7	4	3	5	7	3	11	UID/UDR/UPSPDNT	AO			1.1
INSA b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover a formação profissional	Eficiência	Estágios na área de atividade do departamento	Resultado	5	7	9	10	5	2	8	UDR/UID	AO			3.7
INSA b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Participar em programas de formação e reuniões científicas em áreas de especialização do departamento	Qualidade	Palestras proferidas por convite (inclui aulas a convite)	Realização	10	8	24	9	10	2	24	UID/UDR/UPSPDNT	AO		FC (UL)	3.9
INSA b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Promover a participação ativa dos investigadores e formandos em conferências da especialidade, com apresentação de trabalhos.	Eficiência	Trabalhos apresentados na forma de poster	Resultado	16	18	36	28	22	5	28	UID/UDR/UPSPDNT	ASFPF			3.9
				Trabalhos apresentados na forma de comunicação oral	Resultado					7	3	11	UID/UDR/UPSPDNT	ASFPF			3.9
INSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Preparar candidaturas para financiamento	Eficácia	Candidaturas submetidas para financiamento externo nacional	Realização				7	3	2	6	UID	ASFPF			3.9

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Candidaturas submetidas para financiamento externo internacional	Realização				6	5	3	9	UID	ASFPF			3.9
DPS b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Apoiar os Programas Nacionais Prioritários através de investigação laboratorial diferenciada	Eficiência	Novos projetos	Resultado		1	1	2	2	1	4	UID	ASFPF		ENSP (UNL), Programa nacional de doenças cerebro-cardiovasculares, FC (UL)	2.6
DPS c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Produzir conhecimento visando a elaboração de documentos nos domínios de competência do INSA que possibilitem as melhores decisões em saúde pública	Qualidade	Relatórios	Resultado	1	5	3	7	7	2	10	UID	AO		Episystem	1.4

7.2.6. Departamento de Saúde Ambiental

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Criar novos instrumentos de vigilância epidemiológica - sistema de monitorização ambiental de substâncias potencialmente tóxicas e/ou microrganismos (potencialmente) patogénicos	Eficácia	Teste ao sistema de monitorização através de uma experiência piloto	Realização			0		1	0	1	DSA	AO		DGS, ARS(s)	1.11
DSA c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Prestar serviços diferenciados em áreas científicas mais carenciadas ou inovadoras (QUAR2016 R)	Qualidade	Novos ensaios analíticos implementados	Resultado		11	7	7	5	1	10	DSA	AO			3.1
				Parcerias com entidades públicas ou privadas para a prestação de serviços em domínios prioritários da saúde pública	Resultado		1	1	1	5	1	4	DSA	AO			1.11
				Consolidação do processo de acreditação de ensaios analíticos (QUAR2016 R)	Resultado		158	194	195	198	12	215	DSA	AO			1.10
INSA n)	1 Responder às necessidades em Saúde	Assegurar a função de laboratório de referência para a saúde no domínio da Doença dos Legionários	Eficiência	Reporte atempado da informação laboratorial relativa à vigilância epidemiológica da Doença dos Legionários na sua componente ambiental (em %)	Resultado		100	100	100	85	10	100	UAS	AO			1.9
				Novas estirpes de Legionella de origem humana e ambiental conservadas (em %)	Resultado			100	100	85	10	100	UAS	AO			1.11

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA n)	1 Responder às necessidades em Saúde	Potenciar o aumento das receitas próprias através da promoção dos serviços existentes	Eficiência	Iniciativas de oferta formativa organizadas	Resultado		8	11	14	14	2	17	DSA	AO			1.10
				Elaboração de folhetos informativos de forma a promover a satisfação de clientes	Resultado			1	1	1	0	1	DSA	AO			1.8
DSA a)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver investigação em saúde pública, em clínica e em serviços de saúde	Eficiência	Projetos de I&D em desenvolvimento	Resultado		11	10	9	9	3	15	DSA	AO			2.4, 2.5, 2.8
				Publicações efetuadas	Resultado		19	39	28	30	5	39	DSA	AO			2.4, 2.5, 2.8
				Orientação de teses de mestrado ou doutoramento	Resultado		6	3	7	7	2	13	DSA	AO			1.11
DSA d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Desenvolver medidas com interesse para a saúde pública	Eficiência	Participação em comissões técnicas / grupos de trabalho	Resultado		4	11	15	15	2	18	DSA	AO			1.11
				Iniciativas de divulgação do conhecimento científico dirigidas à comunidade em geral	Resultado		9	12	9	4	2	7	DSA	AO			1.8
INSA n)	1 Responder às necessidades em Saúde	Prestar serviços remunerados, nomeadamente de assessoria científica e técnica	Eficácia	Análises realizadas (mEuros)	Resultado		343	422	493	450	70	530	DSA	AO			2.4, 2.5, 2.8
				Pareceres técnicos/Relatórios realizados	Realização			80	173	150	20	175	DSA	AO			1.11
DSA a)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Melhorar a qualificação dos recursos humanos	Eficácia	Formação de recursos humanos (% de colaboradores com formação)	Resultado		63	75	89	80	10	95	DSA	AO			3.7

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
INSA b)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Realizar iniciativas de divulgação do conhecimento científico dirigidas a comunidade científica	Eficácia	Congressos /conferências Internacionais	Resultado		2	1	3	2	1	4	DSA	ASFPF			1.11
INSA c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Participar na organização de programas de avaliação externa da qualidade em colaboração com o PNAEQ	Qualidade	Programas de avaliação externa da qualidade	Resultado		3	11	16	16	3	20	DSA	AO		DEP/ PNAEQ	1.10
INSA c)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Estabelecer/ incrementar parcerias interinstitucionais	Eficácia	Ações em colaboração com outras instituições	Resultado			3	9	9	1	11	DSA	AO			1.11

7.2.7. Museu da Saúde

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
Mus a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Consolidar o inventário e documentação do acervo do Museu da Saúde (QUAR 2016)	Eficácia	Novos registos de inventário e estudo das peças	Resultado	450	581	435	298	300	50	600	MUS	AO			1.1.
Mus e)	1 Responder às necessidades em Saúde	Política de incorporações de espólios ou coleções	Eficácia	Relatório de orientação técnica e/ou de novas incorporações	Realização					1	0	1	MUS	AO			1.1
Mus c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Promover e divulgar o acervo museológico do Museu da Saúde através de ações de divulgação dirigidas à comunidade científica e à população em geral (QUAR 2016 R)	Qualidade	Nº de Exposições e outros eventos realizados	Realização	1	3	3	3	2	1	4	MUS	AO			1.1
Mus d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Apresentar mensalmente uma peça museológica	Eficácia	Peças divulgadas	Resultado	9	12	12	12	10	1	12	MUS	AO			1.1
Mus d)	1 Responder às necessidades em Saúde	Definição do programa museológico	Eficácia	Relatório de orientação técnica	Realização					1	0	1	MUS	AO			3.1
Mus b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Organização das reservas e conservação preventiva das peças	Eficácia	Relatório de orientação técnica	Realização			1	1	1	0	1	MUS	AO			1.1
Mus e)	1 Responder às necessidades em Saúde	Registo fotográfico das peças inventariadas	Eficácia	Registos	Resultado			975	298	300	50	600	MUS	AO			1.1

7.2.8. Departamento de Gestão de Recursos Humanos

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DGRH g)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Avaliar os serviços de suporte	Qualidade	Aplicação de questionário aos colaboradores do INSA (meses)	Realização			10	10	10	1	8	DGRH	AO			3.7
				Tratamento dos dados (meses)	Realização			12	12	11	1	9	DGRH	AO			3.7
				Elaboração de relatório	Realização			1	1	1	0	1	DGRH	AO			3.7
DGRH c)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Desenvolver o projeto de construção do Mapa do Talento do INSA, IP	Eficácia	Taxa de concretização (Definição das Competências inerentes aos PT(s) da DGRH) %	Realização			10	10	10	5	20	DGRH	AO			
DGRH m)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Proceder à gestão do arquivo intermédio	Eficácia	Taxa de documentação em depósito avaliada %	Realização				6	5	2	12	DGRH	AO			
Atribuição prevista i) do DRT mas assegurada pela DGRH	4 Implementar um novo modelo de gestão	Desenvolver ferramentas de gestão para reprografia	Eficácia	Relatório de controlo de trabalhos da reprografia (relativo ao ano n-1)	Realização				1	1	0	1	DGRH	AO			
DGRH d)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Elaborar do Plano de Formação	Eficácia	Aprovação (meses)	Realização			3	3	3	0	3	DGRH	AO			3,7
DGRH d)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Promover a formação (QUAR 2016)	Eficácia	Taxa de participação dos colaboradores do INSA em ações de formação (%)	Resultado		77	76	76	80	10	95	DGRH	AO			3.7

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DGRH i)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar o processo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores do INSA	Qualidade	Implementação do modelo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores: "Projeto Tutor" (taxa de aplicação%)	Realização					70	10	90	DGRH	AO			3.7
DGRH j)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Promover a comunicação interna	Qualidade	Apresentação de propostas	Realização					2	1	4	DGRH e APDO	AO			3.7
DGRH e)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar o acesso ao registo biométrico	Eficiência	Instalação de um equipamento na área do refeitório/bar	Realização					1	0	1	DGRH	AO			3.7
DGRH i)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Desenvolvimento de conteúdos para o novo site	Eficiência	Atualização e reorganização dos conteúdos alusivos aos RH (meses)	Realização					7	2	4	DGRH	AO			1.8
DGRH k)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Abertura de concurso de Bolsas Ricardo Jorge	Eficácia	Bolsas	Realização	0	0	1	0	10	5	16	DGRH	AO			
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar matrizes de avaliação do risco laboratorial	Eficácia	Nº de matrizes elaboradas	Realização				19	15	2	17	GHS	AO			
b), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar ações inspetivas no âmbito da Higiene e Segurança	Eficácia	Nº de ações realizadas expressas em <i>check list</i>	Realização				12	10	1	12	GHS	AO			
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Realizar ações de informação/formação sobre riscos laborais	Eficácia	Nº de ações de informação/formação realizadas	Realização				8	12	2	15	GHS	AO			3.7

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar e manter atualizados os mapas de registos de acidentes e incidentes	Eficácia	Registos efetuados (%)	Realização				100	100	0	100	GHS	AO			
a), artigo 38º, área de Segurança, higiene e saúde no trabalho	1 Responder às necessidades em Saúde	Elaborar relatório de auditoria de gestão de resíduos	Eficácia	Relatórios efetuados	Realização				3	1	0	1	GHS	AO			

7.2.9. Departamento de Gestão de Recursos Financeiros

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRF c)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Implementar um sistema de custeio ajustado às necessidades do Instituto	Eficiência	Implementação de Contabilidade Analítica – apuramento correto dos custos diretos (%)	Realização			100	64	25	10	36	GFC	AO			
DRF a)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a realização da orçamentação com os Departamentos Técnico-científicos baseado em metas de desempenho	Eficiência	Construção, em articulação com os DTC(s) de uma previsão orçamental anual em função do volume de serviço a assegurar por estes	Resultado		6	6	6	4	1	6	GFC	AO			
				Elaboração de reporte trimestral da execução orçamental ao Conselho Diretivo	Realização		4	3	4	4	0	4	GFC	AO			
DRF a)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a gestão eficiente do orçamento do INSA e respetiva prestação de contas	Eficiência	Elaboração de relatórios de controlo orçamental, com a listagem das variáveis monitorizadas, até dia 20 do mês n+1	Realização		12	11	10	9	2	12	GFC	AO			
DRF b)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar o desempenho económico-financeiro (QUAR 2016)	Qualidade	Manter o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (em dias) (QUAR 2016)	Impacte		24	37	16	30	15	14	GFC	AO			
				Elaboração trimestral de relatório de avaliação económica financeira até ao dia 25 do mês n+1 (QUAR 2016)	Realização		4	4	3	2	1	4	GFC	AO			
DRF r)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar a gestão do património	Qualidade	Atualização do cadastro dos bens imobilizados (%)	Estrutura		0	60	0	25	10	40	GFC	AO			

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRF p)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhoria dos procedimentos para a realização de contratos relativos à aquisição/manutenção de bens e serviços	Eficácia	Prazo médio para lançamento do concurso desde da data de obtenção do cabimento (em dias)	Realização					5	2	2	APL	AO			
				Prazo médio para adjudicação após a receção do relatório final (em dias)	Realização					5	2	2	APL	AO			
SAL e)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Reorganizar a prestação de serviços focando a atividade em áreas que permitam a autossustentabilidade	Eficácia	Estudo global sobre a atual prestação de serviços e atividades do INSA (%)	Realização					100	0	100	Contratualização/SAL	AO			
				Proposta para as reformas necessárias para a reorganização da atividade (%)	Realização					100	0	100	Contratualização/SAL	AO			
DRF p)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Simplificar o processo de gestão de projetos	Qualidade	Elaboração do Procedimento relativos às aquisições por projetos de I&D	Estrutura				1	1	0	1	Apoio à Investigação	AO			
DRF p)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Elaborar pedidos de pagamento de projetos	Eficácia	Pedidos de Pagamento	Realização	55	51	43	55	45	15	70	Apoio à Investigação	AO			
DRF p)	2 Desenvolver a investigação em Saúde	Desenvolver a investigação estratégica (QUAR 2016)	Eficácia	Projetos de I&D a iniciar no ano	Realização	20	76	22	23	20	5	30	Apoio à Investigação	AO			
			Eficácia	Realização do Fórum de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (meses)	Realização	1	0	0	0	11	1	9	Apoio à Investigação	AO			

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
Setor jurídico a)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a monitorização do Plano de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	Eficácia	Elaboração de relatórios periódicos de monitorização do Plano	Realização		2	2	2	2	0	2	Jurídico	AO			
				Revisão do Plano %	Realização		100	100	100	100	0	100	Jurídico	AO			
Setor jurídico a)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Divulgação da legislação relevante para o INSA	Qualidade	Disponibilização diária, sob a forma digital, de diplomas legais %	Realização					80	5	100	Jurídico	AO			
APDO f)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a compilação e tratamento da informação solicitada pelo CD dentro dos prazos estipulados por este	Eficácia	Trabalhos (relatórios, planos, apresentações, etc.) elaborados a pedido do CD entregues dentro do prazo estipulado (%)	Realização				100	75	20	100	APDO	AO			
APDO d), e)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar o processo de recolha, tratamento, atualização e disponibilização de informação sobre as áreas de atuação e desenvolvimento do Instituto	Eficiência	Criação/revisão dos indicadores de atividade do INSA (%)	Resultado				100	80	15	100	APDO	AO			
				Criação/revisão dos ficheiros de suporte à recolha de informação (%)	Resultado				100	80	15	100	APDO	AO			
APDO c)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Assegurar a execução do processo de planeamento estratégico e operacional, monitorizando o desempenho das diversas U.O.	Eficiência	N.º de monitorizações dos indicadores do QUAR 2016, em articulação com as diversas U.O.	Realização				2	2	1	4	APDO	AO			

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				N.º de monitorizações dos indicadores do PA 2016 e PE 2015-2016, em articulação com as diversas U.O.	Realização				2	2	1	4	APDO	AO			
				N.º de monitorizações dos indicadores das Funções Essenciais e das Atividades de Suporte, relativos ao ano de 2016, em articulação com as diversas U.O.	Realização				2	2	1	4	APDO	AO			
APDO b)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Elaborar os documentos de gestão	Eficiência	Plano de Atividades (PA) 2016	Resultado				1	1	0	1	APDO	AO			
				Quadro de Avaliação e Responsabilização 2016 (QUAR)	Resultado				1	1	0	1	APDO	AO			
				Relatório de Atividades 2015 (RA)	Resultado				1	1	0	1	APDO	AO			
APDO m)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Promover a comunicação interna	Qualidade	Apresentação de propostas	Realização					2	1	4	DGRH e APDO	AO	3.7		

7.2.10. Departamento de Gestão de Recursos Técnicos

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRT r)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Melhoria da qualidade das instalações do INSA Sede (QUAR 2016)	Eficácia	Reabilitação de laboratórios	Estrutura				2	2	1	4	SIE	AO			
DRT r)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Aquisição de equipamentos	Eficácia	Instalação de unidades de climatização (substituição de equipamentos de climatização obsoletos em laboratórios do INSA Sede) nº de laboratórios	Estrutura			1	3	2	1	4	SIE	AO			
DRT r)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Melhoria da segurança das instalações do INSA Sede	Eficácia	Elaboração de projeto de arquitetura para adequar os Edifícios Sede à implementação do projeto de especialidade das Medidas de Autoproteção.	Estrutura					1	0	1	SIE	AO			
DRT k)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Melhorar os sistemas de informação de suporte à decisão	Eficácia	Apresentação do Anexo Técnico do Cadernos de Encargos, para o lançamento de um Concurso Público para a aquisição de um Sistema de Informação de Gestão de Análises e Serviços	Realização					1	0	1	TSI	AO			3.3
DRT n)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Desenvolver as potencialidades do Sistema de Gestão Documental (EMC <i>Documentum</i>)	Eficácia	Processos desmaterializados	Realização					4	1	6	TSI	AO			3.7
				Ações de formação	Realização				5	3	1	5	TSI	AO			3.7
DRT j)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Desenvolver as potencialidades do Sistema de Gestão Integrado do Circuito do Medicamento	Eficácia	Armazéns Avançados implementados	Resultado					2	1	4	TSI	AO			3.7

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRT l)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Aumento do nível de cobertura da Rede Wireless	Eficiência	Nível de cobertura %	Resultado					70	25	100	TSI	AO			3.7
DRT l)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Atualização do hardware dos postos de trabalho	Eficiência	Substituição de computadores	Realização					50	5	60	TSI	AO			3.7
DRT k)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Melhorar os sistemas de informação para recolha e armazenamento de dados no âmbito da atividade dos DTC	Eficácia	Apresentação de relatório de apreciação das várias soluções em análise	Realização					1	0	1	TSI	AO			3.7
DRT l)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Rentabilização do número de equipamentos de cópia e impressão, através da centralização da função em locais estratégicos	Eficiência	Instalação dos equipamentos nos locais definidos	Resultado					30	5	40	TSI	AO			3.7
DRT o)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Redução dos custos associados ao serviço de comunicações de dados em local fixo	Eficiência	Redução do valor da mensalidade do novo contrato (%)	Resultado					40	5	50	TSI	AO			3.7
Contratualização c)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Analisar a atividade e evolução da área da contratualização	Eficiência	Relatório	Realização			1	12	4	0	4	Contratualização	AO			

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
Contratualização a)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Reorganizar a prestação de serviços focando a atividade em áreas que permitam a autossustentabilidade	Eficácia	Estudo global sobre a atual prestação de serviços e atividades do INSA (%)	Realização					100	0	100	Contratualização/SAL	AO			
				Proposta para as reformas necessárias para a reorganização da atividade (%)	Realização					100	0	100	Contratualização/SAL	AO			
DRT a)	1 Responder às necessidades em Saúde	Atualizar e enriquecer o acervo documental, de acordo com as necessidades de informação do INSA	Eficácia	Proposta de assinaturas de revistas e de base de dados, aquisição de manuais e normas técnicas; incorporação de fundos históricos (%)	Realização	100	100	100	100	85	10	100	Biblioteca da Saúde	AO			
DRT b)	1 Responder às necessidades em Saúde	Aumentar a disponibilidade e acessibilidade à informação bem como a capacidade de resposta do serviço e o conhecimento do acervo, mantendo atualizado as bases de dados partilhadas em rede e consolidando o tratamento documental de fundos patrimoniais	Eficácia	Processamento bibliográfico	Resultado	300	727	1.194	717	800	100	1.000	Biblioteca da Saúde	AO			
DRT e)	1 Responder às necessidades em Saúde	Dar resposta a pedidos de informação internos e externos, reforçando as parcerias com serviços congêneres com o objetivo da partilha de informação	Eficácia	Pedidos de informação respondidos (%)	Resultado				100	85	10	100	Biblioteca da Saúde	AO			

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
DRT d)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Incrementar a qualidade dos serviços através da produção e acesso a recursos e serviços eletrônicos, promovendo a Biblioteca Digital e a gestão do Repositório Científico de Acesso Aberto do INSA, reforçando a qualidade do sistema e a colaboração com o repositório nacional	Qualidade	Estatística de utilização do repositório (pesquisas, downloads e consultas)	Realização				1,633.826	1,000.000	85.000	1,100,000	Biblioteca da Saúde	AO			
				Implementação de requisitos da Norma de Referência ISO 16363 para Certificação do repositório (%)	Realização			15	30	40	5	45	Biblioteca da Saúde				
DRT e)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover a biblioteca como centro de informação e referência nacional em saúde pública, através de iniciativas de divulgação do acervo e de desenvolvimento de competências de informação	Eficácia	Atividades de extensão cultural/ divulgação do acervo e ações de capacitação/ formação de utilizadores	Realização	6	36	58	91	90	30	125	Biblioteca da Saúde	AO			
DRT h)	1 Responder às necessidades em Saúde	Fomentar a produção literária e o apoio à edição através da execução e desenvolvimento da política de publicações institucional, reforçando a qualidade e a divulgação das edições (QUAR 2016)	Eficácia	Publicações editadas e apoiadas solicitadas (%)	Resultado	15	21	25	100	85	10	100	Biblioteca da Saúde	AO			
				Publicação do "Boletim Epidemiológico Observações" (QUAR 2016)	Resultado	2	6	6	6	6	1	8	Biblioteca da Saúde				

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
				Receita da comercialização de edições (euros)	Resultado	5.265	3.355	2.252	2.391	2.000	200	3.500	Biblioteca da Saúde				
DRT g)	1 Responder às necessidades em Saúde	Zelar pelo fundo arquivístico histórico	Eficácia	Colaboração/participação em trabalhos em articulação com a DGLAB (%)	Realização	100	100	100	85	85	10	100	Biblioteca da Saúde	AO			
Área CM e RE d)	3 Afirmar o papel do INSA na saúde global	Elaboração de conteúdos informativos	Eficiência	Novos destaques informativos para a página do Instituto na Internet	Resultado				290	295	5	305	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			1.8
				Edições da <i>newsletter</i> eletrónica do Instituto	Resultado				41	41	2	44	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			1.8
				Colocação de conteúdos em Redes Sociais	Resultado					295	10	310	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			1.8
				Divulgação de <i>Press Releases</i>	Resultado					8	2	11	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			1.8
Área CM e RE c)	1 Responder às necessidades em Saúde	Disponibilização de informação	Eficiência	Disponibilização diária de um resumo de imprensa aos dirigentes e responsáveis de serviço/unidade do Instituto	Resultado				240	251	2	255	Comunicação, Marketing e Relações Externas	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover o desenvolvimento das competências em saúde pública através da Oferta Formativa (QUAR 2016)	Eficácia	Ações de oferta formativa (aumento %)	Realização			4	5	5	2	8	Oferta Formativa	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover a oferta formativa	Eficácia	Gerar receita com oferta formativa (em milhares de euros)	Resultado	85.971	81	87.939	66.885	60.000	10.000	100.000	Oferta Formativa	AO			

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do IMS (O)
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Divulgar a Oferta Formativa do INSA em eventos de formação e atualização científica promovidos por entidades externas	Eficácia	Eventos com divulgação direta e indireta da oferta formativa	Realização			4	2	5	2	10	Oferta Formativa	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Investir na oferta formativa junto de outros países, em particular dos CPLP	Eficiência	Inscrições com pagamento de estudantes e profissionais de saúde de outros países	Resultado		11	21	38	20	10	40	Oferta Formativa	AO			1.11
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Proporcionar cursos de formação à distância na plataforma de e-learning do INSA	Eficácia	Cursos à distância	Realização			3	2	3	1	5	Oferta Formativa	AO			
INSA b)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Renovar a imagem gráfica dos suportes de divulgação da Oferta Formativa e do INSA forma +	Qualidade	Templates novos	Realização			1	0	6	2	10	Oferta Formativa	AO			

7.2.11. Área da Qualidade

Atribuição da Unidade Orgânica (O)	OE (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro OOP (O)	Indicador (O)	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (2012) (QA)	Valores Prévios (2013) (QA)	Valores Prévios (2014) (QA)	Valores Prévios (2015) (QA)	Meta (2016) (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade Constante no Orçamento (O)	Eventuais Dependências (QA)	Entidades Colaboradoras (F)	Contributo para as Orientações Estratégicas do MS (O)
Área da Qualidade f)	1 Responder às necessidades em Saúde	Certificar o INSA	Qualidade	Cumprimento de requisito da norma de referência numa Unidade orgânica/área (%)	Realização			25	20	20	10	31	Qualidade	AO			1.3
Área da Qualidade f)	1 Responder às necessidades em Saúde	Aumentar o nº de ensaios acreditados	Qualidade	Novos ensaios acreditados	Realização			40	22	25	5	31	Qualidade	AO			1.3
Área da Qualidade a)	5 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Promover a satisfação dos profissionais e clientes (QUAR 2016)	Qualidade	Relatórios referentes a avaliação da satisfação dos clientes e reclamações	Realização	1	2	2	1	1	0	1	Qualidade	AO			1.3
Área da Qualidade b)	6 Reformular a capacidade instalada, apostando na oferta de novos serviços	Adotar uma política clara e racional para a acreditação dos ensaios laboratoriais	Qualidade	Levantamento dos ensaios, análises clínicas e testes genéticos oferecida pelo INSA (%)	Realização				0	85	10	100	Qualidade	AO			1.3
Área da Qualidade a)	4 Implementar um novo modelo de gestão	Redefinir os processos internos, assegurando a uniformização das unidades orgânicas		Processos redefinidos	Realização				3	2	1	3	Qualidade	AO			1.3

7.3. Mapa de Pessoal

MAPA DE PESSOAL DO INSA, IP
- 2016 -

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho	OBS (a); (b); (c);
-	Presidente do Conselho Directivo (1)	-	1	
-	Vogal do Conselho Directivo (1)	-	1	
-	Director de serviços (1)	-	4	
SEDE				
ACTIVIDADES DE MISSAO				
O INSA, I. P., é o laboratório do Estado que tem por missão contribuir para ganhos em saúde pública através de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, actividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos domínios.	Investigação Científica	doutoramento	43	(a) 5
	Médica	hospitalar, saúde pública	6	
	Enfermagem	enfermagem	3	(b) 2
	Técnica superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	72	
	Técnica superior	ciências da vida, ciências físicas, engenharia alimentar, nutrição, gestão, contabilidade, estatística, matemática, ciências sociais, relações internacionais, genética, anatomia patológica, análises clínicas e saúde pública, biologia, bioquímica, saúde ambiental	41	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental, anatomia patológica, citológica e tanatológica, dietista	64	
	Informática	informática	0	
	Assistente técnico	apoio administrativo laboratorial	16	(a) 1
Assistente operacional	manutenção e higiene nos laboratórios	25	(a) 1	

MAPA DE PESSOAL DO INSA, IP
- 2016 -

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho	OBS (a); (b); (c);
ÁREAS DE SUPORTE				
o INSA, I. P., organiza -se em serviços de apoio à investigação, gestão e administração para prestar o apoio indispensável à prossecução dos seus objetivos. Inclui as áreas de recursos humanos, financeiros, técnicos e Museu da Saúde.	Técnico superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	3	(c)
	Técnico superior	administração pública, ciências sociais, comunicação, direito, humanidades, contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão e organização de empresas, gestão e administração pública, economia, ciências políticas, relações internacionais, ciências da educação, história, história da arte, engenharias, informática, psicologia, ciências documentais, entre outras	33	
	Informática	informática	0	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental	3	(c)
	Coordenador técnico	gestão de recursos humanos, gestão de recursos financeiros	1	
	Assistente técnico	secretariado, recursos humanos, contabilidade, aprovisionamento, armazém, faturação, contratualização, expediente	52	
	Assistente operacional	secretariado, motorista, telefonista, estafeta, armazenamento e distribuição de stocks, electricista, carpinteiro, serralheiro, canalizador, operador de reprografia	20	
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - SEDE			382	



MAPA DE PESSOAL DO INSA, IP
- 2016 -

Atribuições / Competências/Actividades	Cargocarreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho	OBS (a); (b); (c):
CENTRO DE SAUDE PUBLICA DOUTOR GONÇALVES FERREIRA				
ACTIVIDADES DE MISSAO				
prosegue a missão e atribuições do INSA, I. P., quer no âmbito laboratorial quer em assistência diferenciada, para a obtenção de ganhos de saúde pública, competindo -lhe: a) Realizar atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico em ciências da saúde; b) Realizar atividades laboratoriais de referência e de avaliação externa da qualidade; c) Observar o estado de saúde e vigilância epidemiológica; d) Realizar ações de divulgação da cultura científica; e) Contribuir para a capacitação e formação de recursos humanos; f) Prestar serviços diferenciados, no âmbito das competências estabelecidas para os departamentos técnico-científicos.	Investigação Científica	doutoramento	7	
	Médica	hospitalar, saúde pública	1	
	Técnica superior de saúde	laboratório, genética, nutrição, engenharia sanitária	22	
	Técnica superior	administração pública, ciências sociais, genética, ciências da vida, saúde ambiental, biologia, química	5	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental, anatomia patológica, citológica e tanatológica	39	
	Assistente técnico	apoio administrativo laboratorial	15	
	Assistente operacional	manutenção e higiene nos laboratórios	11	
ÁREAS DE SUPORTE				
Prosecução das atribuições do Centro:	Técnico superior	administração pública, ciências sociais, comunicação, direito, humanidades, contabilidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão e organização de empresas, gestão e administração pública, economia, ciências políticas, relações internacionais, ciências da educação, história, história da arte, engenharias, informática, psicologia, ciências documentais, entre outras	6	
	Técnica de diagnóstico e terapêutica	análises clínicas e saúde pública, saúde ambiental	4	
	Informática	informática	2	
	Coordenador técnico	gestão de recursos humanos, gestão de recursos financeiros	1	
	Assistente técnico	secretariado, recursos humanos, contabilidade, aprovisionamento, armazém, faturação, contabilização, expediente	12	
	Assistente operacional	telefonista, motorista, estafeta	4	
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - CGF			129	
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - INSA, IP			517	



MAPA DE PESSOAL DO INSA, IP
- 2016 -

Mapa Resumo dos postos de trabalho		
Cargo/carreira/categoria	nº postos de trabalho	observações (a); (b); (c)
Presidente do Conselho Directivo	1	
Vogal do Conselho Directivo	1	
Director de serviços	4	
Pessoal de Investigação científica	50	(b) 5
Pessoal Médico	7	
Enfermagem	3	(b) 1
Técnica superior de saúde	97	(c)
Técnica superior	85	
Técnica de diagnóstico e terapêutica	110	(c)
Informática	2	
Assistente técnico (inclui coordenador técnico)	97	(a) 1
Assistente operacional	60	(a) 1
TOTAL DE TRABALHADORES DO MAPA DE PESSOAL DO INSA, IP		517

(1) Conforme Decreto-Lei nº 27/2012, de 8 de fevereiro

(a) - postos de trabalho ocupados com contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo ou incerto

(b) - postos de trabalho a tempo parcial

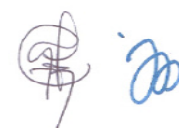
(c) - 1 TDT ou 1 TSS com formação adequada em ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho



Contratos de Trabalho em Funções Públicas celebrados ao abrigo do protocolo celebrado com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, no âmbito do Concurso Investigador FCT

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Numero de postos de trabalho	OBS (a); (b); (c);
ACTIVIDADES DE MISSAO				
O INSA, I. P., é o laboratório do Estado que tem por missão contribuir para ganhos em saúde pública através de actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, actividade laboratorial de referência, observação da saúde e vigilância epidemiológica, bem como coordenar a avaliação externa da qualidade laboratorial, difundir a cultura científica, fomentar a capacitação e formação e ainda assegurar a prestação de serviços diferenciados, nos referidos dominios.	Investigação Científica	doutoramento	3	(a)
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO - INSA, IP			3	

(a) - postos de trabalho ocupados com contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo (5 anos)





Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge
Av. Padre Cruz, 1649-016 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 217 519 200
Fax: (+351) 217 526 400
E-mail: info@insa.min-saude.pt

Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira
Rua Alexandre Herculano, n.321 4000-055 Porto, Portugal
Tel.: (+351) 223 401 190
Fax: (+351) 223 401 109
E-mail: inforporto@insa.min-saude.pt

Centro de Estudos de Vetores de Doenças Infecciosas
Doutor Francisco Cambournac
Av. da Liberdade, n.5 2965-575 Águas de Moura, Portugal
Tel.: (+351) 265 938 290
Fax: (+351) 265 912 155
E-mail: cevdi@insa.min-saude.pt

www.insa.pt